SIMONE ARRUDA DO CARMO

GEOGRAFIA DO CRIME

Estudo de Caso em Boa Vista (RR)



EDITORA

GEOGRAFIA DO CRIME

Estudo de Caso em Boa Vista (RR)

GEOGRAFIA DO CRIME

Estudo de Caso em Boa Vista (RR)

SIMONE ARRUDA DO CARMO

BOA VISTA/RR
2024

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Yves Sousa Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ca3 CARMO, Simone Arruda do.

Geografia do Crime: Estudo de Caso em Boa Vista (RR). Boa Vista: Editora IOLE, 2024, 209 p.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-86-1
https://doi.org/10.5281/zenodo.11404116

1 - Boa Vista. 2 - Crime. 3 - Geografia. 4 - Geografia Urbana.
I - Título. II - Carmo, Simone Arruda do. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é
de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2024

PREFÁCIO

Envaidecida e honrada pela agradável incumbência em prefaciar a obra "*Geografia do Crime: Estudo de Caso em Boa Vista (RR)*", de autoria da estimada Doutora Simone Arruda do Carmo, advirto desde logo que o livro se constitui em um verdadeiro 'divisor de águas' na esfera da atividade policial investigativa, porquanto de maneira didática e ao mesmo tempo rigorosamente técnica, traz subsídios, nos aspectos teóricos e práticos, para o entendimento socioespacial das Organizações Criminosas no território urbano. Como se não bastasse, mostra a sua evolução institucional, desde os primeiros grupos de jovens infratores até a efetiva integração deles às organizações que dominam o sistema prisional de Roraima.

Vem esta obra a público no momento no qual o crime organizado se agiganta e alcança praticamente todas as esferas da nossa sociedade, desrespeitando fronteiras territoriais inclusive pela utilização dos meios informáticos, além de se mostrar como dotado de poderio econômico e bélico que faz frente ao Estado quando não o sobrepuja. Tudo a exigir assim, entre outras medidas, o premente e racional entendimento da expansão geoespacial das organizações criminosas, principalmente aquelas nacionais – leia-se 'Comando Vermelho (CV)' e 'Primeiro Comando da Capital (PCC)', as duas maiores do Brasil, além de estrangeiras, as venezuelanas, 'Tren Aragua' e 'Tren Guayana', hoje instaladas na capital, Boa Vista.

A autora expõe, com rara profundidade, o seu campo de estudo, elaborando uma análise dos padrões, causas e consequências da atividade criminosa em contextos geográficos diversificados, inclusive utilizando-se de tabelas e gráficos, explicitando assim o referencial teórico do trabalho.

A pesquisa ressalta com maestria e profundidade, inegavelmente frutos de sua experiência, os aspectos geopolíticos de

maior relevo, explanando assim como o crime organizado impôs sua força e domínio territorial tanto no contexto nacional como na cidade de Boa Vista, especificamente num mega projeto residencial de condomínios verticais. Deixando claro assim que a atuação das facções criminosas independe da distância dos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, não ficando a capital do estado de Roraima excluída da macro criminalidade que atinge todo o país e apenas adequando-se, esta, às específicas características da região.

Veja-se enfim que a obra em comento esclarece que o Residencial Vila Jardim – Boa Vista/RR se tornou um território dominado pela facção criminosa PCC, aproveitando-se a referida organização criminosa, nas palavras da autora, da "*geografia urbana da ocupação de espaço*", porque ausente a devida atuação do Estado. Assim, mostra que o enfrentamento da criminalidade organizada se mostrará muito mais eficientes quando o Poder Público atuar preventivamente e evitar a utilização e domínio do espaço territorial pelo crime organizado.

No mundo onde a violência e a criminalidade só aumentam, impõe-se a conduta de melhor conhecer para melhor agir. Este exímio trabalho, portanto, será de grande utilidade não somente para a Polícia Civil, mas também aos demais profissionais da área jurídica e acadêmicos interessados na elucidação das matérias aqui objeto de estudo.

Por isso estou certa de que a leitura atenta de toda pesquisa trazida à lume enriquecerá, sem qualquer dúvida, todos aqueles que estudam e trabalham com crime organizado, e possibilitará, a todos os segmentos da sociedade, entender como o Estado perde o domínio territorial para atividade criminosa.

Dra. Ivana David, Desembargadora

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Referencial Teórico 23

CAPÍTULO 2 |
Metodologia 61

CAPÍTULO 3 |
Análise e Discussões 87

CONCLUSÃO | 177

REFERÊNCIA | 183

SOBRE A AUTORA | 201

A minha família,
pelo apoio incondicional,
em especial a minha esposa *Agatha Matos*,
que tanto me incentiva e apoia.
Meu filho Bruno, pela paciência e motivação diária.
Minha cunhada Lídia, que me apresentou
o mundo do estudo da Geografia;
A minha sogra Kenya (*in memoriam*).

Dedico este trabalho a todos
os profissionais de
Segurança Pública, que
diuturnamente buscam se
aprimorarem, para
cumprirem sua função de
aplicador da lei penal,
primando pela garantia dos
princípios constitucionais.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

No contexto nacional de aumento da criminalidade e surgimento de atuação de organizações criminosas dentro e fora dos presídios, o Estado de Roraima, mesmo distante dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, não ficou de fora dos índices, e inclusive teve participação efetiva, chegando a figurar na lista dos mais violentos, sendo sua capital a cidade de Boa Vista, considerada afetada por diferentes tipologias de crime.

Partindo deste contexto fático, a presente pesquisa se debruça sobre a temática da geografia do crime no contexto urbano do município de Boa Vista em um período de difusão de organizações criminosas e de transformação do tecido socioespacial.

Vale ressaltar que na cidade de Boa Vista/RR, estão localizados os maiores sistemas prisionais do estado de Roraima, sendo eles a Penitenciária Agrícola – PAMC, a Cadeia Pública, Cadeia Feminina e o Centro de Progressão, onde as organizações criminosas que atuam no Estado, surgiram e iniciaram a busca do domínio territorial nas alas dos sistemas carcerários, se expandindo para os bairros e posteriormente para os municípios do interior.

O interesse pela territorialidade do crime em Boa Vista/RR, está baseado no crescimento da quantidade de registros de crimes nesta cidade, o que permite inferir que sejam decorrentes da atuação das organizações criminosas que atuam nos bairros da cidade. A escolha do tema proposto nesta pesquisa foi motivada por inúmeros questionamentos originados no exercício da atividade como Delegada de Polícia Judiciária em Boa Vista/RR e em cidades do interior. Diante deste contexto, a pesquisa se pautou em três perspectivas: pessoal, social e científica.

Enquanto moradora e Delegada de Polícia Civil do Estado de Roraima, na cidade de Boa Vista/RR, durante vinte anos, pude acompanhar processos de requalificação e crescimento urbano na cidade de Boa Vista/RR, dentre eles as construções de residenciais verticais, e hoje, com a atuação direta no bairro que possui a maior quantidade de residenciais verticais do Estado, sendo um deles o conjunto habitacional construído pelo Programa "Minha Casa, Minha Vida", no qual foi possível observar um possível aumento e estruturação do crime organizado dentro desse residencial.

Este fato despertou o anseio pela pesquisa na prática geográfica, tendo como objeto a territorialidade da criminalidade. Refletir sobre esta temática é de suma importância para a compreensão do fenômeno, domínio territorial da criminalidade organizada ou não, aliado aos dados dos registros de crimes realizados por meio dos boletins de ocorrências policiais, os quais apresentam dados de que na capital roraimense, os índices se mantêm em uma crescente.

Por ser graduada em Direito, Delegada de Polícia Civil de Roraima e pesquisadora no campo da Geografia, buscou desenvolver a pesquisa sobre a geografia do crime em Boa Vista/RR, e seu deslocamento socioespacial da região do Beiral, no centro da cidade, para o bairro Cidade Satélite e a emergência de um *hotspot* do narcotráfico no residencial Vila Jardim.

Ao realizar a pesquisa, tem-se o intuito de oferecer ao poder público e a sociedade em geral, informações da realidade local, que possam subsidiar políticas públicas ou novas pesquisas, e até mesmo mudanças na adoção de políticas públicas de habitação quanto a construção de conjuntos habitacionais verticais nos espaços com alto índice de incidência criminal podendo estar relacionada a atuação de membros do crime organizado, aliados a vulnerabilidade dos moradores, na capital roraimense.

No âmbito social, a pesquisa fundamentou-se na Geografia em razão de ser uma ciência ampla, que engloba o contexto social e territorial, sendo preponderante refletir quanto as diversas conjecturas acerca da questão do fechamento e abertura de territórios por parte das Organizações Criminosas (ORCRIMs), a qual é reflexiva à gentrificação da área do Beiral e ao consequente deslocamento socioespacial do circuito inferior para outros bairros do município, na zona Oeste, tal como é o caso do bairro Cidade Satélite.

Na perspectiva científica, o desenvolvimento da presente pesquisa reside na lacuna existente em análises empíricas sobre a criminalidade existente na capital do Estado de Roraima, e considerando que nas áreas periféricas foram construídos conjuntos habitacionais como a Residencial Vila Jardim, e seus reflexos nas comunidades limítrofes e para possíveis ações criminosas organizadas ou não dentro do Município.

Desse modo, pretende-se que esta pesquisa sirva de apoio a novos trabalhos sobre a criminalidade e território em Roraima como um todo, dado ser um fenômeno recente e pouco estudado, bem como auxiliar na melhoria nos projetos de segurança pública. Neste sentido, o recorte desta pesquisa para o Estudo de Caso se deu a partir de 2015, quando efetivamente, a situação de segurança no Estado de Roraima, se torna preocupante com a comprovação e as ações violentas da organização criminosa Primeiro Comando da Capital - PCC, bem como época em que o Residencial Vila Jardim passa a ser ocupado.

Conforme dados apresentados pelo Atlas da Violência, no ano de 2018, o Estado de Roraima teve um grande aumento nos homicídios. Dados da imprensa local, mostram que este ano foi marcado pela intervenção federal na penitenciaria agrícola de Monte Cristo, que visou o controle da organização criminosa Primeiro

Comando da Capital/PCC, ante os massacres praticados dentro do sistema prisional em Roraima e no Amazonas, em anos anteriores.

Diante deste incidente, os órgãos de segurança pública apresentaram publicamente um mapa construído a partir de informações prestadas por presos e em razão de documentos apreendidos, as informações levantadas demonstraram que a organização criminosa do Primeiro Comando da Capital (ORCRIM PCC) detinha o poder de venda de drogas em todos os bairros da capital, dividindo-os por regiões com denominações definidas pelos membros da ORCRIM PCC, segundo dados empíricos obtidos do ano 2017, sendo um material muito importante para nossa análise.

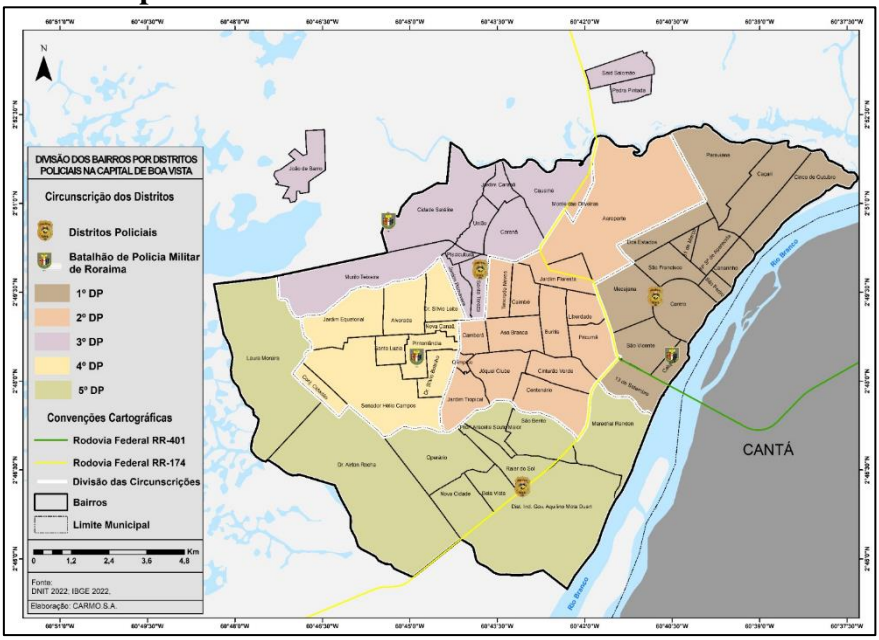
Desse modo, a Geografia possibilita um amplo leque de opções para se abordar a criminalidade. Interessa de perto a esta pesquisa a compreensão do binômio espaço e poder, pois, percebe-se com nitidez a expansão da criminalidade e de organizações criminosas em "espaços opacos" (SANTOS, 2001), à vigilância da sociedade e seus poderes constituídos. A territorialidade do crime necessita também de uma base material para se expandir, para se ocultar e dificultar o seu combate.

Partindo dos marcos teórico-conceituais da Geografia do Crime, a presente pesquisa parte de um problema de investigação, o qual é identificado na seguinte pergunta: Como se caracterizam a atuação das Organizações Criminosas em Boa Vista e no Conjunto Habitacional Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite?

Nesse enfoque, tem-se como objetivo geral analisar a criminalidade organizada e sua territorialidade em Boa Vista/RR, com foco no conjunto habitacional vertical "Vila Jardim, localizado no bairro Cidade Satélite, Zona Oeste do município. Entre os objetivos específicos, a pesquisa apresenta 4 eixos:

- Discutir a Geografia do Crime enquanto campo de estudo, estado da arte e marcos conceituais;
- Discutir e caracterizar a geografia urbana de Boa Vista (RR) à luz da sua ocupação e expansão socioespacial;
- Discutir e caracterizar as organizações criminosas atuantes no tecido urbano de Boa Vista (RR);
- Discutir a geografia do crime por meio de um estudo de caso no residencial Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite.

Mapa 1 –Zona Urbana de Boa Vista e localização do aparelho institucional das Polícias Civil e Militar



Fonte: Elaboração própria.

Assim, dividimos esta pesquisa em três etapas que podem ser definidas da seguinte maneira: Na primeira etapa, trabalhou-se com estudos bibliográficos e análise documental, em seguida buscou-se os dados públicos de instituições que possuem dados relevantes para a abordagem da criminalidade e organizações criminosas atuantes dentro da Cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima.

Num segundo momento, trabalhou-se com os dados estatísticos fornecidos pela Polícia Civil, através de documento de concordância da instituição, tendo como escala a cidade de Boa Vista/RR, dando prioridade à região Central, e o local onde ficava a região denominada de "Beiral" e o bairro Cidade Satélite. E, num terceiro momento, foi aplicado questionário junto a moradores do Residencial Vila Jardim, visando avaliar os impactos da criminalidade no local.

A aplicação do questionário, resultou na análise da sensação de segurança ou insegurança dos moradores, aliados a avaliação da quantidade de registros de boletins de ocorrência no bairro, sendo possível a avaliação se a sensação de segurança dos moradores está condizente com os dados estatísticos fornecidos pela Polícia Civil.

A análise dos dados aliada ao resultado das entrevistas, trouxe uma visão da criminalidade, no bairro Cidade Satélite, criminalidade esta, que ganhou novos contornos em Boa Vista/RR, com o impulsionamento dos membros das organizações criminosas que iniciaram dentro do sistema prisional, pela dinâmica de gentrificação do circuito inferior do Beiral e do consequente deslocamento forçado de parte da população e da própria rede de distribuição de drogas para a zona Oeste do município, em especial para o bairro Cidade Satélite após a inauguração do Residencial Vila Jardim construído pelo Programa "Minha Casa, Minha Vida", com grande mercado consumidor.

A análise da geografia do crime no Residencial Vila Jardim possibilitou compreender a dinâmica peculiar de ocupação do espaço urbano em um contexto de multiterritorialidade, na medida em que há um relativo fechamento do território da criminalidade do Beiral *vis-à-vis* à abertura de um novo *hotspot* territorial do crime de narcotráfico nos conjuntos habitacionais verticais do bairro Cidade Satélite, bairro este que é permeado por contradições e por dinâmicas de hibridação socioespacial entre os circuitos superiores e inferiores.

CAPÍTULO 1

Referencial Teórico

REFERENCIAL TEÓRICO

CAMPO DE ESTUDOS DA GEOGRAFIA DO CRIME

O campo de estudos da geografia do crime se concentra na análise espacial dos padrões, causas e consequências da atividade criminosa em diferentes contextos geográficos. E nesta perspectiva, o objetivo dessa abordagem é compreender como variáveis (ambiental física, social e econômica) de uma determinada área podem influenciar ocorrência e a distribuição dos crimes, sendo, portanto, uma área de estudo interdisciplinar que integra conhecimentos e métodos de diversas disciplinas para compreender e abordar a relação entre o espaço geográfico e a atividade criminosa.

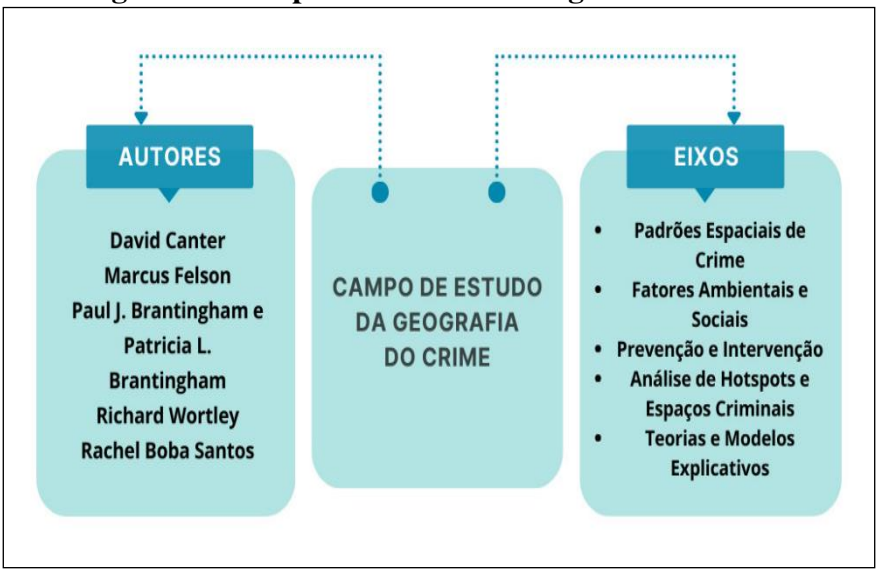
Os geógrafos do crime utilizam técnicas de análise espacial, como SIG, mapeamento de pontos quentes e modelagem espacial, para identificar padrões de criminalidade, áreas de alto risco e fatores ambientais associados ao crime. Eles também examinam como políticas de prevenção e intervenção podem ser desenvolvidas e implementadas de forma eficaz para reduzir criminalidade e promover a segurança pública em níveis local, regional e nacional.

O campo de estudos da geografia do crime emergiu nas últimas décadas do século XX, quando acadêmicos e pesquisadores começaram a explorar a relação entre o espaço geográfico e a atividade criminosa. Embora não haja uma data específica para o início desse campo, de conhecimento identificamos alguns dos pioneiros e contribuidores que ajudaram a estabelecê-lo: David Canter, Marcus Felson, Paul Brantingham, Patricia Brantingham e Richard Wortley.

Os eixos de estudo principais na geografia do crime compreendem: a análise dos padrões espaciais de crimes

(distribuição geográfica dos delitos para entender os fatores que influenciam sua ocorrência em diferentes áreas urbanas, suburbanas e rurais), estudo dos fatores ambientais e sociais (características físicas, socioeconômicas e culturais dos lugares podem impactar a incidência de crimes), investigação de estratégias de prevenção e intervenção (políticas e programas eficazes para reduzir a criminalidade e promover a segurança pública), análise de *hotspots* e espaços criminais (identificar áreas com alta concentração de atividade criminosa e direcionar recursos e esforços para esses locais) e a exploração de teorias e modelos explicativos (compreender os mecanismos subjacentes à criminalidade e a desenvolver abordagens mais fundamentadas para sua compreensão e controle).

Figura 1 - Campo de estudo da Geografia do Crime



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Canter (2003); Felson (1988); Brantingham e Brantingham (1991) e Santos (2009).

A Figura 1 sintetiza o campo de estudos da Geografia do crime, de modo que sinaliza à esquerda uma lista nominal dos principais autores do campo e à direita os principais eixos temáticos, os quais são objetos de estudo de eventuais análises e discussões acerca das temáticas pesquisas.

Ao longo do tempo, muitos acadêmicos e pesquisadores têm se dedicado a explorar diferentes aspectos dessa disciplina, expandindo o entendimento sobre a relação entre espaço geográfico e crime. Esses são alguns dos principais autores cujas pesquisas e teorias contribuíram significativamente para o desenvolvimento da geografia do crime como uma área de estudo interdisciplinar.

- **David Canter**: o trabalho desse autor na análise geográfica do comportamento criminoso e na elaboração de perfis geográficos de criminosos foi fundamental para o desenvolvimento da geografia do crime como uma disciplina. Os mapas de localização de crimes ou incidentes são formas importantes de representar a distribuição espacial de atividades e ajudam a sugerir áreas onde os esforços policiais podem ser mais bem direcionados (CANTER, 2003);
- **Marcus Felson**: o autor é conhecido por suas contribuições para a teoria do "manuseio de rotina" e por suas pesquisas sobre oportunidades de crime, que influenciaram significativamente o campo da geografia do crime. Oportunidades de crimes, conforme o autor, são as ocasiões em que os alvos estão disponíveis, os guardiões estão ausentes e os potenciais infratores estão presentes (FELSON, 1988);
- **Paul J. Brantingham e Patricia L. Brantingham**: Esses pesquisadores foram pioneiros na aplicação de técnicas de análise espacial e teorias ambientais ao estudo da criminalidade, ajudando a estabelecer as bases da geografia do crime como uma disciplina

acadêmica. Segundo tais autores, uma abordagem para prevenir o crime é atacar os pontos quentes, concentrando recursos de aplicação da lei em áreas onde ocorrem os mais altos índices de criminalidade (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1991);

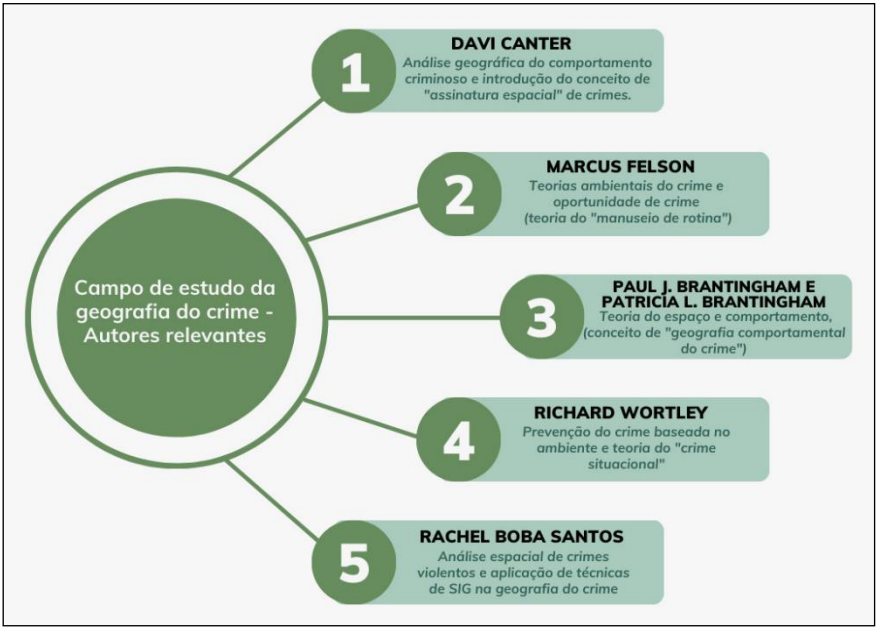
- **Richard Wortley**: é reconhecido por seu trabalho sobre a prevenção situacional do crime e enfatizou a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que integre conceitos e métodos da criminologia, psicologia, planejamento urbano e design ambiental. Conforme o autor, a análise de crime com mapeamento é uma ferramenta valiosa para identificar padrões espaciais de criminalidade e informar a tomada de decisões em políticas de segurança pública (WORTLEY, 2016);
- **Rachel Boba Santos**: Como especialista em análise de crime com mapeamento, Santos ressaltou a importância da colaboração entre geógrafos, criminologistas, estatísticos e profissionais de segurança pública para compreender e abordar os problemas relacionados à criminalidade (SANTOS, 2009).

A Figura 2, disposta na página seguinte, apresenta uma síntese do pensamento dos referidos autores.

A respeito dos estudos da temática no Brasil, é possível identificar Cláudio Chaves Beato Filho como o autor mais ativo na temática da Geografia do Crime e da Violência no Brasil, reconhecido por seus estudos sobre a análise espacial da criminalidade, utilizando técnicas de Geoprocessamento e estatística aplicada. Além de Beato Filho, outros autores também se destacaram: Wagner Barbosa Batella e Simone Maria dos Santos. Beato Filho estuda a distribuição espacial da violência e realiza mapeamento das áreas de risco desde a década de 1990, além de ter

introduzido o termo "Geografia do Crime" no Brasil (NASCIMENTO, 2022).

Figura 2 - Autores clássicos da Geografia do Crime



Fonte: Elaboração própria. Baseada em Canter (2003); Felson (1988); Brantingham e Brantingham (1991) e; Santos (2009).

Wagner Batella tem se dedicado ao estudo da criminalidade urbana e à análise espacial dos fenômenos criminais. Suas pesquisas abordam questões como padrões de criminalidade, distribuição espacial da violência e fatores socioeconômicos associados ao crime. Já os estudos de Simone Maria dos Santos estão voltados para a saúde urbana, epidemiologia, sistemas de informação em saúde e análise espacial, com ênfase na compreensão dos padrões de violência e sua distribuição geográfica. Santos contribui para a

produção de conhecimento sobre os determinantes sociais e ambientais da criminalidade, fornecendo *insights* importantes para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança e prevenção da violência (NASCIMENTO, 2022).

Ao observar as pesquisas desenvolvidas, é possível identificar alguns eixos de estudo no campo da geografia do crime. O primeiro deles refere-se aos *padrões espaciais de crime*, cujas investigações exploram onde os crimes ocorrem e por que ocorrem em determinados locais e não em outros. Isso envolve a análise de características geográficas, como densidade populacional, uso da terra, acessibilidade, presença de pontos de interesse (como escolas, parques e estabelecimentos comerciais) e características físicas do ambiente urbano (como iluminação, topografia e design urbano). Compreender esses padrões espaciais é fundamental para a alocação eficiente de recursos e o desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção.

O segundo eixo compreende os *fatores ambientais e sociais* e a forma como influenciam a dinâmica da criminalidade. Isso inclui examinar como a desigualdade socioeconômica, a segregação residencial, o desemprego, a falta de acesso a serviços públicos e a qualidade do ambiente físico podem criar condições propícias para o surgimento e a perpetuação do crime. Compreender esses fatores é essencial para identificar áreas de risco e desenvolver políticas e programas de intervenção que abordem as raízes estruturais da criminalidade (CANTER, 2003; FELSON, 1988).

Prevenção e intervenção correspondem ao terceiro principal eixo de pesquisa, o qual busca desenvolver e avaliar estratégias eficazes para reduzir a criminalidade e promover a segurança pública. Isso pode incluir intervenções baseadas no ambiente, como melhorias no design urbano e na iluminação pública, bem como programas de intervenção comunitária que fortaleçam os laços sociais e promovam a participação cívica. Além disso, a análise de

políticas públicas e a avaliação de programas de aplicação da lei podem fornecer *insights* importantes sobre quais abordagens são mais eficazes na redução da criminalidade.

Em seguida, localiza-se a a*nálise de hotspots e espaços criminais* como quarto eixo de análise da geografia do crime. A análise de *hotspots* e espaços criminais envolve a identificação e o mapeamento de áreas com altas taxas de criminalidade. Esses *hotspots* podem variar de pequenas áreas específicas, como quarteirões ou bairros, a regiões urbanas inteiras. Compreender a distribuição espacial da criminalidade permite que os recursos de segurança pública sejam alocados de forma mais eficiente, concentrando-se nas áreas mais afetadas e implementando estratégias direcionadas a reduzir a atividade criminosa (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1991; SANTOS, 2009).

Finalmente, o quinto eixo de análise da geografia do crime alude a *teorias e modelos explicativos*. Neste eixo, os pesquisadores exploram uma variedade de teorias e modelos explicativos para entender as causas e os mecanismos subjacentes à criminalidade. Isso pode incluir teorias clássicas da criminologia, como a teoria do conflito social, a teoria do controle social e a teoria da escolha racional, bem como modelos mais recentes que enfatizam fatores ambientais, situacionais e de oportunidade de crime.

Ao testar e refinar essas teorias, os pesquisadores podem desenvolver uma compreensão mais profunda dos processos que impulsionam a criminalidade e informar o desenvolvimento de políticas e programas de prevenção mais eficazes. A Figura 3 exprime uma síntese esquemática dos eixos temáticos no campo de estudo da geografia do crime.

A geografia do crime é considerada uma área de estudo interdisciplinar porque envolve a aplicação de conceitos, teorias e métodos de várias disciplinas para entender a relação entre o espaço

geográfico e a atividade criminosa. Entre as principais razões pelas quais a geografia do crime é uma disciplina interdisciplinar estão: conexão entre geografia e criminologia; análise espacial e geográfica; abordagem multidisciplinar na prevenção do crime; interseção com políticas públicas e aplicação da lei; e abordagem holística para compreender a criminalidade.

Figura 3 - Eixos temáticos no campo de estudo da Geografia do Crime



Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Canter (2003); Felson (1988); Brantingham e Brantingham (1991) e; Santos (2009).

Conexão entre Geografia e Criminologia: a geografia do crime combina conceitos e métodos da geografia humana com teorias e abordagens da criminologia. Isso envolve a análise do espaço geográfico como um contexto no qual a atividade criminosa

ocorre e a aplicação de teorias criminológicas para explicar padrões de criminalidade (CANTER, 2003).

Análise Espacial e Geográfica: A geografia do crime utiliza técnicas de análise espacial e geográfica, como Sistemas de Informações Geográficas (SIG), mapeamento de pontos quentes, modelagem espacial e análise de padrões, para examinar a distribuição e os padrões de criminalidade em diferentes áreas geográficas (SANTOS, 2009).

Abordagem Multidisciplinar na Prevenção do Crime: A compreensão da geografia do crime é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Isso requer uma abordagem multidisciplinar que integre urbanismo, planejamento urbano, psicologia social, sociologia, ciência política, economia e outras disciplinas para criar ambientes mais seguros e resilientes (BRANTINGHAM; BRANTINGHAM, 1991).

Interseção com Políticas Públicas e Aplicação da Lei: A geografia do crime tem uma forte conexão com políticas públicas de segurança e aplicação da lei. Os resultados das pesquisas nessa área são frequentemente utilizados por formuladores de políticas e profissionais de segurança pública para informar a alocação de recursos, o planejamento de patrulhamento e a implementação de programas de prevenção do crime (WORTLEY, 2016).

Abordagem Holística para Compreender a Criminalidade: Ao considerar o contexto geográfico, social, econômico e ambiental no qual os crimes ocorrem, a geografia do crime oferece uma abordagem holística para entender a complexidade da criminalidade. Isso envolve a análise de fatores individuais, comunitários e estruturais que influenciam a ocorrência de crimes (FELSON, 1988).

ESTADO DA ARTE SOBRE GEOGRAFIA DO CRIME

A geografia do crime caracteriza-se por dinâmica urbana de violência e criminalidade que estão entreposto em campos de força que vão de domínio territorial com preservação ou substituição desse poder geográfico por membros de determinada comunidade espacialmente habitada.

Dessa forma, um estudo de Revisão Integrativa foi utilizado nesta pesquisa com auxílio da Plataforma Google Scholar, a fim de catalogar parâmetros métricos por comparação de ranking de citações como forma de agregar ao estudo qualitativo/quantitativo que justificassem as informações e teorizassem o estado da arte ao referencial teórico resultando neste capítulo.

Estruturado em base bibliométrica, o termo *geografia do crime* foi utilizado como pesquisa nos idiomas Português, Espanhol e Inglês, provando que o fenômeno é amplamente estudado conformando os objetivos baseados no estado da arte.

> Uma revisão integrativa é um método específico, que resume o passado da literatura empírica ou teórica para fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular (BROOME, 2006 *apud* BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2001, p. 12). O termo "integrativa" tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método. Para Whitemore e Knafl (2005), é nesse ponto que se evidencia o potencial para construir a ciência. Uma boa revisão integrativa, segundo os autores, apresenta o estado da arte sobre um tema, contribuindo para um desenvolvimento teorias. O método de revisão integrativa é uma abordagem que permite a inclusão dos estudos que adotam diversas metodologias (ou

> seja, experimental e de pesquisa não experimental) (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 127).

Ainda com embasamento teórico-científico (estado da arte), a revisão bibliográfica de forma sistemática foi realizada por parâmetros bibliométricos e utilizada para alcançar maior rigor e dar qualidade a pesquisa, visto a necessidade de apontar o eixo temático sobre a geografia do crime corroborando com o levantamento de um conjunto de artigos científicos com propósito de apontar, analisar e compreender o tema.

Sendo um núcleo duro, o conceito de geografia do crime permeia o contexto mais amplo acerca de outras discussões consequentes como modelos de território, territorialidade sendo estas premissas auxiliares, além de crime e criminalidade como premissas secundárias.

Portanto, diante do estado da arte, foi realizado levantamento acerca das produções científicas de maior relevância em língua portuguesa, língua espanhola e Inglesa caracterizadas em publicações de acordo com o número de citações apuradas dentro de uma comunidade epistêmica envolvida com a temática proposta da geografia do crime, sendo assim apontadores das informações e conhecimentos sobre a temática.

A revisão integrativa sobre o estado da arte na geografia do crime demonstrou pluralidade das publicações em diversas áreas do conhecimento, o que ampliam as discussões em torno do objeto de estudo, cabendo ao pesquisador selecionar os títulos mais apropriados para destacar na pesquisa. Por isso, o uso da Plataforma Google Scholar apresenta-se como indispensável como recurso de base bibliométrica sob o termo geografia do crime e organizados em três tabelas por idiomas, o que facilitou a interpretação dos dados.

Estado da arte sobre Geografia do Crime em Língua Portuguesa

Para o mapeamento das informações, o perfilamento dos títulos e autores acerca de geografia do crime se deu por ranking dos 10 textos mais citados, além de catalogar dados como ano, local, tipo de publicação e área de estudo possibilitando discussão de várias áreas do conhecimento e interdisciplinaridade como elemento essencial no processo de análise e detalhamento da pesquisa sobre geografia do crime e seus transbordamentos.

Para tanto, o perfil das publicações (Tabela 1) demonstra uma maior contribuição de autores-pesquisadores de nível de pós-graduação, seja com mestrado, doutoramento e doutorados concluso após a publicação de seus textos, além de 100% estarem vinculados a alguma instituição de ensino superior (IES) no Brasil por meio de núcleos de pesquisa dessas instituições. Nessa perspectiva, 70% dos textos são de autoria individual o que remete à um baixo grau de coautoria (30%). Registra-se ainda que os autores são expressivamente da nacionalidade brasileira (100%), assim como participação de pesquisadoras do gênero feminino (70%) dos textos publicados, além da presença do gênero masculino em autoria e coautoria (40%).

O veículo de publicação dos textos, estão alocados em sítios que suportam revistas eletrônicas especializadas, sendo ainda o tipo de publicação em sua maioria (70%) composta de artigos publicados por volumes. Em contrapartidas, as publicações em formato de livros (30%) estão alocadas na plataforma biblioteca do Google Scholar, possível em formato *e-book* ou livro físico, ambos por meio de compra, além do que, os livros foram os que obtiveram maior número de citações, mostrando que são referência sobre a geografia do crime no Brasil.

A periodização dos textos pertencentes à amostragem do estado da arte foi identificada por publicações entre a 2002-2008 (40%) e 2010-2020 (60%) o que possibilita analisar a crescente demanda sobre a temática e suas discussões, mas ainda mantendo publicações com maior periodização entre os mais citados, o que pode ser analisado como uma fase de difusão conceitual e, posteriormente, como fase de maturação temática sobre estudos da geografia do crime em língua portuguesa.

Quanto à espacialidade dos textos publicados, ficou demonstrado que a grande referência de instituições de publicação, está concentrada na região sudeste do Brasil (80%), divididos entre os estados de São Paulo (40%), Minas Gerais (30%), Rio de Janeiro e, minorativamente uma parcela na região nordeste (20%) dos locais de publicação como nos estados da Paraíba e Ceará. No entanto, as áreas de estudos e linha de pesquisa estão concentradas em Geografia como grande área (50%) e as demais áreas sendo do Direito (estimulado pelos estudos em criminalidade), História, Ciências Sociais e áreas como Segurança Pública e Humanidades.

No que concerne o conteúdo dos títulos publicados em seu estado da arte, a distribuição dos artigos e livros sobre a pesquisa bibliográfica na língua portuguesa demonstra que os estudos estão focados em analisar a dualidade crime-violência, onde cabe por meio de determinado ato criminoso creditar a ação como comportamento violento ou não, visto que quanto mais violento o crime, maior o olhar da sociedade sob determinada região. Essa caracterização dos textos no estado da arte da geografia do crime está permeada pela tipologia e perfil do crime, o que corrobora com a necessidade de investigação sobre a percepção de violência, do qual assume dimensões sociais diversas variando de acordo com o ambiente, classe social, o nível ou interação com as informações, condições socioespaciais e até mesmo sóciohistóricas.

Tabela 1 - Estado da arte sobre geografia do crime em língua portuguesa

Ordem	Autoria	Título/ Ano	Tipo de Publicação	Veículo de Publicação	Local	Ano	Área	Citações
01	ANASTASIA, Carla.Maria Junho	A geografia do crime: violência nas minas setencentistas	Livro	Editora UFMG	Minas Gerais	2005	História	125
02	FÉLIX, Sueli Andruccioli	Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias	Livro	UNESP Publicações	Marília/SP	2002	Geografia	114
03	LIRA, Pablo Silva	Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas	Livro	Letra Capital: Observatório das Metrópoles	Rio de Janeiro	2017	Ciências Sociais	63
04	BATELLA, Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandre Magno Alves	Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais	Artigo	Sociedade & Natureza	Minas Gerais	2010	Geografia	51
05	SANTOS, Márcia Andréia Ferreira	Abordagens científicas sobre as causas da criminalidade violenta: uma análise da Teoria da Ecologia Humana	Artigo	Revista LEVS - Laboratório de Estudos da Violência e Segurança	Marília/SP	2016	Direito	21
06	BATELLA, Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandre Magno Alves; TEIXEIRA, Ana Paula.	Explorando os determinantes da geografia do crime nas cidades médias mineiras	Artigo	Revista de Biologia e Ciências da Terra	Paraíba	2008	Geografia	15
07	SANTOS, Márcia Andréia Ferreira	A geografia dos crimes violentos em Uberlândia-MG	Artigo	Revista da ANPEGE	Minas Gerais	2016	Geografia	10
08	OLIVEIRA, Janaine Voltoline de	Retratos da violência urbana e da criminalidade em Boa Vista-RR, a capital mais setentrional do Brasil	Artigo	Cadernos de campo: Revista de Ciências Sociais	Araraquara/SP	2017	Segurança Pública	08
09	BATELLA, Wagner Barbosa	Contribuições da Geografia aos estudos sobre criminalidade	Artigo	Editora UNESP	Rio Claro/SP	2010	Geografia	08
10	OLIVEIRA, Carmen Silveira de; WOLFF, Maria Palma; CONTE, Marta; HENN, Ronaldo César	Violência e cidade: existiria uma geografia do crime?	Artigo	O público e o privado	Ceará	2004	Humanidades e Ciências Sociais	07

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Google Scholar (2024).

Dessa forma, sob três eixos de análise, verificou-se que na *dinâmica social*, o perfil da geografia do crime sobre os textos mais citados, no caso dos livros, estão mais interessados em delimitar processos de construção conceitual do crime sob olhar geográfico em escala de espaços urbanos. Há ainda o segundo eixo, o contexto de *dinâmica demográfica* nos textos, onde o processo de análise da criminalidade não está somente no elemento ou uma referência banal e sim em valores demográficos como gênero, idade, mobilidade socioespacial etc. e que vão além de números, mas é fundamental para analisar o perfil do elemento por meio de dinâmica criminal no espaço.

Uma terceira característica dos textos na geografia do crime e seu estado da arte se baseia no eixo de análise a *dinâmica espacial* que mesmo sendo abstrata e ultrapassar o simples endereçamento, determinados espaços são esvaziados e absolutamente deteriorados, geralmente zonas centrais de grandes cidades, provocando a atração de comportamentos típicos de determinados delitos, o que contrariamente, os textos também corroboram para a dicotomia de área periféricas com classe socioeconômicas menos favoráveis, onde predominam crimes contra o patrimônio pela concentração de riquezas e espaços deteriorados representados por invasões, favelas etc.

Ainda com base no estado da arte da geografia do crime em língua portuguesa (Tabela 1), todos os textos (100%) trouxeram a dinâmica espacial como eixo de análise, sendo ainda empregados estudos de caso (40%). No entanto, quando se trata de escala de espaços urbanos, a geografia do crime está tipificada em estudos de forma abrangente no espaço, não em escala local ou de lugar, mesmo para os textos com estudos de caso.

Os 10 textos mais citados desta pesquisa em idioma português abordam análises conceituais de violência e sua historicidade com perspectivas teóricas, além dos níveis de

violência, ou seja, as abordagens científicas sobre a geografia e o crime estão diretamente relacionados à evolução da violência. O perfil do crime ou tipos de crime não foram a demanda maior dos textos, além de base estatísticas para textos com estudos de caso (30%).

Estado da arte sobre Geografia do Crime em Língua Espanhola

Para análise do estado da arte da geografia do crime em língua espanhola, também foi realizada pela busca bibliométrica utilizando termo *geografía del crimen*, cuja estrutura está alinhada as pesquisas de escala espacial, além de aplicação de conceitos teóricos e tipologia do crime por meio estudos de caso (Tabela 2).

Quanto ao perfil dos autores, a nacionalidade predomina sobre os países de língua hispânica (89%), além de mais, majoritariamente os autores são de gênero masculino (89%), seja em coparticipação ou autoria individual (100%) e, em contrapartida, as autoras do gênero feminino estão em 20% da publicações, sendo ainda coautoras e países de língua hispânicas.

O nível acadêmico dos autores até a publicação de seus textos, eram de mestrado, em doutoramento, doutorado e pós-doutorado, além de vínculos a alguma instituição de ensino superior ou núcleos de pesquisa, remetendo ainda, as áreas de pesquisa bastante heterogênea e voltadas aos estudos da Humanas como Direito, Ciências Sociais, Segurança Pública e outras mais como Geografia, Administração e Economia. Os tipos de publicação estão em formato de artigos (100%) com publicações veiculadas em sites especializados ou ligados a instituições de ensino superior, essas por sua vez, como revistas eletrônicas em formato de *e-books* e estacionados em países de língua espanhola (90%) como México, Colômbia, Espanha e ainda, de língua inglesa com núcleo de pesquisas latino-americano.

Tabela 2 - Estado da arte sobre geografia do crime em língua espanhola

Ordem	Autoria	Título	Tipo de Publicação	Veículo de Publicação	Local	Ano	Área	Citações
01	DÍAZ, Ana Maria; SÁNCHEZ, Fabio	Geografía de los cultivos ilícitos y conflito armado en Colombia	Artigo	Universidad de los Andes-Faculdad de Economía-CEDE	Colômbia	2002	Geografia	221
02	GONZÁLEZ, Carlos Vázquez; URPINA, Carlos Soto	El análisis geográfico del delito y los mapas de la delincuencia	Artigo	Revista de Derecho Penal y Criminología	Espanha	2013	Direitoo	69
03	CALDERÓN, Álvarez; ENRIQUE, Carlos; RODRÍGUEZ, Beltrán; ANDRÉS, Carlos	Ecossistemas criminales: habitats para la gobernancia y la globalización desviada	Artigo	Revista Científica General José María Córdova	EUA	2018	Ciências Sociais	54
04	VILALTA, Carlos	Un modelo descriptivo de la Geografía del robo en la zona metropolitana del Valle de México	Artigo	Journal of Latin American Geography	Zona Metropolitana del Valle de México	2009	Geografia/ Ciências Sociales	45
05	GIL, Raúl Zepeda	Violencia em Tierra Caliente: desigualdad, desarrollo y escolaridad en la guerra contra el narcotráfico	Artigo	Estudios Sociológicos	Cidade do México	2018	Sociologia	35
06	DUNCAN, Gustavo	La división del trabajo en el narcotráfico: mercancía, capital y geografía del Estado	Artigo	Artículo en livro Economía criminal y poder político	Medelín/ Colômbia	2013	Administração/ Economia	34
07	SANSÓ-RUPERT, Daniel	Nuevas tendencias de organización criminal y movilidad geográfica. Aproximación geopolítica en clave de inteligencia criminal	Artigo	Revista UNISCI	Espanha	2016	Geopolítica	33
08	MORALES; David Vázquez; MOLINA, Esther Fernández; STRUSE, Simón Planells; MANCEBO, Mario Belmonte	El perfil geográfico de la delincuencia juvenil: un análisis de las características espaciales asociadas a la movilidad delictiva de los jóvenes	Artigo	Revista Española de Investigación Criminológica	Espanha	2014	Direito	30
09	LAHOSA, Josep Mª	Delincuencia y ciudad. Hacia una reflexión geográfica comprometida	Artigo	Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales	Espanha	2002	Geografia/ Ciências Sociais	30
10	SALINA, Omar Armando Sánchez; FLORES, Cézar Mario Fuentes	El robo de vehículos y sus relación espacial con el contexto sociodemográfico en tres delegaciones centrales de la ciudad de México (2010)	Artigo	Investigaciones Geográficas	Cidade do México	2016	Segurança Pública	28

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Google Scholar (2024).

A periodização dos artigos pertencentes à amostra do estado da arte é identificada por publicações majoritariamente lançadas num período de 6 anos (70%), entre os anos de 2013 e 2018, enquanto as publicações de períodos anteriores (2002 e 2009), constituída de discussões já em fase de maturação da temática acerca de dinâmicas sociais que tipificam crimes aos segmentos socialmente excluídos, especialmente nos aspectos econômicos em suas desigualdades.

A posteriori, as publicações dialogam numa dinâmica espacial, mesmo em estudos de caso (30%) e suas tipificações do crime como roubo à veículos se utilizando de ferramentas da geografia para análise dos crimes como mapas cartográficos, dados estatísticos de determinada localidade informadas pelas agências de segurança públicas.

Contudo, os 10 textos mais citados em suas relevâncias promovem uma homogeneidade dos debates acerca dos fatores históricos, sociais e econômico, chamando atenção ao número de citações frente aos de língua portuguesa. Tomando como referência esses dados, o estado da arte para a geografia do crime está mais amadurecido em países de língua espanhola, principalmente pela ampla discussão das variadas áreas do campo epistemológico, além de estudos empíricos pela difusão do uso de ferramentas da geografia que permite analisar a sociologia do crime em escala espacial urbana.

Estado da arte sobre Geografia do Crime em Língua Inglesa

O estado da arte sobre a geografia do crime em língua inglesa (*geography and crime*) demonstra perfil de pesquisa alinhado a dinâmica espacial em grande parte dos textos. A relação do crime

com a geografia tem uma estrutura espacial complexa que pode ser revelada em 40% dos textos pelo mapeamento ou uso de ferramentas de análise para referenciar determinados espaços e a concentração de delitos. Dessa forma, a criminalidade urbana acaba gerando efeito multiplicador espacial que altera os valores e as percepções de como as pessoas veem o espaço urbano e que põe em risco a qualidade de vida dos habitantes de uma cidade.

Diante disto, o perfil dos autores do top 10 do ranking de textos com maior relevância bibliométrica em termos de citações (Tabela 3) demonstra em sua maioria (60%) coautoria, dos quais os pesquisadores são de programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado e que à época das publicações estavam vinculados à núcleos de pesquisas em alguma instituição de ensino superior no Brasil ou exterior.

Ainda nessa perspectiva, observa-se a participação de autores de nacionalidade brasileira (38%), seja por fazerem parte de programas de extensão acadêmica no exterior ou por aplicar a pesquisa às instituições estrangeiras, o que justifica o alto grau de colaboração no sistema de coautoria. Equilibradamente, os números mostram a presença de pesquisadores do gênero masculino (54%) em contraposição a presença de pesquisadoras do gênero feminino (46%).

Com base nos tipos de publicações e seus veículos, maior parte dos textos (90%) são artigos estacionados em revistas eletrônicas independentes, onde seus sítios estão alocados nos países da América do Norte como Estados Unidos (80%) e México (20%).

A periodização acerca dos estudos sobre a geografia do crime vai dos anos 2000 até 2020, sendo o único livro retratando a historicidade da violência, suas teorias e conceitos da geografia do crime e seus transbordamentos espaciais, justificando o grande número de citações e sua relevância.

Tabela 3 - Estado da arte sobre geografia do crime em língua inglesa

Ordem	Autoria	Título	Tipo de Publicação	Veículo de Publicação	Local	Ano	Área	Citações
01	MURRAY, Joseph; CERQUEIRA; Daniel Ricardo de; KAHN, Tulio	Crime and violence in Brazil: systematic review of time trends, ptevalence rates and risk factors	Artigo	Agression and violent behavior	EUA	2013	Multidisciplinar	280
02	BUFFINGTON, Robert	Criminal and citizen in modern Mexico	Livro	University of Nebraska Press	EUA	2000	Crimonologia	234
03	RIOS, Viridiana	How government coordination controlled organized crime. The case of Mexico's cocaine markets	Artigo	Journal of Conflict Resolution	México	2015	Segurança Pública	134
04	LEY, Sandra	To vote or not to vote: how criminal violence shapes electoral participation	Artigo	Journal of Conflict Resolution	México	2018	Geografia	131
05	LUM, Cynthia	The geography of drug acttivity and violence: analyzing spatial relationships of non-homogenous crime event types	Arigo	Substance use & misuse	EUA	2008	Gografia	67
06	LEBEAU, James L; LEITNER, Michael	Introduction: progress in research on the geography of crime	Artigo	The Professional Geographer	EUA	2011	Geografia	65
07	ALKIMIM, Akenya CLARKE, Kate C; OLIVEIRA, Fábio S.	Fear, crime and space: the case od Viçosa, Brazil	Artigo	Applied Geography	EUA	2013	Geografia	42
08	SILVA, Carlos; MELO, Silas; ALMEIDA JR, Pedro; SATO, Simone; SANTOS, Alex; SANTIAGO, Katarina; SÁ, Lucilene	Spatial modeling for homicide rates estimation in Pernambuco state – Brazil	Artigo	ISPRS International Journal of Geo-information 9	Pernambuco	2020	Geografia	19
09	FAULKNER, Sally C.; STEVENS, Michael C.A; ROMAÑACH, Sthephanie S.; LE COMBER, S.C.; LINDSEY, P.A.	A spatial approach to combatting wildlife crime	Artigo	Conservation Biology		2018		19
10	MBURU, Lucy; HELBICH, Marco	Evaluating the accuracy and effectiveness of criminal geographic profiling methods: the case of Dandora, Kenya	Artigo	The Professional Geographer	EUA	2015	Geografia	18

Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Google Scholar (2024).

Diferente do estudo da arte sobre geografia do crime em língua portuguesa passar por uma *fase de difusão conceitual*, os textos de língua inglesa já demonstram a *fase de maturação da temática* da geografia do crime por abordar amplamente o campo de estudo da análise espacial da criminalidade, contexto mais complexo das pesquisas com discussões voltadas à dinâmicas sociais como fatores socioeconômicos, escolaridades etc. a fim de catalogar o perfil geográfico associado ao crime.

As áreas de estudos dos textos publicados são em grande referência a Geografia (60%) e as demais, Multidisciplinar por tratar de Economia, Administração e Políticas Públicas, além de áreas secundárias como Criminologia, Segurança Pública. Curiosamente, a Geografia do Crime como objeto de estudo dialoga com outras áreas como a Biologia para utilizar os crimes contra o meio ambiente, relacionando o perfil geográfico a alteração de determinadas paisagens devido os ilícitos sobre caça-furtiva e com isso, utilizando os padrões espaciais como intervenções políticas ao combate contra essas alterações de paisagens por conta dos crimes contra a natureza.

Destarte, parte das pesquisas se utilizou de ferramentas como *software* de georreferenciamento e outras bases de informações e índices para estudos de caso (40%) e análise espacial do crime, o que proporciona como respostas às políticas públicas de combate aos crimes organizados.

Contudo, com base nesses resultados de busca bibliométrica da geografia do crime à *lato sensu* existe uma enorme contribuição e ampla análise pelos atores não-governamentais como objetos da construção do conhecimento e reflexão da comunidade epistêmica, demonstrando ainda, haver espaço para avanço das análises e debates direcionadas pela Geografia como fenômeno em seus perfis tipológicos.

GEOGRAFIA DO CRIME: TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE, CRIME E CRIMINALIDADE

Dentro do campo de estudos da geografia do crime, é importante destacar alguns aspectos relevantes, sobretudo em relação ao perfil da prática criminosa em contextos territoriais urbanos, uma vez que é possível identificar uma tendência característica de elevação dos índices de criminalidade à medida que ocorre um adensamento demográfico no território aliado à falta de políticas públicas de prevenção e combate ao crime nestes territórios (CANTER, 2003).

Para compreender a relação existente entre criminalidade e territorialidade, diversos autores no campo da criminologia e da geografia do crime tem se dedicado a desenvolver discussões e análises aprofundadas com o intuito de proporcionar instrumentalização teórica necessária aos pesquisadores, bem como aos profissionais da área e membros da sociedade para o estabelecimento de políticas públicas, desenvolvimento de ações, estratégias e mecanismos de prevenção, combate e/ou minimização destes altos índices de prática de crimes nos contextos territoriais urbanos.

Não obstante a esta realidade, Sampson (2012) destaca a importância da organização social e da territorialidade para a compreensão da criminalidade urbana. Sampson argumenta que a estrutura social de um bairro, incluindo a coesão social, o envolvimento cívico e a capacidade de controle social informal, influenciam a capacidade dos residentes de controlar o comportamento criminoso em seu território.

Segundo esta perspectiva, Canter (1994) discute a relação entre crime e territorialidade a partir da perspectiva do comportamento criminal. Canter sugere que os criminosos

frequentemente operam em áreas familiares, onde se sentem mais confortáveis e têm maior conhecimento do ambiente, o que pode influenciar a escolha de alvos e a execução de crimes. Essa abordagem enfatiza a importância do espaço geográfico na compreensão da dinâmica do crime e na formulação de estratégias de prevenção e controle.

Territórios e territorialidades

A geografia da criminalidade busca entender como os padrões de crime variam de acordo com o espaço geográfico. Os territórios são delimitações físicas onde ocorrem atividades criminais, e a análise desses territórios permite identificar áreas de maior incidência de crimes e entender os fatores que contribuem para essa distribuição desigual. Considerando este aspecto territorial, temos as fronteiras, que simbolizam o poder, onde cada país dentro de seu território possui suas regras, políticas e forma de controle, neste sentido a pesquisador Couto (2011, p. 04) traz:

> Seguindo pela pesquisa de campo, observação e interação com o espaço de fronteira – o pesquisador deve se posicionar dentro dos dois lados de uma fronteira, sobre o lado de dentro e o lado de fora. Deve realizar uma pesquisa que descubra o real sentido de se pertencer ou não pertencer a uma fronteira (BUSCIOLI; CORRÊA; OLIVEIRA, 2008).

Assim, para a realização da pesquisa, o conceito de fronteira necessita ser revisitado com elementos característicos, da tríplice fronteira roraimense, notadamente no que se refere a sua porosidade para a prática de ilícitos. A criminalidade organizada encontra nas

fronteiras abertas do mundo globalizado um elemento central para o domínio de novos territórios.

As fronteiras conforme Couto (2011) são de muitos tipos: físicas, políticas, culturais e psicológicas. Uma fronteira cria um espaço interior que pretende ser homogêneo e deliberadamente diferenciado do exterior, fato bem trabalhado pelos criminosos no domínio territorial.

O crime transfronteiriço, principalmente o narcotráfico em suas redes de poder, mobiliza hoje um contingente de pessoas e um montante de recursos inéditos da história. Não há país na face da Terra que não esteja de uma forma ou de outra, articulado na sua teia de poder. As facilidades de deslocamento e transporte no atual período técnico-científico promoveram um incremento substancial nas atividades do chamado "narcotráfico" e sua globalização (HAESBAERT; GONÇALVES, 2005, p. 61).

A "globalização do narcotráfico", pode ser observada em Roraima com a análise de reportagens de prisões de estrangeiros, e até mesmo de brasileiros em outros países, que em sua maioria são denominados como "os mulas" do tráfico e presos em aeroportos. Neste sentido, a geógrafa Lia Osório Machado (2000, p. 71), afirma:

> A segurança, por sua vez, assume um caráter transnacional – via, sobretudo a conexão das agências de diversos países, na medida em que o *inimigo* não é mais, na grande maioria das vezes, um estado estrangeiro, mas organizações estruturadas *em rede*, fundadas em critérios de solidariedade que pouco tem a ver com o sentimento de 'pertencimento' a um Estado Nacional (terrorismo, narcotráfico, imigração ilegal, entre outros).

Deste modo, o estudo realizado por Manuel Castells (1996), considerando a sociedade como uma rede, no volume I de usa obra, ele traz a seguinte análise, quanto ao crime:

> A prática do crime é tão antiga quanto a própria humanidade. Mas o crime global, a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com atividades compartilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afeta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral (CASTELLS, 1996, p. 203).

Considerando a centralidade de conceitos geopolíticos para esta pesquisa, tomaremos como base autores que trabalham com os conceitos de território, poder, soberania, fronteira, globalização, sociedade em rede, dentre outros mais secundários, uma vez que a criminalidade é um evento multifacetado e exige, inclusive, uma abordagem transdisciplinar.

No sentido de analisar as condições do programa social de moradia e do programa de segurança pública para estes locais, será necessário a análise dos conceitos inicialmente quanto ao território proposto por Raffestin (2015, p. 22), que buscou a análise inicial como sendo "o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível" asseverando que para construir um território existe a necessidade de projetar no espaço um trabalho ou energias e adaptações de acordo com a necessidade de uma comunidade ou grupo social.

Complementando o conceito apresentado acima Souza (2015), afirma que o primeiro requisito para definir território é o

poder, a dimensão política e cultural, neste sentido apresenta a seguinte:

> O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz ou um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. [...] mas quem domina ou influência e como domina ou influencia esse espaço? (SOUZA, 2015, p. 78).

A afirmação de que o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por relações de poder destaca a centralidade das dinâmicas políticas na compreensão do conceito de território. Souza (2015) enfatiza que a questão principal não reside nas características geoecológicas ou nos recursos naturais de uma determinada área, tampouco nas relações afetivas ou de identidade entre um grupo social e seu espaço. Em vez disso, o foco está em entender quem exerce dominação ou influência sobre esse espaço e como essa dominação ou influência ocorre.

A abordagem proposta sugere uma análise mais aprofundada das relações de poder que moldam a configuração e a utilização do território. Isso implica examinar os atores envolvidos, suas estratégias e mecanismos de controle. A ideia central é que o território não é apenas um espaço físico, mas um campo complexo onde se desenrolam disputas e negociações de poder.

A importância de uma perspectiva crítica e contextualizada ao abordar questões territoriais, destacando que compreender quem

detém o poder e como esse poder é exercido é essencial para uma análise abrangente do território.

Souza (2015) apresenta uma crítica ao firmar que território por excelência, para o senso comum, mas também para juristas, militares e cientistas políticos, terminou por muito tempo como aquele sobre o qual o aparelho estatal exerce sua soberania. E continua afirmando que as relações de poder são espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial.

Levando em consideração a "organização" espacial, Santos (1979) caracteriza o espaço sendo como organizado socialmente, correspondendo às transformações sociais regida pelos homens.

> O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e, também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p. 10).

Desse modo, o espaço, nesse contexto, desempenha funções significativas na configuração econômica e social, não apenas sendo moldado por esses elementos, mas também exercendo influência recíproca sobre as demais estruturas sociais. Conforme expresso por Santos (1979, p. 10), o espaço é considerado um componente fundamental da totalidade social e seus movimentos, denotando sua centralidade na compreensão das dinâmicas sociais mais amplas.

Apresentando a fundamentação teórica e conceitual falta a análise do conceito de soberania que no presente caso, foi deixado por último ante a necessidade de análise dos demais conceitos, assim

realiza-se a análise do que é soberania, conceito voltado para o monopólio legítimo do uso da força física, e a capacidade exclusiva de criar normas, moedas, impostos, estruturar e delimitar o território, são elementos constitutivos da soberania do estado, correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central, conforme Couto (2011).

Territorialidade é um conceito fundamental na geografia humana, referindo-se à forma como os indivíduos interagem e reivindicam espaços geográficos específicos. Nesta abordagem são destacados como diferentes grupos sociais criam, mantêm e defendem territórios que possuem significado simbólico, cultural, político e econômico. Esse fenômeno pode ser observado em várias escalas, desde indivíduos demarcando seu espaço pessoal até nações reivindicando fronteiras territoriais.

Os seres humanos constroem e mantêm territórios como uma extensão de sua identidade e cultura, utilizando-os para afirmar status, proteger recursos e estabelecer relações sociais (TUAN, 1977). Ainda segundo o autor, o espaço é o que separa os indivíduos, mas também é o que une; é onde os indivíduos estão, mas também é o que os define. A territorialidade é a expressão dessa dualidade: é a busca de pertencimento e identidade em um mundo de limites e fronteiras. Além disso, ela é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo história, poder político e recursos disponíveis, moldando assim a dinâmica social e espacial de uma determinada área.

No contexto da geografia, a territorialidade é frequentemente explorada para entender as relações de poder e controle sobre o espaço. Por intermédio da análise das práticas territoriais, como uso da terra, demarcação de fronteiras e estratégias de dominação, são examinadas as influências da configuração e organização do espaço geográfico. Além disso, o conceito de territorialidade permite compreender as dinâmicas de exclusão e inclusão espacial,

identificando como certos grupos são marginalizados ou privilegiados em determinados territórios. Dessa forma, a territorialidade é uma lente poderosa para compreender as complexas interações entre sociedade, espaço e poder, viabilizando a análise a respeito da criminalidade e sua dinâmica de territorialidade.

Diante deste contexto de fundamentação teórica, demonstra a complexidade da territorialidade da criminalidade na cidade, tema proposto na presente pesquisa e está diretamente relacionada com a dominação do território para a prática de crimes como tráfico de drogas, prostituição, entre outros, fatos criminosos que são debatidos há anos, no entanto, os projetos de desenvolvimento da cidade continuam sem os observar.

Assim, busca-se em Henry Lefbvre (2016), o conceito de cidade, para compreensão da necessidade do Estado em elaborar projetos de habitação, já que cidade para ele é uma projeção da sociedade sobre o terreno e as consequências da urbanização em muito superavam as da industrialização, e as cidades passaram a ser produzidas enquanto mercadorias que intensificam as disputas territoriais.

Neste contexto de poder, será empregado o conceito apresentado por Michel Foucault, em sua obra microfísica do poder, já que tanto o Estado quanto os membros de organizações criminosas buscam o poder sobre territórios, assim, a análise da territorialidade e a criminalidade, passa pela apreciação do poder, onde ele apresenta o triangulo poder direito verdade.

Foucault (2022, p. 204) discorre que as relações de poder postas, seja pelas instituições, escolas, prisões, quartéis, foram marcadas pela disciplina: mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do tribunal, sendo por ela que as relações de poder se tornam mais facilmente

observáveis. Portanto, o domínio do território por criminosos, também exige regras claras, no entanto, não seguem uma dinâmica que visam garantir direitos fundamentais dos indivíduos submetidos ao poder.

Criminalidade e organização criminosa

Antes de debatermos sobre a criminalidade e violência, na área de estudo, destaca-se no âmbito teórico de maneira significativa para a proposta desta pesquisa alguns debates conceituais. O primeiro debate aborda as questões ligadas aos conceitos de espaço geográfico e de territorialidade, aspectos essenciais para a abordagem socioespacial proposta, conforme já exposto.

Assim, neste contexto, os conceitos utilizados de espaço territorial e de territorialização, implicam na presença de um sujeito, um indivíduo central; seja para ocupar o território (no desenvolvimento do espaço territorial) ou para colocar em prática as estratégias geográficas com o intuito de influenciar ou controlar outros sujeitos e recursos (exercício da territorialização). Portanto, toda análise acerca do espaço territorial e da territorialização necessita identificar de maneira inequívoca quem é esse sujeito ou indivíduo central, de modo a determinar com precisão as fronteiras de suas ações e práticas.

A procura pela definição ideal dos participantes estudados esbarra, porém, em um segundo tema teórico importante nesta proposta: a falta de clareza no conceito de grupo criminoso ou membro de organização criminosa, o que dificulta determinar de modo preciso o alcance dos indivíduos sociais analisados aqui. Mesmo que essa falta de clareza não seja insuperável, considera-se benéfico o debate sobre as dificuldades de elaborar a categoria grupo

criminoso, pois, ao esclarecer o tema, é possível, ao menos, identificar algumas das limitações inerentes à pesquisa científica de grupos voltados para a prática de ações ilícitas.

Entre as diversas formas de análise do fenômeno das organizações criminosas, este estudo escolhe se concentrar na temática do território e da territorialidade, reconhecendo, no entanto, que essa abordagem implica em abordar vários outros conceitos e categorias relacionadas, assim, será utilizado como forma de catalogação de grupo criminoso, os conceitos descritos pelas leis penais, o que não resolve a dificuldade que se apresenta.

O *crime* em que pese a existência de teorias para definir o que é crime, no Brasil a doutrina define como sendo um conceito analítico, onde a ação do agente ativo, precisa ser típica e antijurídica, culpável e punível.

Neste sentido, o doutrinador jurídico Rogério Greco por sua vez assevera:

> Na verdade, os conceitos formal e material não traduzem com precisão o que seja crime. Se há uma lei penal editada pelo Estado, proibindo determinada conduta, e o agente a viola, se ausente qualquer causa de exclusão da ilicitude ou dirimente da culpabilidade, haverá crime. Já o conceito material sobreleva a importância do princípio da intervenção mínima quando aduz que somente haverá crime quando a conduta do agente atentar contra os bens mais importantes. Contudo, mesmo sendo importante e necessário o bem para a manutenção e a subsistência da sociedade, se não houver uma lei penal protegendo-o, por mais relevante que seja, não haverá crime se o agente vier atacá-lo, em face do princípio da legalidade (GRECO, 2015, p. 147).

Em que pese a divergência existente no conceito de crime, para a pesquisa utiliza-se o conceito analítico. Se já existe a dificuldade dos doutrinadores jurídicos em definir crime, esta mesma dificuldade persistirá na definição ou no conceito de grupo criminoso, quadrilha ou bando, associação criminosa, organização criminosa.

O crime é um fenômeno social complexo, enraizado em desigualdades estruturais, oportunidades limitadas e fatores socioeconômicos. Ele não surge no vácuo, mas é alimentado por uma combinação de condições ambientais desfavoráveis, desigualdades de poder e falta de acesso a recursos legítimos. Para entender verdadeiramente o crime, devemos examinar suas raízes estruturais e as dinâmicas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão social (DURKHEIM, 2000).

Utilizando o texto da lei, sobre crime hodiernamente existem a tipificação de dois tipos penais, sendo eles:

Associação Criminosa, constante no código penal em seu artigo 288, que tipifica a conduta de "associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes." Redação dada pela Lei 12.850/2013, crime derivado do tipo penal de *quadrilha* ou *bando*, artigo 288, "Associarem se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:", o texto do tipo penal foi modificado com a lei de crime organizado que buscou trazer dinamismo ao código penal.

Ainda quanto a crime constante no código penal, cabe ressaltar o crime de *Constituição de milícia privada*, que busca punir os "justiceiros", conforme texto inserido no código penal no ano de 2012, no artigo 288-A "Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste Código".

Por fim, o conceito de *Organização Criminosa*, será empregado o tipo penal descrito na lei de organização criminosa, que buscou conceituar o que é organização criminosa, e quais os requisitos para sua caracterização, assim, conforme o § 1º do Artigo 1º da Lei nº 12.850/2013, *in verbis*:

> Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Quadro 1 - Tipologia criminal

Associação Criminosa	**Organização Criminosa**	**Constituição de Milícia Privada**
Art. 288, caput do CP	Art. 1º § 1º da Lei 12.850/13	Art. 288-A do CP
Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas.	Associação de 4 (quatro) ou mais pessoas.	Constituir organização paramilitar, milícia particular ou grupo de extermínio.
Dispensa estrutura ordenada e divisão de tarefas	Pressupõe estrutura ordenada e divisão de tarefas, ainda que informalmente.	Apesar de dispensar, em regra apresenta divisão de tarefas.
A busca de vantagem para o grupo é o mais comum, porém dispensável.	Com o objetivo de obter vantagem de qualquer natureza.	A busca de vantagem é dispensável.
Para o fim específico de cometer crimes (dolosos, não importando o tipo ou a sua pena).	Mediante a prática de infrações penais (abrangendo contravenções) cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.	Com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos no Código Penal.
Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.	Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.	Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Lei nº 12.850/2013.

Neste sentido, visando uma didática mais acurada aos leitores que não são formados em direito, ver Quadro 1 constando a distinção de cada um dos três tipos penais, que busca punir os crimes praticados por associações armadas ou não e organizações que visam a prática de crimes.

Dinâmica de poder: território, territorialidade, crime e criminalidade

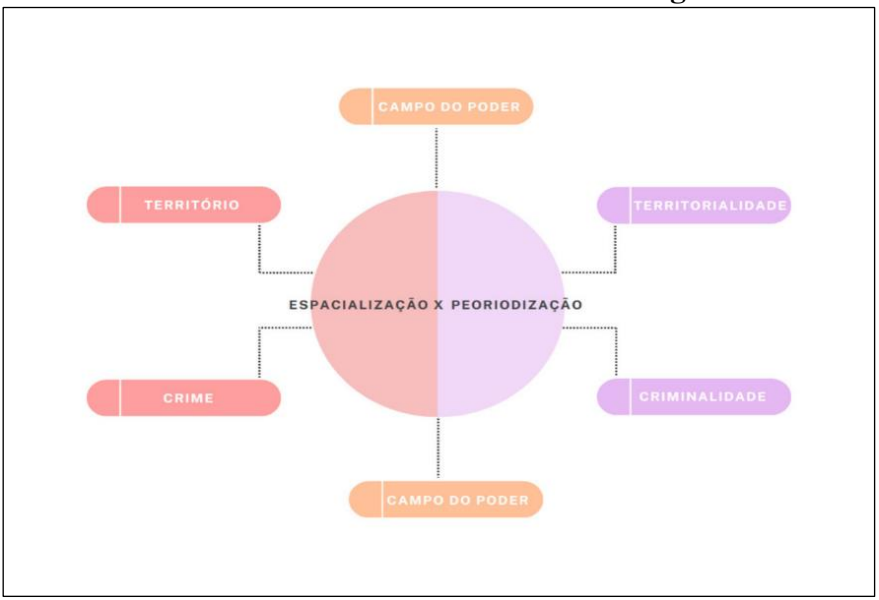
A relação entre dinâmica de poder, território, territorialidade, crime e criminalidade é complexa e multifacetada, pois a dinâmica de poder refere-se à distribuição e ao exercício do poder em uma determinada sociedade ou comunidade, influenciando a maneira como o território é organizado e utilizado (FOUCAULT, 1979). E neste caso, a pesquisa se dedica à compreensão de como essa dinâmica de poder se aplica ao contexto da prática de crime em determinados territórios urbanos.

Foucault (1979) investiga as relações de poder em níveis microscópicos da sociedade, examinando como o poder é exercido e internalizado em instituições, práticas sociais e relações interpessoais. Ele argumenta que o poder não é apenas uma estrutura hierárquica exercida por instituições governamentais, mas também uma força difusa e onipresente que permeia todos os aspectos da vida cotidiana. Ao analisar o funcionamento do poder em escala micro, Foucault oferece concepções importantes sobre como as relações de poder são mantidas, contestadas e transformadas no nível individual e coletivo.

Desta forma, é possível empreender que em virtude do processo de estruturação e organização do crime, as organizações criminosas passam a tentar exercer controle sobre territórios

específicos por meio de disputas e conflitos de influência em áreas territoriais.

Figura 4 - Dinâmica de relação entre territorialidade e criminalidade sob uma ótica geohistórica



Fonte: Elaboração própria.

O território, por sua vez, é o espaço de poder, por excelência, sobre o qual um indivíduo, grupo ou instituição exerce controle e estabelece relações de pertencimento e identidade, enquanto a territorialidade do crime está relacionada à forma como indivíduos e grupos marcam e defendem seus territórios para sua prática criminosa, estabelecendo limites e reivindicando controle sobre determinadas áreas. A Figura 4 ilustra a relação entre as dinâmicas de territorialidade e criminalidade.

Esses conceitos permitem entender, à criminalidade, pois a distribuição do poder e a organização do território podem influenciar a ocorrência e a natureza dos crimes em uma determinada área. Por exemplo, áreas com baixa coesão social e fraca capacidade de controle social informal podem ser mais propensas a altos índices de criminalidade, devido à falta de vigilância e ao enfraquecimento da territorialidade.

Por outro lado, áreas com forte coesão social e alto nível de controle social informal tendem a apresentar menores índices de criminalidade, devido ao maior controle exercido pelos residentes sobre seu território. Assim, a compreensão da dinâmica de poder, do território, da territorialidade e sua relação com o crime e a criminalidade é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e controle do crime.

CAPÍTULO 2

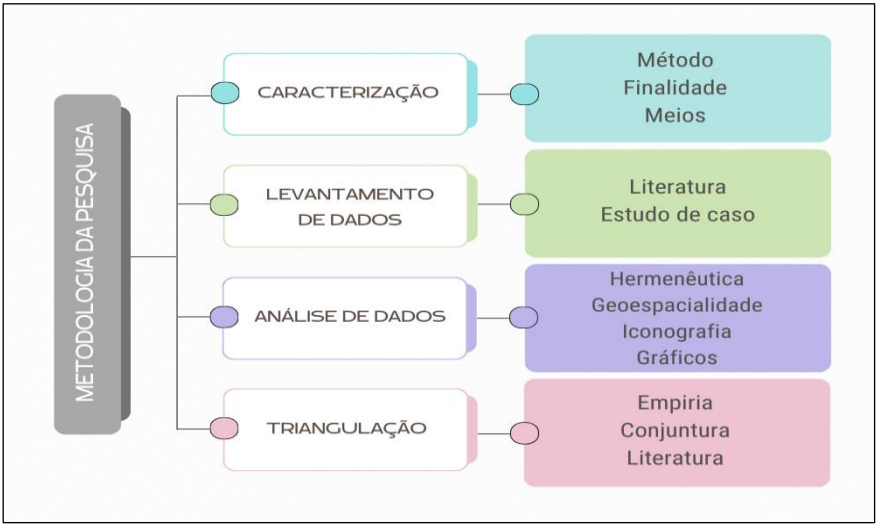
Metodologia

METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo fornecer um roteiro do delineamento e sistematização do roteiro metodológico da pesquisa, fundamentando-se em um plano detalhado de descrição dos métodos, técnicas e procedimentos utilizados para condução do estudo, de modo a fornecer com validade e confiabilidade uma estrutura clara para a coleta e análise de dados.

Considerando essa finalidade, o capítulo estrutura-se em cinco seções: caracterização metodológica da pesquisa, instrumentos de levantamento de dados, instrumentos de análise de dados, triangulação metodológica e estruturação do design da pesquisa, conforme expressa a síntese esquemática na Figura 5.

Figura 5 - Metodologia da pesquisa sobre Territorialidade da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente, a seção de *caracterização metodológica* compreende a classificação quanto a três aspectos: método, finalidade e meios. Quanto ao método da pesquisa classifica-se como dedutivo, quanto à finalidade compõe-se pela combinação de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa e quanto aos meios a pesquisa classifica-se como quali-quantitativa estratégia de pesquisa.

Por conseguinte, a seção de *instrumentos de levantamento de dados* combina, por um lado, o exame das contribuições das ciências (literatura jurídica, literatura da geografia) e documentos de diferentes instituições e, por outro lado, informações oriundas de pesquisa de campo, realizada por meio de estudo de caso do Residencial Vila Jardim, fundamentado em realização de entrevistas, questionário semiestruturado e registro fotográfico.

No tocante à análise, a seção de instrumentos de análise de dados explora a descrição da combinação de cinco sistemas e processos de análises, a saber: hermenêutica jurídica e hermenêutica geográfica, além da realização de análise geoespacial, análise de gráficos derivados da base de dados da pesquisa e ainda instrumentalização de análise iconográfica.

Já a seção de *triangulação metodológica* obedece a uma dinâmica de análise fundamentada e idealizada a partir de três eixos de investigação: 1 - dados empíricos; 2 - análise de conjuntura e; 3 - diálogo com os autores. Este tripé temático foi estabelecido com o objetivo de proporcionar uma explicação com maior detalhamento e contribuir para uma compreensão mais abrangente sobre as perspectivas epistemológica, ontológica e fenomenológica do objeto de estudo.

E por fim, a seção de *síntese do design da pesquisa* é dedicada à articulação dos principais eixos da pesquisa, estruturando uma compendiação que relaciona e localiza os objetivos específicos

da pesquisa nos aspectos metodológicos descritos. Assim, o presente capítulo explora o roteiro metodológico do estudo ora desenvolvido, elucidando os métodos e técnicas utilizados na coleta e análise dos dados.

Por meio dos caminhos aqui descritos, viabiliza-se a garantia da replicabilidade do estudo, ou seja, que outros pesquisadores possam reproduzir os mesmos procedimentos e obter resultados semelhantes, zelando pela qualidade e credibilidade da pesquisa desenvolvida.

CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

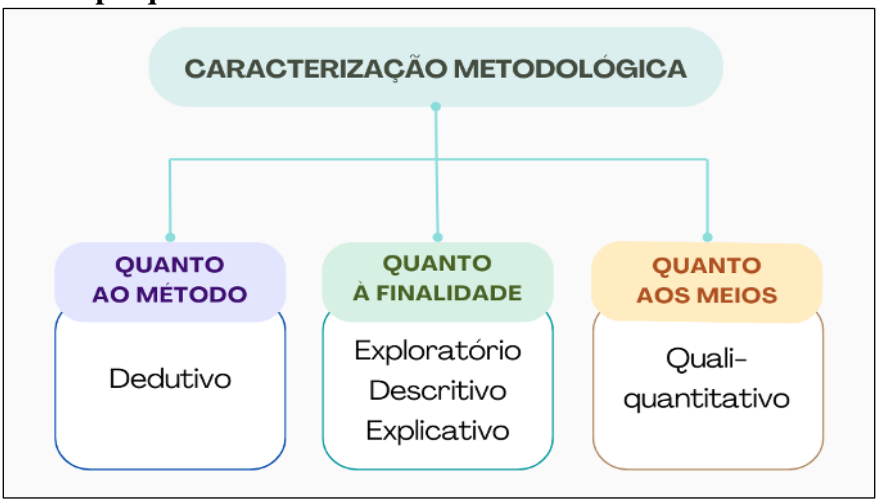
O estudo científico é caracterizado sobretudo pelos critérios utilizados para sua realização. Para tanto, esta seção tem por objetivo a caracterização dos métodos utilizados para realização da pesquisa, permitindo assim uma maior compreensão acerca das diferentes abordagens e técnicas que foram utilizadas no decorrer da investigação a respeito da Territorialidade da Criminalidade em Boa Vista-RR.

Ao classificar e caracterizar os métodos, os pesquisadores podem identificar e selecionar a abordagem mais adequada para responder a questionamentos específicos, proporcionando uma maior eficácia durante o processo de coleta, processamento, análise e interpretação dos dados para que se possa alcançar os objetivos propostos. Classificar e caracterizar os métodos de pesquisa são práticas essenciais que promovem a compreensão, a escolha adequada, a transparência, a reprodução e o desenvolvimento contínuo da metodologia científica.

Quanto ao método, o estudo classifica-se como dedutivo, uma abordagem de pesquisa pautado em um processo lógico de

raciocínio, partindo de princípios gerais para chegar a conclusões específicas sobre fenômenos geográficos, ou seja, envolve a aplicação de leis universais ou teorias amplas para explicar fenômenos específicos. No método dedutivo, o pesquisador começa com uma teoria geral ou hipótese e, em seguida, utiliza essa teoria para fazer previsões sobre fenômenos geográficos específicos, que serão então testados empiricamente.

Figura 6 - Caracterização metodológica da pesquisa sobre Territorialidade da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

Na pesquisa científica em geografia aplicada ao estudo da criminalidade, o pesquisador parte de teorias gerais ou leis estabelecidas para formular hipóteses específicas sobre a relação entre variáveis geográficas e a ocorrência de crimes. Por meio da aplicação do método dedutivo, essas hipóteses são então testadas e

validadas por meio de observações e análises empíricas, utilizando dados geográficos e estatísticos.

Quanto aos fins, a pesquisa se classifica como estudo exploratório, descritivo e explicativo. O estudo exploratório investiga sob uma perspectiva preliminar um fenômeno, problema ou área de interesse pouco compreendida, fornecendo uma base para pesquisas futuras e mediando a definição de questões de pesquisa mais específicas e direcionadas, possibilitando a formulação de hipóteses, identificação de variáveis relevantes e fornecimento de insights para pesquisas posteriores.

Assim, a pesquisa exploratória é conduzida no estágio inicial da pesquisa, com abordagem flexível e análise descritiva. "Uma pesquisa exploratória é realizada quando pouco se conhece sobre o fenômeno em estudo, e o pesquisador procura entender melhor o problema ou fenômeno e buscar ideias para futuras investigações" (CRESWELL, 2013, p. 56).

A partir desta finalidade, será possível realizar mapeamento da quantidade de crimes registrados de cada bairros de Boa Vista/RR, mapeamento do endereço dos infratores e os reflexos no bairro Cidade Satélite e estudo de caso com os moradores do residencial Vila Jardim (análise da percepção de segurança) (CRESWELL, 2013).

O *estudo descritivo* provê uma descrição detalhada de fenômenos específicos ou características de uma população, sem tentar inferir relações causais entre as variáveis estudadas. Tais estudos descritivos são projetados para observar e documentar fenômenos como eles ocorrem na natureza, muitas vezes utilizando técnicas de amostragem representativa para garantir a generalização dos resultados (BABBIE, 2020; CRESWELL, 2013).

A *pesquisa explicativa* dedica-se ao estabelecimento de relações de causalidade entre variáveis, utilizando métodos rigorosos

para testar hipóteses, explicando por meio de análises estatísticas e teóricas e contribuindo para o avanço do conhecimento em uma determinada área, assim provendo uma compreensão mais profunda e abrangente dos fenômenos estudados. Este tipo de pesquisa geralmente envolve o uso de métodos experimentais ou análises estatísticas avançadas para testar hipóteses e identificar padrões. (GRAVETTER; FORZANO, 2018; FRAENKEL; WALLEN; HYUN, 2012).

Quanto aos meios, ele é basicamente estudo quali-quantitativo, o qual integra métodos qualitativos e quantitativos, permitindo uma abordagem mais abrangente para investigar fenômenos complexos e entender suas múltiplas dimensões, uma vez que combina com uma série de técnicas e análises de dados, primários e secundários. Essa abordagem integrativa utiliza métodos mistos para coletar, analisar e interpretar dados, possibilitando uma triangulação de perspectivas e uma validação cruzada dos resultados (CRESWELL, 2013).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE LEVANTAMENTO DE DADOS

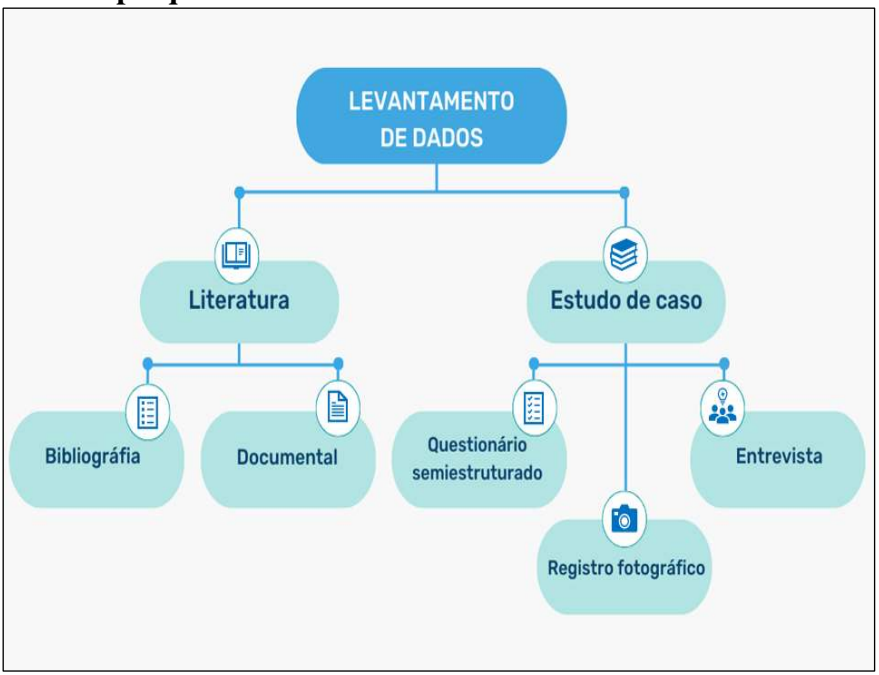
Para o desenvolvimento de uma investigação científica se faz necessário a utilização de técnicas sistematizadas durante o estudo. E neste sentido, esta seção se dedica ao detalhamento destes procedimentos de levantamento de dados para coletar informações de forma sistemática e objetiva, garantindo a qualidade e a confiabilidade dos dados obtidos.

Em suma, os instrumentos e procedimentos de levantamento de dados são essenciais para a produção de conhecimento sólido e fundamentado, permitindo a compreensão e a exploração de

fenômenos complexos em diversas áreas do saber, especialmente no tocante às áreas de políticas de prevenção, segurança e combate à criminalidade, os quais constituem objetos de estudo desta pesquisa.

Os procedimentos metodológicos de levantamento de dados da presente pesquisa para estudo da territorialidade da criminalidade em Boa Vista-RR compreendem uma revisão bibliográfica, revisão documental, pesquisa de campo com estudo de caso pautado em aplicação de questionário semi-estruturado (tipo *survey*) e realização de entrevista.

Figura 7 - Procedimentos de levantamento de dados da pesquisa sobre Territorialidade da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

A *revisão bibliográfica* é um processo sistemático e crítico de análise da literatura a respeito de um tema específico, incluindo a identificação, avaliação e síntese de evidências relevantes para embasar o estudo científico. Configura-se como uma fase crucial do processo de pesquisa, pois viabiliza contextualização do problema de pesquisa, identificação de lacunas no conhecimento e formulação de questões de pesquisa relevantes para avançar o entendimento sobre o tema em estudo (COOPER, 2018; RIDLEY, 2012). Para tal finalidade serão utilizados, entre outros, cientistas do pensamento geográfico como Raffestin (2015), Gottmann (2012) e Santos (2001), pensadores humanistas, como Foucault (1987) e Castoriadis, bem como autores da segurança pública e análise criminal, como o professor Túlio Kahn (2009).

Na *revisão documental* o pesquisador examina documentos existentes para identificar dados pertinentes, tendências históricas, políticas governamentais, decisões judiciais, entre outros elementos que contribuam para a compreensão do problema de pesquisa. É, por-tanto, uma técnica valiosa para identificar padrões e tendências ao longo do tempo, e fornece uma base sólida para a construção teórica e metodológica do estudo, como no caso de dados públicos de instituições que possuem dados relevantes para a abordagem da criminalidade e organizações criminosas do Estado de Roraima (NEUMAN, 2013; YIN, 2014). A revisão documental compreende dados primários e secundários.

A *pesquisa de campo* é uma etapa fundamental na realização de estudos exploratórios, pois permite aos pesquisadores observarem diretamente os fenômenos em seu contexto original, capturando nuances e complexidades que podem ser perdidas em ambientes contro-lados ou artificiais (MARSHALL; ROSSMAN, 2016).

O *estudo de caso* é um instrumento de pesquisa que permite uma análise detalhada e aprofundada de um fenômeno particular dentro de seu contexto real, fornecendo *insights* valiosos e

compreensão holística do problema em estudo. Ao instrumentalizar-se de um estudo de caso, o pesquisador emprega uma variedade de técnicas, como entrevistas, observação participante, análise documental e análise de artefatos, com a finalidade de coletar dados e construir uma narrativa significativa sobre o caso investigado (YIN, 2014; MERRIAM, 2014; FLYVBJERG, 2006).

Quadro 2 - Descrição das fases da pesquisa de campo

Fases da Pesquisa	Descrição das Atividades
1) Pré-Campo	• Levantamento das informações sobre o local de coleta; • Elaboração do cronograma das atividades a serem realizadas; • Elaboração de roteiro.
2) Campo	• Observação; • Registros fotográficos; • Aplicação de questionário e entrevistas com moradores do Residencial Vila Jardim, bairro Cidade Satélite.
3) Pós-Campo	• Análise dos dados coletados; • Resultados e discussão.

Fonte: Elaboração própria.

Por ser uma estratégia de pesquisa flexível e adaptável, o estudo de caso permite explorar questões complexas em profundidade, identificar padrões emergentes e desenvolver teorias substantivas sobre o fenômeno em análise, ou seja, o diagnóstico e avaliação da criminalidade e os padrões de distribuição de crimes na região estudada (roubo, furto, tráfico de drogas e homicídio), além de entender como a criminalidade adquiriu novos contornos em Boa Vista/RR, após a inauguração do Residencial Vila Jardim construído pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida”,

O *registro fotográfico* é uma técnica no estudo de caso que permite capturar visualmente detalhes, contextos e nuances do ambiente de pesquisa, enriquecendo a análise e a compreensão do fenômeno em estudo, podendo ser usado para complementar outras fontes de dados, como entrevistas e observação, pois pode capturar aspectos visuais e espaciais do fenômeno estudado, fornecendo evidências da paisagem que podem enriquecer a narrativa do estudo de caso e facilitar a comunicação de resultados de forma mais acessível e impac-tante (MILES *et al*., 2014; YIN, 2014).

A pesquisa do tipo '*Survey'* é uma abordagem quantitativa de coleta de dados que envolve a aplicação de questionários estruturados a uma amostra representativa da população-alvo, visando obter informações sobre atitudes, opiniões, comportamentos e características demográficas (BABBIE, 2015; FOWLER, 2013). Essa ferramenta valiosa permite investigação de relações causais, identificação de padrões e tendências, bem como monitoramento de mudanças ao longo do tempo em uma ampla gama de campos, incluindo ciências sociais, segurança pública e saúde pública, sendo, portanto, um significativo instrumento para entender a percepção, experiência e comportamento das pessoas em relação à criminalidade urbana.

O uso de *questionários semi-estruturados* em pesquisas qualitativas oferece uma abordagem mais aberta e exploratória, permitindo que os participantes expressem suas próprias perspectivas e experiências, o que pode levar a descobertas inesperadas e *insights* significativos. Essa ferramenta permite explorar complexidades e nuances de um fenômeno, pois sua flexibilidade viabiliza adaptação das perguntas conforme a necessidade e dá sequência a linhas de investigação emergentes durante o processo de coleta de dados. Essa flexibilidade dos questionários semiestruturados permite uma abordagem mais sensível à pesquisa, explorando diferentes aspectos do fenômeno de

interesse conforme respostas dos participantes (PATON, 2014; CRESWELL, 2013).

O questionário foi aplicado para moradores do Residencial Vila Jardim, visando avaliar os impactos da criminalidade no local. A aplicação do questionário teve colaboração dos participantes do Programa de Extensão Cidade do Campo: ações de cidadania, coordenado pela professora Altiva Barbosa. Nesse sentido teve-se como fonte dos dados do estudo de caso um total de setenta moradores para verificar a percepção de violência.

A *entrevista* é um instrumento de pesquisa que oferece ao pesquisador a oportunidade de estabelecer uma relação pessoal com os participantes, criando um ambiente de confiança que facilita a obtenção de informações sensíveis e a exploração de temas complexos e subjetivos, oferecendo uma visão profunda das experiências, perspectivas e significados dos participantes, contribuindo para a construção de teorias substantivas (MARSHALL, 2016; PATTON, 2014).

Ao entrevistar indivíduos afetados pela criminalidade, os pesquisadores podem testar e aprimorar suas ideias, contribuindo para o avanço do conhecimento científico, revelando lacunas na literatura existente sobre criminalidade, destacando áreas que necessitam de mais pesquisa e investigação. As percepções e experiências compartilhadas durante as entrevistas podem inspirar novas linhas de investigação e orientar o desenvolvimento de futuros estudos.

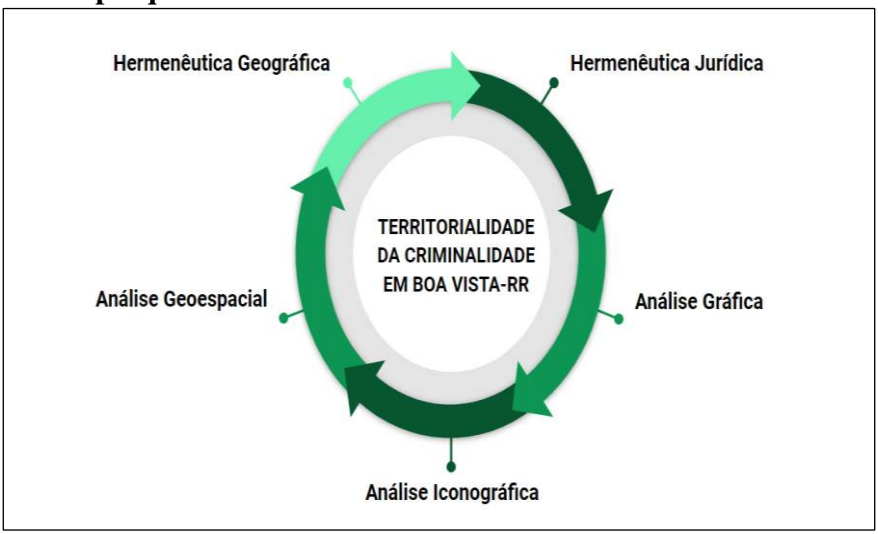
Os dados oriundos das entrevistas podem informar o desenvolvimento de políticas públicas, programas de prevenção e intervenção, e práticas de segurança pública mais eficazes, ao ouvir diretamente as vozes daqueles afetados pela criminalidade. Na dinâmica do residencial Vila Jardim é possível avaliar se o programa

habitacional representa o sonho de moradia digna ou reprodução do pesadelo urbano já vivido por outras cidades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE DE DADOS

Em função da necessidade de leitura e interpretação das informações, a presente seção se dedica a descrever os critérios utilizados para a análise de dados com o objetivo de extrair significados e conhecimentos a partir dos dados brutos, permitindo a identificação de padrões, tendências e relações entre as variáveis atreladas aos objetivos da pesquisa.

Figura 8 - Procedimentos de análise de dados da pesquisa sobre Territorialidade da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

Neste sentido, optou-se, por meio de uma criteriosa escolha, pela utilização de instrumentos de análise que estivessem em consonância à natureza dos dados coletados, obedecendo a um sistemático e rigoroso critério de análise, garantindo a segurança, validade, imparcialidade e a confiabilidade dos resultados obtidos e divulgados nesta pesquisa.

Os procedimentos de análise e interpretação de dados da presente pesquisa estão fundamentados em um mix de instrumentos técnicos, os quais, combinados, resultaram no processo de redação do texto final. Os procedimentos identificados como mais pertinentes foram: hermenêutica jurídica, hermenêutica geográfica, análise geoespacial, análise iconográfica e análise gráfica, conforme explicitado na Figura 8.

Para uma compreensão mais refinada e abrangente sobre os instrumentos técnicos de análise, a saber: 1 - hermenêutica jurídica; 2 - hermenêutica geográfica; 3 - análise geoespacial; 4 - análise iconográfica e; 5 - análise gráfica, utilizou-se do endosso de conceituados teóricos que tratam dos respectivos temas como: Gadmer (2017) e Dworkin (2010), Tuan (1977) e Barnes (1996), Schuurman (2000), Gelman (2013), Fotheringham (2000) e Mitchel (1994), além dos softwares específicos, onde foi possível identificar uma dinâmica de convergência taxonômica conceitual das análises que contribuiu para explorar diferentes aspectos da territorialidade da criminalidade em Boa Vista-RR. A Figura 9 destaca cada instrumento de análise e seu respectivo objeto de investigação.

A *hermenêutica jurídica* é o processo de análise pelo qual os intérpretes buscam compreender e aplicar as normas jurídicas, levando em consideração não apenas o texto da lei, mas também seu contexto histórico, social e político, bem como os princípios fundamentais do sistema jurídico (GADAMER, 2017). Nesse processo, o intérprete enfrenta desafios complexos ao lidar com a multiplicidade de sentidos possíveis nos textos legais, exigindo uma

abordagem cuidadosa e reflexiva na busca pela interpretação mais adequada (DWORKIN, 2010).

Figura 9 - Procedimentos e objetos de análise de dados da pesquisa sobre Territorialidade da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

Ao pautar-se numa perspectiva hermenêutica, busca-se compreender não apenas os dispositivos legais que definem e regulam o comportamento criminoso, mas também os princípios, valores e intenções subjacentes à legislação penal. Além disso, a hermenêutica jurídica no estudo da criminalidade permite uma análise crítica das práticas e decisões judiciais, levando em consideração não apenas o texto da lei, mas também seu contexto

histórico, social e político, bem como seus efeitos sobre as comunidades afetadas.

A análise de dados fundamentada na *hermenêutica geográfica* reconhece a importância da interpretação e compreensão dos significados e representações do espaço geográfico, levando em consideração as perspectivas dos sujeitos e o contexto sócio-histórico-cultural em que estão inseridos buscando compreender os fenômenos espaciais através da análise de narrativas, discursos e representações simbólicas, reconhecendo a multiplicidade de significados atribuídos ao espaço por diferentes grupos e indivíduos (TUAN, 1977; BARNES, 1996).

A hermenêutica geográfica destaca a importância da reflexividade e da interpretação crítica na análise do espaço geográfico, reconhecendo que as representações e percepções do espaço são socialmente construídas e influenciadas por poder, cultura e ideologia (SCHUURMAN, 2000).

Ao adotar uma perspectiva de hermenêutica geográfica, busca-se compreender não apenas os padrões e tendências da criminalidade no residencial Vila Jardim como espaço geográfico, mas também os significados subjacentes aos locais onde os crimes ocorrem, suas relações com a estrutura urbana, as dinâmicas sociais e econômicas locais, bem como as percepções e experiências da comunidade afetada.

A *análise gráfica* permite aos pesquisadores explorarem múltiplas dimensões e variáveis dos dados de forma visual e interativa, facilitando a detecção de padrões complexos e a identificação de relações não lineares. É utilizada uma importante variedade de tipos de gráficos, como histogramas, gráficos de dispersão e gráficos de linha, para visualizar e examinar a distribuição, a variabilidade, detectação de anomalias, associação dos dados e padrões estabelecidos. Tais dinâmicas podem orientar

análises mais aprofundadas e hipóteses de pesquisa (GELMAN, 2013).

Os dados sobre criminalidade urbana envolvem a representação visual dos padrões, tendências e características dos crimes ocorridos em áreas urbanas, especificamente, para fins do presente estudo, sobre a territorialidade da criminalidade. Nesta perspectiva, para estruturação de gráficos, tabelas e criação de banco de dados digitais utilizou-se *software* de planilha eletrônica o Excel 2019 (pertencente ao pacote Office da Microsoft). Para construção de fluxogramas, diagramas e mapas mentais serão utilizados o *software* PowerPoint (Office Microsoft) e o Canva, uma plataforma acessível e intuitiva de design gráfico *online*.

Na *análise geoespacial*, os pesquisadores exploram a distribuição espacial de fenômenos geográficos, utilizando Sistemas de Informação Geográfica (SIG), sensoriamento remoto e análise espacial para mapear, modelar e interpretar padrões e relações no ambiente geográfico. O papel desse perfil de análise é fundamental na pesquisa interdisciplinar, per-mitindo a integração de informações geográficas com dados de diversas áreas do conhecimento, como segurança pública, saúde pública, planejamento urbano e conservação ambiental, para abordar questões sociais e/ou ambientais complexas (FOTHERINGHAM, 2000).

A análise espacial e o geoprocessamento são instrumentais no apoio e orientação das ações dos órgãos de segurança pública no combate à criminalidade. Por meio da utilização de ferramentas avançadas, como os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), é possível visualizar, analisar e interpretar dados relacionados à criminalidade de maneira georreferenciada, utilizando uma base de dados do IBGE.

Essa abordagem viabiliza a identificação de padrões espaciais e temporais da atividade criminal, a localização de áreas de alto risco e a compreensão das interações entre variáveis socioeconômicas e ambientais que influenciam a incidência criminal. Foi utilizado o *software* ArcGIS e Qgiz, um sistema de informação geográfica (SIG), que oferece uma variedade de ferramentas e funcionalidades essenciais para análise espacial e visualização de dados.

Por meio do georreferenciamento de dados sobre crimes, demografia, infraestrutura urbana e outros fatores relevantes, o pesquisador pode identificar padrões espaciais e temporais de incidência criminal, mapear áreas de maior risco e investigar as interações complexas entre variáveis socioeconômicas, ambientais e culturais que influenciam a ocorrência de delitos.

Essa abordagem possibilitou uma análise aprofundada das características e tendências da criminalidade em diferentes bairros e regiões urbanas, como no estudo de caso em questão, a territorialidade da criminalidade no residencial Vila Jardim, investigando se processos de construções verticalizadas podem ou não representar condicionantes/determinantes na organização e expansão da criminalidade, já que o crime tem um forte componente territorial.

A análise iconográfica é uma metodologia utilizada para interpretar e compreender imagens visuais, examinando elementos como ícones, símbolos, formas, cores e composição para extrair significados culturais, sociais e históricos, para entender como as representações visuais contribuem para a construção de identidades culturais, narrativas históricas e discursos políticos.

A *análise iconográfica* permite aos pesquisadores desvelarem camadas de significado e ideologia presentes em imagens visuais, revelando como a iconografia reflete e influencia

crenças, valores e estruturas sociais em diferentes contextos históricos e culturais. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das representações visuais da criminalidade e das percepções públicas associadas, bem como articulação entre diferentes conceitos (MITCHELL, 1994).

Quadro 3 - Instrumentos e objetos de análise

	OBJETOS DE ANÁLISE		
INSTRUMENTOS DE ANÁLISE	*Hermenêutica Jurídica*	Multiplicidade de sentidos possíveis nos textos legais em contexto histórico, social e político.	Dispositivos legais que definem e regulam o comportamento criminoso e os princípios, valores e intenções subjacentes.
	Hermenêutica Geográfica	Significados e representações do espaço geográfico nas perspectivas dos sujeitos e o contexto sócio-histórico-cultural.	Padrões e tendências da criminalidade no espaço geográfico, significados subjacentes e percepções e experiências da comunidade.
	Análise Gráfica	Dimensões e variáveis dos dados de forma visual e interativa	Representação visual dos padrões, tendências e características dos crimes ocorridos em áreas urbanas.
	Análise Geoespacial	Distribuição espacial de fenômenos pelo SIG e sensoriamento remoto.	Padrões espaciais e temporais da atividade criminal, áreas de alto risco e variáveis socioeconômicas.
	Análise Iconográfica	Representações visuais de construção de identidades culturais, narrativas históricas.	Representações visuais da criminalidade/percepções públicas associadas.

Fonte: Elaboração própria.

TRIANGULAÇÃO METODOLÓGICA

Para uma maior compreensão dos dados obtidos durante a realização da pesquisa, optou-se pela realização de uma análise pautada em uma triangulação metodológica estruturada a partir de três eixos temáticos, a saber: 1 - dados empíricos; 2 - análise de conjuntura; 3 - diálogo com os autores. Estes eixos foram utilizados como base para explicação da criminalidade nas perspectivas epistemológica, ontológica e fenomenológica da territorialidade da referida dinâmica constatada pelos diferentes atores da pesquisa no residencial Vila Jardim.

Sob esta perspectiva, a triangulação metodológica permite a combinação de diferentes fontes de dados e métodos de análise, desempenha um papel crucial na pesquisa científica contemporânea ao permitir uma compreensão mais abrangente e robusta sobre a criminalidade no Vila Jardim. Pois, ao integrar dados empíricos obtidos por meio de observação direta, entrevistas e experimentos com análises de conjuntura baseadas em teorias e modelos conceituais, os pesquisadores podem não apenas validar suas descobertas, mas também capturar a complexidade e a dinâmica dos fenômenos em estudo.

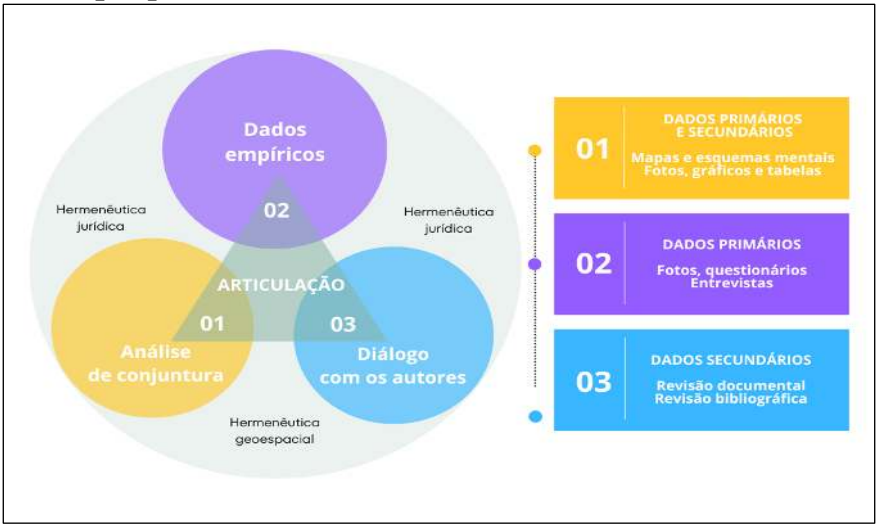
Essa abordagem multidimensional permite uma investigação mais profunda das relações causais e das influências contextuais que moldam os processos investigados, contribuindo para uma ciência mais sólida e relevante. Além disso, a triangulação metodológica entre dados empíricos, análise de conjuntura e ciência promove uma abordagem mais holística e interdisciplinar na pesquisa, integrando perspectivas teóricas e práticas para uma compreensão mais completa dos fenômenos estudados.

Ao combinar evidências empíricas com teorias científicas e análises contextuais, os pesquisadores podem enriquecer suas

interpretações e conclusões, fornecendo *insights* mais ricos e abrangentes que são fundamentais para o avanço do conhecimento em diversas áreas do saber. Essa integração de diferentes abordagens metodológicas também contribui para a robustez e a validade dos resultados, aumentando a confiança na qualidade e na relevância das descobertas científicas.

Territorialidade da criminalidade refere-se à relação entre a atividade criminosa e o espaço geográfico em que ocorre. Ela aborda como a criminalidade está distribuída e concentrada em diferentes áreas geográficas, e como essas características espaciais influenciam tanto a ocorrência quanto a prevenção do crime. A Figura 10 explora uma síntese visual do processo de triangulação desenvolvido no processo de análise da territorialidade da criminalidade.

Figura 10 - Triangulação metodológica da pesquisa sobre Territorialidade da Criminalidade



Fonte: Elaboração própria.

É possível observar a articulação de três diferentes dimensões de análise, a saber: dados empíricos (oriundos do estudo de caso/pesquisa de campo, por meio da qual foram obtidos dados primários derivados da aplicação de questionários, realização de entrevistas e registro fotográfico), diálogo com os autores (revisão bibliográfica) e análise de conjuntura (oriunda do estudo de dados secundários que originaram mapas, gráficos, tabelas, mapas mentais).

Os *dados primários* em uma pesquisa referem-se à informação original coletada diretamente do ambiente de pesquisa, seja por meio de observação, experimentação, entrevistas, questionários ou outros métodos de coleta de dados. Dados primários referem-se às informações coletadas diretamente da fonte original, sem passar por qualquer tipo de processamento ou interpretação intermediária. Esses dados são obtidos por meio de métodos de coleta específicos e são essenciais para a realização de estudos originais e pesquisas científicas (SEKARAN, 2016).

Esses dados são elementares para a construção de conhecimento científico, pois oferecem informações diretamente relacionadas aos objetivos da pesquisa, permitindo a investigação de hipóteses, a verificação de teorias e a geração de novos *insights*, viabilizando validade, confiabilidade e relevância dos dados obtidos para responder às perguntas de pesquisa formuladas pelo investigador (BRYMAN, 2016; CRESWELL, 2013).

A análise desses dados primários permite identificar tendências criminais, áreas de alta incidência criminal e grupos demográficos mais afetados pela violência, fornecendo assim informações valiosas para o planejamento e implementação de políticas públicas de prevenção e intervenção na área da segurança pública.

Registros fotográficos representam uma forma importante de dados primários no estudo da criminalidade, fornecendo evidências visuais que podem complementar outras fontes de informação, como relatórios policiais ou testemunhos oculares. Essas fotografias capturam cenas de crime, evidências físicas, áreas afetadas por atividades criminosas e outros aspectos relevantes para a investigação criminal.

Tendo em vista a complexidade desta pesquisa é importante assinalar que se por um lado a experiência da pesquisadora na Polícia Judiciária há 19 (dezenove) anos pode trazer uma limitação em vista da possível aproximação sujeito/objeto, por outro lado, contribuiu decisivamente na fase de levantamento de dados que se deu respeitando todos os protocolos de ética em pesquisa, conforme resolução 466/212 CNS, e, especialmente, junto aos participantes do estudo de caso no Residencial Vila Jardim.

Os *dados secundários* em uma pesquisa correspondem às informações coletadas por outros pesquisadores ou fontes e disponibilizadas para uso em estudos posteriores, incluindo dados estatísticos, relatórios governamentais, artigos de jornais, entre outros. Esses dados possuem natureza complementar para validar os resultados obtidos por intermédio de dados primários, proporcionando uma visão mais ampla e aprofundada do problema de pesquisa (SEKARAN, 2016; NEUMAN, 2013; YIN, 2014).

Deste modo, é possível que o pesquisador realize análises comparativas, estude tendências ao longo do tempo e explore questões de pesquisa em uma variedade de contextos e populações de modo a realizar uma discussão com maior detalhamento técnico e ampla abrangência na abordagem proposta. Os dados secundários utilizados para realização da presente pesquisa foram extraídos de fontes consolidadas no que tange ao estudo da criminalidade no Residencial Vila Jardim tais como: 1 - bancos de dados acadêmicos;

2 - recortes de portais de notícias; 3 - documentos emitidos por instituições de segurança pública.

Quanto aos bancos de dados acadêmicos foi utilizado o Google Acadêmico (livros e periódicos científicos especializados na temática), em diferentes línguas (Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Língua Espanhola) com base em indicadores bibliométricos, relevância (número de citações), ou seja, textos que representem o estado da arte na temática da criminalidade, temática geográfica e temática jurídica, além de dados derivados de Institutos de Pesquisa para explorar aspectos relativos à territorialidade da criminalidade.

Os dados secundários provenientes de instituições de segurança pública constituem uma fonte fundamental para a análise e compreensão dos padrões e dinâmicas da criminalidade em uma determinada região. Foram utilizados registros de estatísticas, boletins de ocorrência e processos levantados dentro junto ao Núcleo de Estatística e Análise Criminal, no 3º Distrito Policial por parte da pesquisadora, a qual agrega com suas experiências, uma vez que ela é uma profissional da área de segurança pública, que atua diretamente em uma série de investigações e inquéritos, assim, os dados foram fornecidos por Órgãos de Segurança Pública (Polícia Civil do Estado de Roraima), por meio de documento de concordância da instituição, para a escala de cidade de Boa Vista/RR, dando prioridade ao bairro Cidade Satélite.

Apresenta-se a seguir quadro com o design da Pesquisa, o que facilitará a análise de toda a dinâmica debatida na presente pesquisa, o qual contém o tema, problema, objetivo geral, e em seus objetivos específicos, será demonstrado os tipos de pesquisa, abordagem, técnicas, indicadores e instrumentos de coleta de dados utilizados.

Quadro 4 - Design da Pesquisa

Tema	A geografia do crime no município de Boa Vista (RR) com foco nas Organizações Criminosas e o estudo de caso do residencial Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite, no período de 2015 a 2023.
Problema	Como se caracteriza a atuação das Organizações Criminosas em Boa Vista e no Conjunto Habitacional Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite.
Objetivo geral	Analisar a criminalidade organizada e sua territorialidade em Boa Vista/RR, com foco no conjunto habitacional vertical "Vila Jardim, localizado no bairro Cidade Satélite, Zona Oeste do município.

Ordem	Objetivos específicos	Tipo de pesquisa	Tipo de abordagem	Técnicas	Indicadores	Instrumentos de coleta de dados
1	Discutir a Geografia do Crime enquanto campo de estudos, estado da arte e marcos conceituais	Descritiva e Explicativa	Qualitativa/ Quantitativa	Análise hermenêutica geográfica	Tabelas, marcos conceituais e esquemas explicativos	Revisão Bibliográfica e Revisão Integrativa
2	Discutir e caracterizar a geografia urbana de Boa Vista	Descritiva	Qualitativa	Análise hermenêutica geográfica	Mapas e marcos conceituais	Revisão Bibliográfica e Documental
3	Discutir e caracterizar as organizações criminosas em Boa Vista (RR)	Descritiva	Qualitativa	Análise hermenêutica geográfica e jurídica	Mapas e marcos conceituais	Revisão Bibliográfica e Documental
4	Discutir a geografia do crime por meio de um estudo de caso no residencial Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite	Descritiva e Exploratória	Quantitativa/ Quantitativa	Análise hermenêutica geográfica	Gráficos e esquemas explicativos e comparativos	Revisão/Bibliográfica e Documental. Registro/Iconográfico, Entrevistas e Questionário

Fonte: Elaboração própria. Baseada em: Oaigen; Batista (2017).

CAPÍTULO 3

Análise e Discussão

ANÁLISE E DISCUSSÃO

OCUPAÇÃO E EXPANSÃO SOCIOESPACIAL DE BOA VISTA (RR)

O presente capítulo se dedica a explicação e detalhamento do processo histórico de expansão territorial urbana da cidade de Boa Vista, desde a sua formação embrionária, como um povoado e consequentemente uma fazenda (1830) às margens do alto Rio Branco, passando pelas fases de elevação à condição de vila (1890), distrito sede (1911) e, posteriormente sendo transformada em município (1926).

Por conseguinte, Boa Vista assume a condição de capital com a criação do Território Federal do Rio Branco (1943), permanece na mesma condição com o nome Território Federal de Roraima (1962) e por fim, a condição de capital de Unidade da Federação com a criação do Estado de Roraima pela Constituição Federal de 1988 (ANDRADE, 2023), aliados aos atuais processos de desenvolvimento urbano, estes marcos históricos contribuíram para o atual desenho geoespacial da cidade.

Nesta perspectiva, a presente seção está estruturada em quatro seções que tratam da periodização do processo de expansão territorial urbana da cidade, os quais estão respectiva e devidamente intitulados:

Primeira fase de expansão: 1830 a 1930;

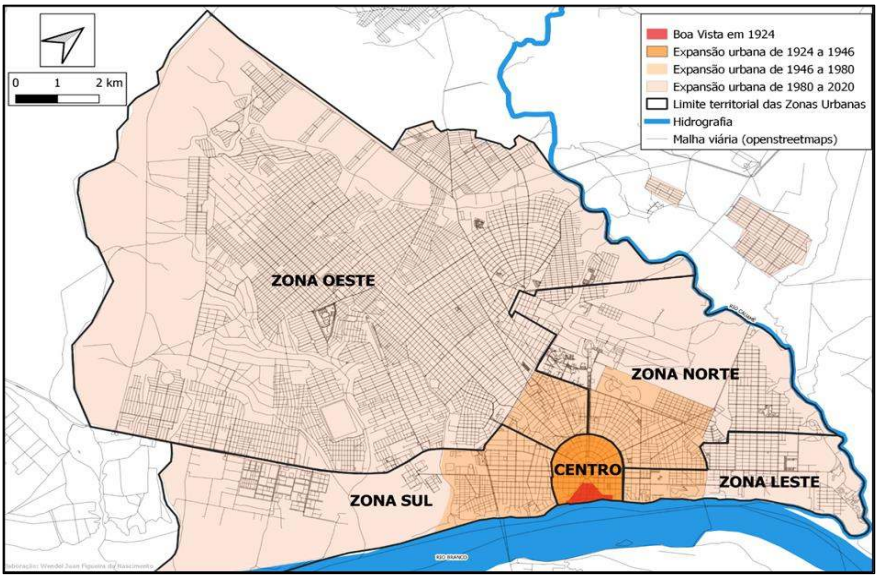
Segunda fase de expansão: 1930 a 1980;

Terceira fase de expansão: 1980 a 2009;

Quarta fase de expansão: 2009 a dias atuais.

Prosseguindo a discussão, a primeira fase (1830 a 1930) trata do surgimento da fazenda até a distrito sede; a segunda fase (1930 a 1980) descreve os processos de criação da cidade, elevação à capital político-administrativa, plano urbano circular de alta demanda de imigração em função do garimpo; a terceira fase (1980 a 2009) traz uma discussão sobre a expansão do contingente populacional em função da política de distribuição de terras e criação de conjuntos habitacionais, e por último; na quarta fase (2009 a dias atuais) são exploradas as questões de demarcação da Raposa Serra do Sol e adensamento demográfico periférico da cidade em virtude do aumento do índice de indígenas na capital, além da intensificação do fluxo migratório de venezuelanos para Roraima em função da crise político-econômico-social no país vizinho.

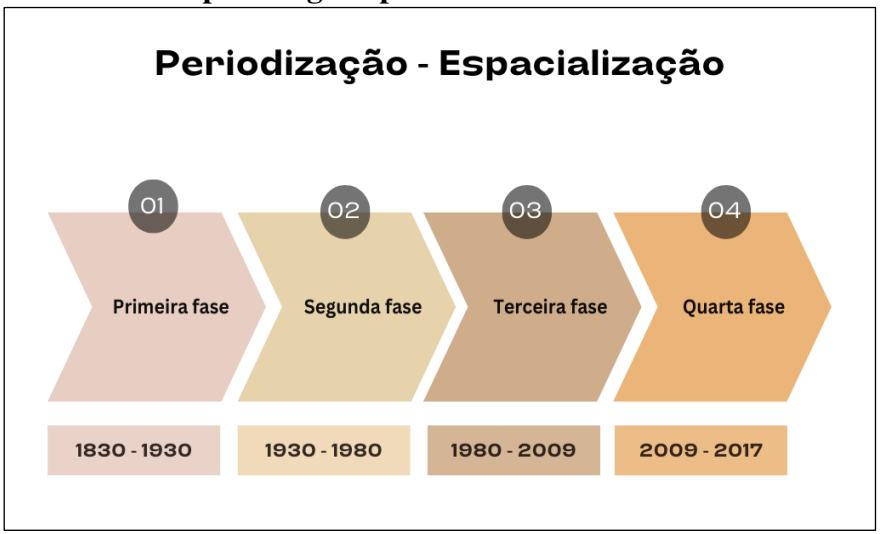
Mapa 2 - Expansão territorial e zoneamento urbano da cidade de Boa Vista



Fonte: Nascimento e Senhoras (2022).

Deste modo, a discussão do capítulo perfaz uma sequenciação lógica destas quatro fases, conformando um perfil dinâmico de expansão territorial urbano ascendente da cidade em função do tempo, fenômeno o qual converge com o perfil geográfico da criminalidade, a qual constitui uma das variáveis do objeto de estudo deste livro. Tal esquematização pode ser conferida na Figura 11.

Figura 11 - Marcos históricos da expansão geoespacial de Boa Vista-RR



Fonte: Elaboração própria.

Para melhor compreensão sintética de como ocorreu o processo de ocupação e expansão urbana da cidade de Boa Vista, é imperativo explicitar alguns fatores históricos a partir do arruamento do núcleo embrionário (às margens do rio Branco), o modelo do projeto urbanístico radial concêntrico de 1944 de Darcy Aleixo

Derenusson, as áreas adjacentes aos projetos iniciais a partir da década de 1970, a qual se consolida com a expansão urbana a partir dos anos 1990 (VERAS, 2010) e, a partir do ano de 2000 com políticas rentistas, doações de terrenos, além dos problemas imobiliários, seguidos pela demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e por fim, do súbito aumento do índice migratório de venezuelanos.

Quadro 5 - Caracterização dos marcos e condicionantes da periodização da expansão territorial de Boa Vista

FASE	PERÍODO	CONDICIONANTE	CARACTERIZAÇÃO
1	1830-1890	Chegada dos desbravadores	Surgimento da Fazenda Boa Vista
1	1890-1920	A formação	Formação da Freguesia, Vilas e Povoados
1	1921-1940	A Consolidação	Consolidação de Boa Vista como cidade central, macrocefálica
2	1941-1960	O Plano Urbanístico	Implantação do plano urbanístico (modelo radial concêntrico)
2	1961-1980	A expansão adjacente	Expansão desordenada para além do plano urbanístico
3	1981-2000	A expansão periférica	Expansão desordenada para a zona oeste da cidade
3	2001-2010	Reurbanização	Desenvolvimento de políticas de urbanização
4	2011-2024	O adensamento periférico	Pós demarcação da Serra do Sol e elevação do índice imigração venezuelana

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Batista e Veras (2013).

Primeira fase de expansão: 1830 a 1930

Para início da discussão das fases, é importante destacar que inicialmente, a chegada oficial de exploradores a serviço de Portugal ocorreu por meio das missões religiosas e militares no século XVII. Mais tarde, foi construído o Forte São Joaquim para proteção do território no século XVIII. Em seguida, surgiram as Fazendas Nacionais no final do século XVIII e as fazendas particulares no século XIX (BARBOSA, 1993 p. 129).

O processo de formação de Boa Vista-RR tem suas particularidades, mas deve ser compreendido que além das estratégias de ocupação e fortalecimento das fronteiras por parte da coroa Portuguesa, a dinâmica de ocupação do espaço regional amazônico seguiu também uma estratégia de integração ao capitalismo nacional (especialmente pela proposta de ocupação das margens do rio Branco) e internacional iniciado com o ciclo da borracha (1850-1911). Esse fenômeno, segundo Amorin Filho e Diniz (2004), quebrou o isolamento amazônico e corroborou para a expansão econômica e populacional da região.

Assim, o ponto histórico crucial para o surgimento de Boa Vista-RR, mas especificamente para a sua criação (cidade-mãe do Estado), foi a construção do Forte São Joaquim, localizado na confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, no norte de Roraima. Esse marco também incluiu a criação de aldeamentos e, mais tarde, a fundação da fazenda Boa Vista e da Missão Carmelita às margens do Rio Branco onde atualmente está localizado o restaurante “Meu Cantinho” na Orla Taumanã (ANDRADE, 2021; BATISTA; VERAS, 2013).

Figura 12 - Sede da Fazenda Boa Vista que deu origem a cidade



Fonte: Andrade (2021) e Prefeitura Municipal de Boa Vista (2021).

No tocante a gênese da cidade de Boa Vista, o fenômeno ocorre de por diferentes agentes promotores do espaço a partir da transferência do povoado que circundava o Forte São Joaquim do Rio Branco, os quais foram realocados junto ao núcleo inicial da cidade para a Fazenda Boa Vista em 1830, e somente em 1890, a vila é elevada à categoria de cidade, a qual foi desmembrada do município de Moura – AM, essa ação tinha como estratégia de consolidação de uma geopolítica para a região mais setentrional do Brasil (VERAS, 2010).

Neste sentido, é importante depreender que a dinâmica que resultou na ocupação e expansão de Boa Vista é resultante das interações socioeconômicas, políticas e culturais no decorrer do tempo histórico, que nasce da "contínua necessidade da sociedade em atender a suas distintas demandas, em que o processo de produção é acompanhado permanentemente pela reorganização espacial" (STAEVIE, 2011, p. 05), onde o espaço permite que os fatores de produção (trabalho, mercadorias e capital) possuem

grande mobilidade e as transforma-ções nesse espaço advêm em função da constante busca por novas acepções (SANTOS, 2005).

Segunda fase de expansão: 1930 a 1980

Já na segunda fase, são destacadas inicialmente as políticas de governo do "Estado Novo" com Getúlio Vargas (1937-1945), que por meio de ações político-administrativas de povoamento e colonização do território Roraima, cria em 13 de setembro de 1943, por meio do Decreto - Lei Federal nº 5.812 (retificado posteriormente pelo Decreto nº 5.8939/1943), o Território Federal de Roraima.

A partir da criação do Território Federal ocorre a primeira ingerência política de Roraima, pois são tomadas decisões com objetivo de ocupação socioeconômica e demográfica notadamente de cunho fundiário tais como: criação de colônias agrícolas, integração rodoviária, bem como de projetos de assentamentos por meio do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA).

A partir da criação do então Território Federal, Roraima se torna polo de grande interesse e deslocamento de migrantes vindos de outras regiões do país, principalmente da região Nordeste (especialmente Boa Vista), tendo como uma das principais forças motrizes para esse movimento, o apoio integral dos sucessivos gestores do poder executivo (governadores) nomeados à época, cujo objetivo principal era fomentar o desenvolvimento demográfico da principal cidade do recém-criado Território Federal, bem como instituir um centro urbano administrativo (VERAS, 2010).

A política paternalista do Governo Vargas, a qual estava sob a égide do controle militar de defesa fronteiriça, notadamente na

porção setentrional do Brasil, culminou na ocupa-ção e expansão de espaços urbanos e na implantação de equipamentos e serviços por meio de uma complexa rede de relações que envolve diferentes grupos sociais, dentre eles: pecuaristas, fazendeiros, grupos religiosos e políticos.

A partir da criação do Território Federal de Roraima, passa-se a ser considerada como um centro receptor de migrantes, principalmente da região Nordeste, atraídos pelo sonho da casa própria com o surgimento de diversos pontos de assentamento de terras (GUERRA, 1957), além do interesse no potencial mineral da região em virtude do considerável surgimento de garimpos descobertos em áreas remotas da região

Figura 13 - Vista aérea do plano urbanístico radial concêntrico de Boa Vista (1945)



Fonte: Veras (2009).

No início da década de 1940 emerge o famoso planejamento de "leque urbanístico" elaborado por Darcy Aleixo baseado no modelo definido como "plano urbanístico radial concêntrico", que tinha como premissa a concentração de equipamentos urbanos no centro da cidade ligados por largas avenidas, localizada ao núcleo embrionário, ou seja, "o traçado urbano radial concêntrico" consiste no pressuposto de que a praça circular central reunisse os três poderes, executivo, legislativo e judiciário conforme a Figura 13.

O referido projeto foi idealizado após a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, pelo então governador Ene Garcez" (SALES; DANTAS; GALDINO, 2021, p. 08). Contudo, em virtude do rápido desenvolvimento urbanístico territorial nos anos subsequentes a expansão demográfica e geoespacial avança de maneira imprevista e desordena em certo momento (entre os anos 1970 e 1980), contribuindo para ocorrência de distinção urbana ao criar acesso seletivo e desigual de certos segmentos da população local, conforme o apontamento de Veras:

> O Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e formação de territórios precários, que até hoje são presenciados (2010, p. 14).

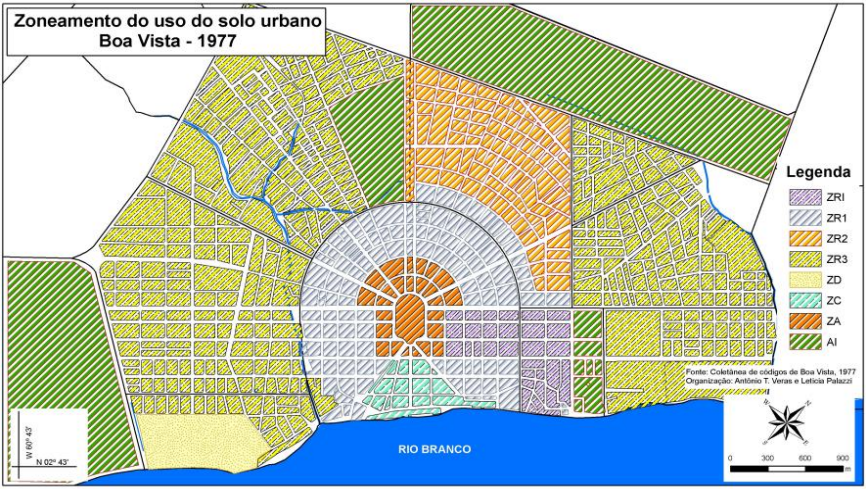
O modelo urbano adotado em Boa Vista foi considerado por crescimento gradativamente lento até o final de 1960 (VALE, 2014) em virtude da centralização das ações do poder público aliada a escassez de políticas de investimentos para o desenvolvimento local

e ausência de uma infraestrutura que contribuísse para a melhoria da qualidade de vida dos moradores (VERAS, 2009).

A partir de 1970, a cidade de Boa Vista passou por um processo de expansão impulsionado pela mineração garimpeira, que se tornou uma das principais atividades econômicas na região da Amazônia aliado a criação de gado. Destaca-se dentro desse contexto, a descoberta de minas de ouro e diamantes no norte de Roraima, ocasionando um impacto direto na migração de muitos garimpeiros para a região (BARBOSA, 1993).

É relevante ressaltar que o aumento da população e da urbanização na década de 1970, foi impulsionado pela atividade garimpeira, pela construção civil, pela instalação de novos órgãos da administração pública e militar, bem como pelo empreendimento agrícola resultantes dos projetos de ocupação e desenvolvimento da Amazônia (VERAS, 2009).

Mapa 3 - Zoneamento de uso e ocupação do solo Urbano de Boa Vista-RR em 1977



Fonte: Veras (2009).

Esse crescimento, exigiu do Prefeito de Boa Vista à época Júlio Augusto M. Martins, em atendimento às demandas macrometropolitanas urbanas em cumprimento da Lei nº 042/1976 (que dispunha sobre o Plano de Urbanismo e Zoneamento do Brasil na época), que tomasse medidas estratégicas para uso e ocupação do solo urbano da cidade (IANNI, 1986), conforme o Mapa 3.

Terceira fase de expansão: 1980 a 2008

Nesta terceira fase, é relevante destacar que devido ao fato de a expansão da cidade ter ocorrido de modo inorgânico em função da atuação de diversos agentes e fatores exógenos (iniciativas governamentais para a gradativa redução das atividades de garimpagem; êxodo rural em virtude do fracasso dos projetos de assentamentos rurais, programas assistencialistas, ocupação e invasões de loteamentos irregulares, etc.), Boa Vista seguiu uma tendência de expandir, notadamente, em direção à Zona Oeste, isso deve em razão de que o projeto de radial concêntrica findou por não suportar a demanda do vertiginoso processo de crescimento. Fato este que ocasionou a segregação socioespacial observada a partir deste momento (VERAS, 2009).

Também é importante destacar que durante o período compreendido entre os anos de 1980 e 1990, diversos projetos de desenvolvimento urbano foram implementados na cidade por meio de políticas de ocupação desenvolvidas por atores políticos (como estratégias eleitoreiras por meio de distribuição de imóveis urbanos (latifundiária) para criação de novos bairros que à época se utilizavam do argumento de "ocupar para depois estruturar" (VERAS, 2009; BATISTA, 2013).

Já em 1988, a cidade de Boa Vista contava com um total de 25 bairros, os quais apresentavam franco estado de desenvolvimento econômico e habitacional, impulsionados principalmente pelas atividades de garimpo (embora cada vez mais reduzidas) e pelas vagas nos mais diversos setores da administração pública do recém-criado Estado de Roraima, além do surgimento de estabelecimentos comerciais locais e projetos de desenvolvimento da região amazônica (BATISTA, 2013).

Em contrapartida a este desenvolvimento territorial urbano da cidade, o fenômeno do garimpo, embora tenha contribuído de maneira expressiva para o desenvolvimento do Estado, fornecendo também de certa forma uma contribuição para expansão territorial urbana de Boa Vista, impulsionando as atividades socioeconômicas e influenciou a demografia rorai-mense até meados da década de 1990, teve suas atividades encerradas durante o governo de Fernando Collor de Mello, em 1992 (GOMES, 2020)

Tal fenômeno provoca um deslocamento populacional inverso em Roraima, pois, o fluxo de migrantes que antes ocorria de maneira mais intensa para as regiões Norte e Sul do Estado, agora passam a conformar uma dinâmica de adensamento da capital Boa Vista, es-pecialmente nos bairros mais periféricos.

Fato é que durante o período compreendido entre os anos de 1980 a 2008 é marcado por um intensivo processo de expansão, com o surgimento dos seguintes bairros: São Vicente, 13 de setembro, Asa Branca, Caimbé, Tancredo Neves, Caçari, Paraviana, Cambará, Aeroporto, Jardim Floresta, Santa Teresa, Piscicultura, Cauamé, Pintolândia, Dr. Silvio Botelho, Jardim das Copaíbas, Alvorada, Equatorial, Dr. Silvio Leite, Raiar do Sol, Senador Hélio Campos, Operário, Bela Vista, Centenário, Jardim Tropical, Prof. Araceli Souto Maior, Cidade Satélite, Jóquei Clube, Nova Canaã, Santa Luzia, Jardim Caranã, Conjunto Cidadão, São Bento, União,

Olímpico. Dr. Airton Rocha, Laura Moreira, Murilo Teixeira e Cidade Universitária (BARROS, 1995; BATISTA, 2013).

Neste período, contou-se com a estruturação do estado de Roraima, por meio dos concursos públicos, quando vieram pessoas de todo o brasil para trabalharem no estado, contribuindo significativamente para o crescimento de Boa Vista e seu comercio, bem como da construção civil, que buscou como clientes os novos migrantes do estado, fato que marcaram os anos de 2003 a 2005.

Nesse cenário, Boa Vista projeta-se em ritmo crescente e de rápida expansão, expandindo seu tecido em direção à Zona Oeste da cidade, onde há grande crescimento de novos conjuntos habitacionais, com ênfase à assistência servidores do setor administrativo e em atenção ao fluxo migratório (VALE, 2007).

Quarta fase de expansão: 2009 a 2017

Embora se estabeleça como a mais recente das fases do processo de desenvolvimento territorial urbano de Boa Vista, a quarta e última etapa pode ser identificada a partir de uma dinâmica de atenuação do ritmo do processo de expansão, antes caracterizada de maneira intensa, desordenada e indiscriminada nas etapas anteriores.

Ocorre que, a partir do ano de 2009, embora haja o surgimento dos novos bairros a saber: Cidade Universitária, Cruviana, Laura Moreira, Conjunto Manaíra, Said Salomão, Loteamento Caburaí e Vila Primavera, alguns fatos corroboram para um maior adensamento demográfico da zona oeste da capital.

É possível depreender que a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua estabelecida por meio do Decreto de 15 de abril de 2005 reverberou significativamente para

os anos subsequentes e obrigando não somente uma parcela significativa de latifundiários do ramo agropecuário de produção de arroz e outros tipos de cultivo (além dos trabalhadores) a deixarem a região, mas também de uma série de cidadãos indígenas, que se deslocaram para Boa Vista em função das precárias condições nas áreas demarcadas e da impossibilidade de residência por partes de indivíduos não indígenas na respectiva região. Fatores estes que contribuíram para um adensamento das zonas periféricas de Boa Vista a partir de 2009.

Outro fator preponderante para o delineamento desta dinâmica está no desencadeamento da crise político-econômico-social ocorrida na Venezuela a partir de ano de 2010 em função dos desdobramentos oriundos dos altos índices inflacionários e de uma série de medidas de intervenção estatal (inicialmente por parte do governo chavista e posteriormente por Nicolás Maduro) na economia da Venezuela. Pois, tão logo instaurada a crise, inicia-se um rápido processo de elevação do índice de imigrantes venezuelanos vindo para Roraima, índice este que teve seu pico mais especificamente entre os anos de 2016 e 2018 (WENDLING; NASCIMENTO; SENHORAS, 2021).

Tais fatos contribuíram significativamente para uma acentuada mudança da caracterização da dinâmica de expansão territorial urbana de Boa Vista-RR, a qual antes obedecia a um padrão de crescimento intenso, indiscriminado e desordenado e que agora muda para a conformação de um perfil de atenuação do ritmo desta expansão, mas que assume uma característica de adensamento demográfico nas zonas periféricas.

O rápido e desenfreado crescimento da malha urbana em Boa Vista corrobora para a ocorrência do processo de favelização[1] em áreas periféricas. O surgimento de aglomerados de moradias surge rapidamente e em pouco tempo e sem nenhuma estrutura (energia, água potável, pavimentação, dentre outras).

De acordo com o Plano Diretor de Boa Vista, atualmente a cidade encontra-se dividida em quatro Zonas (Norte, Sul, Leste e Oeste), cuja configuração espacial está subdividida em 56 bairros PMBV (2023), a maioria localizada na Zona Oeste da cidade, onde se concentra a maior densidade e de bairros predominantemente caracterizados por moradores com perfil socioeconômico desfavorável.

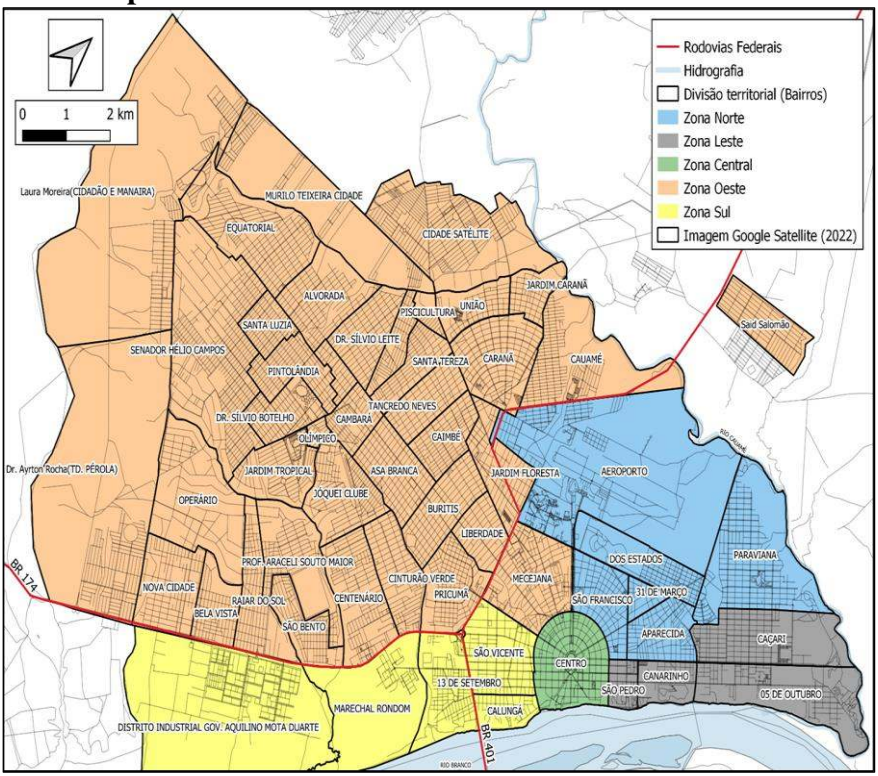
CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS ZONAS URBANAS DE BOA VISTA

A cidade de Boa Vista é frequentemente dividida em cinco zonas: A Zona Central (centro histórico e econômico da cidade, onde se concentram as principais atividades comerciais, administrativas e culturais), Zona Norte (bairros residenciais, áreas comerciais e instituições educacionais), Zona Sul (inclui uma mistura de bairros residenciais, áreas industriais, espaços comerciais e instituições governamentais), Zona Leste (caracterizada por uma mistura de bairros residenciais, áreas comerciais e espaços naturais) e Zona

[1] O termo "processo de favelização" refere-se ao crescimento e expansão de áreas urbanas precárias, caracterizadas pela falta de infraestrutura básica, como saneamento, água potável, eletricidade, e pela precariedade das moradias, geralmente construídas de forma improvisada e sem autorização legal. Esse fenômeno está associado ao crescimento desordenado das cidades, à falta de políticas habitacionais adequadas e à desigualdade social. A favelização é um problema global, mas é especialmente comum em países em desenvolvimento, onde o rápido crescimento populacional e a urbanização desordenada contribuem para a formação de aglomerados informais (MARICATO, 2001).

Oeste (variedade de bairros residenciais, áreas comerciais e espaços verdes). A distribuição da população na mancha urbana de Boa Vista-RR é "consequência de uma série de condicionantes, que influenciou e influencia a escolha de um lugar para residir, sejam estes relacionados aos movimentos interurbanos ou intraurbanos" (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2009, p. 47).

Mapa 4 - Zonas Urbanas e Bairros de Boa Vista/RR



Fonte: IBGE (2024); Nascimento e Senhoras (2022); Prefeitura Municipal de Boa Vista (2020).

Zona Central de Boa Vista

A Zona Central está estrategicamente localizada na parte central da cidade, próxima a importantes vias de acesso e transportes públicos. Abrange a região ao redor da Avenida Capitão Ene Garcez, uma das principais artérias da cidade e é conhecida por sua intensa atividade comercial, com uma variedade de lojas, restaurantes, bancos, supermercados e outros estabelecimentos comerciais. Centros comerciais e galerias também estão presentes na região. Em termos de Infraestrutura Urbana, a Zona Central possui um significativo desenvolvimento, com ruas largas, calçadas espaçosas e iluminação.

Alguns pontos de interesse histórico e cultural estão localizados na Zona Central, como praças, igrejas e edifícios históricos, concentrando uma significativa parcela do patrimônio histórico e cultural da cidade. O patrimônio histórico urbano de Boa Vista é relativamente jovem, mas ainda assim significativo, sendo composto por: Palácio Senador Hélio Campos (Centro Cívico), o Centro Histórico (Catedral Cristo Redentor-1968 e o Mercado dos Peixes), Monumento aos Pioneiros, Praça do Centro Cívico (esculturas e monumentos que representam a história e cultura de Roraima), Igreja Nossa Senhora do Carmo (Construída no século 1725, é uma das principais igrejas da cidade e um marco histórico religioso), em 1858, passou a ser a igreja Matriz.

Devido à concentração de atividades comerciais e serviços, a Zona Central tende a ter uma alta densidade populacional durante o horário comercial. No entanto, à noite e nos fins de semana, a população residente na área pode ser menor, com muitos edifícios comerciais fechados. A Zona Central é facilmente acessível por meio de diferentes modos de transporte, como ônibus, táxis e veículos particulares.

Zona Sul de Boa Vista

A Zona Sul de Boa Vista é uma área residencial predominantemente tranquila e arborizada, conhecida por suas ruas calmas e espaços verdes. Esta região abriga uma variedade de bairros residenciais (São Vicente, Calungá, 13 de Setembro, Marechal Rondom, Distrito Industrial Gov. Aquilino Mota Duarte). Além das áreas residenciais, a Zona Sul também conta com uma série de comércios locais, serviços e infraestrutura básica, como supermercados, escolas, farmácias e centros de saúde. Há também uma presença significativa de parques e áreas verdes, proporcionando espaços para atividades ao ar livre, recreação e lazer para os moradores.

A Zona Sul é caracterizada por uma acessibilidade relativamente fácil, com vias principais bem conectadas que facilitam o deslocamento dentro da região e para outras partes da cidade. A presença de transporte público, como ônibus, também contribui para a mobilidade dos residentes.

Caracterização geoespacial do Beiral: Circuito inferior e centro tradicional da criminalidade de drogas em Boa Vista (RR); Para Marisco (2003), é a partir da década de 1980 que ocorre aumento expressivo da pobreza nas cidades destacando as desigualdades entre os grupos sociais. Essa dinâmica, também é identificada na estrutura urbana de Boa Vista, principalmente em função do desenvolvimento socioeconômico, formando outras malhas urbanas e, por consequência, ocorre um crescente incremento da exclusão social, fator devido à distância entre a habitação da população e o acesso aos serviços urbanos, conformado pela desigualdade na distribuição socioespacial.

Popularmente conhecido como “Beiral”, estava localizado na Zona Sul, porção central de Boa Vista entre os bairros São Vicente,

Francisco Caetano Filho e Calungá, a margem esquerda do rio Branco, que segundo Oliveira (2008), sua denominação é em função de atividades laborais exercida desde década de 1920 por fazendeiros e comerciantes quanto ao embarque e desembarque de mercadorias e animais bovinos, notadamente, atividades essas que estão "intrinsecamente ligada ao processo de formação da Cidade de Boa Vista, porque era onde se encontrava a antiga Fazenda Boa Vista" (LOZANO, 2016, p. 56).

Num primeiro momento, o Beiral recebera a denominação de "Olaria" em função de uma das principais atividades laborais desenvolvidas naquela área, em que os pioneiros praticavam a pescaria no rio Branco, e somente mais tarde que evoluiu, e as olarias surgiram (CÂNDIDO, 2017). Em função de sua localização, é recorrente, quando em períodos de cheias ocorra enchentes afetando diretamente a população residente nessa região, sendo os mais afetados aqueles moradores que vivem na informalidade, geralmente, por ocupações desordenadas e irregulares (FREITAS, 2000).

Essa região possui intensa ligação com a origem da cidade de Boa Vista devido a ocupação e de uso inapropriado, geralmente, uma vez que as diversidades existentes desde sua origem, corroboraram para a ocorrência de segregação socioespacial em áreas desprovidas de atenção de políticas públicas, em especial o "Beiral", bem como o expressivo crescimento demográfico e da proliferação de bairros desorganizados e sem estrutura urbana, corroborou para o surgimento das primeiras favelas em Boa Vista (LOZANO, 2016).

O processo que culminou no cessar das atividades de garimpagem a partir de 1992 e *boom* demográfico no estado, tiveram grande impacto em Boa Vista, uma vez que grande parte dessas pessoas migraram para a capital a procura de estada e ao deparar com a falta de habitações foram se deslocando para áreas periféricas, como o Beiral, e aos poucos, foram desenvolvendo atividades

laborais, quase sempre informais, em olarias e pesca, dentre outras (FALCÃO; MAGALHÃES; CUNHA, 2011)

A ascensão demográfica em Roraima, além dos fatos mencionados anteriormente, cabe ressaltar o fortalecimento de políticas públicas onde o escopo era a manutenção territorial por meio da Segurança Nacional em fomentar o desenvolvimento e povoamento dessa região (GOMES, 2020) é destacado por Vale (2007):

> Promoveu o crescimento do Território através de uma política urbana concentrada na capital, realizando obras infra estruturais físicas e socioeconômicas. Contudo, devido ao intenso crescimento populacional, com o agravamento de déficit habitacional, ampliou significativamente áreas ocupadas por habitações, construídas de improviso, em locais geralmente inadequados e sem obedecer aos requisitos mínimos de habitabilidade (VALE, 2007, p. 110).

Nesse ínterim, a inserção de pessoas no Beiral, que já possuíam antecedentes criminais foi inevitável, durante o processo migratório de garimpeiros, por exemplo, certamente recebera pessoas que buscasse atividades econômicas ilícitas, marginalizados, traficantes de drogas e/ou atividade de prostituição. Para Walter (2021), ainda que no decorrer do tempo houve mudanças estruturais significativa em Boa Vista, o Beiral ainda possuía estruturas antigas e precárias, palafitas, realidade essa, até ano de 2017.

Desde sua efetivação até o ano de 2017, os moradores do Beiral tiveram as vidas ladeadas por manchetes de jornais e mídias local e nacional, quase sempre com notícias pejorativas voltadas para

a violência diversa. Como resposta, o poder público, quase sempre incipiente, implementou alguns projetos na tentativa de conter o avanço de ilícitos na região, tais como: revitalização da área; melhoria na iluminação; pavimentação asfáltica e de ruas; construção de calçadas; ampliação na rede de drenagem; promessa de construção de unidades habitacionais básicas.

Historicamente, o Beiral possui recorrências de atividades ilícitas, considerada uma cracolândia[2] na cidade de Boa Vista, haja vista que como circuito inferior do tráfico de drogas, cristalizou sua inserção na divisão do trabalho por meio de uma série de atividades ilícitas demandadas por outras espacialidades urbanas, tanto do circuito inferior de Boa Vista, caracterizadas pela marginalidade e baixa renda, quanto pelo circuito superior, caracterizado por recursos econômicos.

Essas práticas têm como destinatários um perfil heterógeno da sociedade roraimense, desde classe baixa até alta, corroborando com Santos (2009), onde se observa o antagonismo estrutural de modificações nas formas de trabalhos e ações, em que existe um circuito superior caracterizado por uma lógica capitalista em nível nacional e internacional, por outro lado, o circuito inferior, cujo perfil é o mais vulnerável da cidade.

Por ser considerada área central de Boa Vista, onde existem patrimônio histórico-arquitetônico, problemas sociais diversos, dentre eles ilícitos e violência urbana, enchentes recorrentes, em 2008 por meio da Lei municipal de nº 1.117, de 31 de dezembro de 2008, a prefeitura de Boa Vista torna o espaço Caetano Filho como área de interesse social, sendo aquelas regulam o uso da propriedade

[2] Termo tradicionalmente utilizado em distintas localidades no Brasil e no exterior, retratando a especialização socioespacial de determinadas localidades e regiões na comercialização do tráfico de drogas. O maior exemplo é a tradicional zona central da cidade de São Paulo (ADORNO *et al*., 2013).

urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001):

> Art. 1º - Fica instituída a área denominada Francisco Caetano Filho, nesta cidade, com 1.356.159,31 m². e perímetro de 5.528,60 m, destinada à implementação de serviços de infraestrutura, com a finalidade de oferecer novo perfil do local e áreas adjacentes da cidade de Boa Vista e consequente melhoria da imagem apresentada aos seus visitantes, em cumprimento às exigências de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista - Lei Complementar nº. 924, de 28 de novembro de 2006, em consonância com a Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade [...];
>
> A área denominada Francisco Caetano Filho abrange parte do Centro de Boa Vista e parte dos bairros São Vicente e Calungá [...] (PMBV, 2008).

A recorrência e agravamento instaurado por falta de políticas públicas, enchentes sazonais, aumento exponencial de violência urbanas, em julho de 2017 a PMBV anuncia a revitalização da área a partir da demolição das casas alagadas. Num primeiro momento seriam demolidas 144 das mais de 350 residências existentes, realocamentos e indenizações foram realizados com a possibilidade futura de adquirir outras residências em localidades distantes do atual local, notadamente no Bairro Laura Moreira na Zona Oeste da cidade, cuja finalidade de começar as obras do projeto Parque do Rio Branco (WALTER, 2021).

Em abril de 2019, a PMBV anuncia a terceira e última fase do projeto Parque do Rio Branco. Dentre os bairros em que foram realocados os antigos moradores do Beiral, destacam-se: Bairro São

Bento; São Vicente; Cinturão Verde; Senador Hélio Campos; Equatorial; Senador Hélio Campos e Conjunto Habitacional Cruviana (WALTER, 2021).

Esse deslocamento de pessoas, caracteriza-se pelo fenômeno de gentrificação que corresponde um conjunto de dois fatores que se observa em dada área: (i) um processo de desalojamento de residentes pertencentes ao proletariado, substituídos por grupos oriundos de classes sociais mais altas e (ii) um processo de reabilitação física desta área (RIBEIRO, 2018).

O processo de Gentrificação realizado pela PMBV ocorreu durante o último mandato da então prefeita Teresa Surita (2017-2020), no qual foi realizado por meio do projeto Parque do Rio Branco, na oportunidade foram realizados uma série de atividades divididas em três fases distintas: (i) 1ª etapa: retirada de mais de 350 famílias da área de risco do Caetano Filho – Beiral, mediante pagamento de indenizações, com recursos próprios; (ii) 2ª etapa: serviços de terraplanagem e drenagem da área, com elevação da avenida Sebastião Diniz e canalização do igarapé Caxangá; e 3ª etapa: urbanização e construção dos equipamentos públicos que irão compor a estrutura (PMBV, 2017).

Concomitantemente ao processo anterior, moradores foram removidos para distintos bairros, em sua maioria distantes da sua antiga morada. De certo, observa-se que houve grandes transformações nas áreas desapropriadas o que elevou o custo vida nessa área e, por outro lado, agrava a segregação socioespacial, acrescentado ao fato de que no período a organização criminosa Primeiro Comando da Capital, já dominava o comercio de drogas no local, que aliás ainda hoje a venda de drogas no bairro centro ainda é dominado pelo PCC em conjunto com associações venezuelanas.

A extinção do beiral ocorre entre os anos de 2017-2019, período que ocorreram algumas cheias do Rio Branco, e anterior a

estes anos ocorreu a construção do residencial Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite, que teve início a entrega dos apartamentos no ano de 2015, fato que levou alguns moradores do beiral a mudarem espontaneamente para o residencial, dentre eles alguns que já vislumbravam o grande potencial do local para a intensificação de práticas criminosas.

Dentre as pessoas que mesmo antes da gentrificação do beiral, buscaram apartamentos no Residencial Vila Jardim, estavam pessoas que praticavam o tráfico de drogas no beiral, e vendo o potencial para o crescimento de sua atividade criminosa, buscou por meio de familiares conseguir apartamentos, ocorrendo assim um remanejado para bairro Cidade Satélite, tal como em outros conjuntos habitacionais, e no residencial Vila Jardim, não seria diferente. Como ocorreu em outros Estados da federação, neste período ocorreu também o deslocamento de lideranças da organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), antes atuante no Beiral, bairro Centro e Calungá, buscaram criar tentáculos dentro do residencial.

No caso específico do Beiral, é importante de observar que embora o processo de gentrificação tenha gerado um deslocamento socioespacial do circuito inferior e de parte das atividades ilícitas para outros bairros mais distantes, o entorno próximo do Beiral persiste com espaços opacos dominados pela violência, exclusão socioeconômica e o próprio tráfico de drogas, abastecendo assim os espaços luminosos do município, lubrificados pela presença do capital.

Ademais, observa-se que mesmo antes da gentrificação de parte do espaço opaco do Beiral ocorreu o transbordamento do circuito inferior do tráfico de drogas para outros bairros, sendo um deles para o bairro Cidade Satélite um dos destinos, com forte adensamento no conjunto habitacional vertical da Residencial Vila Jardim em razão do deslocamento de lideranças do crime

organizado, o que propiciou uma nova territorialidade para o desenvolvimento da geografia do crime de narcotráfico, na capital.

Zona Norte de Boa Vista

A Zona Norte de Boa Vista abrange uma região significativa da cidade, com uma área extensa e em desenvolvimento, compreendendo diversos bairros residenciais, como Paraviana, Aparecida, 31 de Março, Bairro dos Estados e bairro Aeroporto, incluindo áreas comerciais. Essa região é caracterizada por uma mistura de bairros residenciais, com diferentes padrões de habitação, desde áreas mais antigas com casas tradicionais até conjuntos habitacionais mais recentes e prédios de apartamentos. Nessa zona localizam-se o Hospital Geral de Roraima (HGR), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Aeroporto Internacional Atlas Brasil Cantanhede,

Embora seja predominantemente residencial, a Zona Norte também possui uma variedade de estabelecimentos comerciais e serviços, como mercados, lojas, restaurantes, escolas, postos de saúde e outros serviços públicos e privados. A infraestrutura urbana da Zona Norte pode variar entre os diferentes bairros, mas geralmente inclui ruas pavimentadas, calçadas, iluminação pública e redes de água e esgoto.

A Zona Norte inclui algumas áreas verdes e espaços de recreação, como parques (Complexo Poliesportivo Ayrton Senna) e praças, onde os moradores podem desfrutar de atividades ao ar livre e de lazer. Essa área é acessível por meio de diversas vias de transporte, incluindo avenidas principais e rotas de ônibus. A proximidade com o centro da cidade e outras áreas comerciais permite fácil acesso a serviços e comodidades.

Zona Leste de Boa Vista

Compreendendo a parte oriental da cidade, a Zona Leste de Boa Vista é uma área de extensão significativa com estrutura nobre, abrangendo diversos bairros residenciais (Bairros Caçarí, Canarinho, São Pedro e 05 de Outubro), áreas comerciais e espaços naturais, sendo caracterizada por uma mistura de bairros residenciais, com diferentes padrões de habitação. Nessa Zona encontram-se, por exemplo, o Shopping Pátio Roraima e a Delegacia de Polícia Civil.

É comum encontrar uma variedade de tipos de residências, desde casas tradicionais até conjuntos habitacionais mais recentes e edifícios de apartamentos. Apesar da predominância de construções residenciais, a Zona Leste possui uma variedade de estabelecimentos comerciais e serviços, incluindo mercados, lojas, restaurantes, escolas, postos de saúde e outros serviços públicos e privados. Alguns centros comerciais menores também podem ser encontrados em determinadas áreas.

A infraestrutura urbana na Zona Leste varia entre os diferentes bairros, mas inclui ruas pavimentadas, calçadas, iluminação pública e redes de água e esgoto. A Zona Leste possui algumas áreas verdes e espaços de recreação, como parques, praças e áreas de preservação ambiental. Essa região é acessível por meio de diversas vias de transporte, incluindo avenidas principais e rotas de ônibus. A proximidade com outras áreas da cidade permite fácil acesso a serviços, comodidades e locais de trabalho.

Zona Oeste de Boa Vista

Localizada na parte ocidental da cidade, a Zona Oeste de Boa Vista é uma área que abrange diversos bairros residenciais, áreas

comerciais e espaços naturais e caracterizada por uma mistura de bairros residenciais, com diferentes tipos de habitação. Existem desde casas tradicionais até condomínios e edifícios de apartamentos. Alguns bairros são mais antigos, enquanto outros são mais recentes, refletindo o desenvolvimento urbano contínuo da região.

Os bairros que formam a Zona Oeste são: Asa Branca, Bela Vista, Buritis, Caimbé, Cambará, Câmara, Caranã, Cauamé, Cidade Satélite, Centenário, Conjunto Cidadão, Conjunto Pérola, Cinturão Verde, Cruviana, Equatorial, Jardim Floresta, Jardim Primavera, Jardim Tropical, João de Barro, Jóquei Clube, Liberdade, Mecejana, Murilo Teixeira, Nova Canaã, Nova Cidade, Pintolândia, Pricumã, Raiar do Sol, Santa Luzia, Santa Tereza, Senador Hélio Campos, Tancredo Neves, União.

Apesar de ser predominantemente residencial, a Zona Oeste também possui uma variedade de estabelecimentos comerciais e serviços. Isso inclui supermercados, mercados, lojas, restaurantes, escolas, postos de saúde e outros serviços públicos e privados. A infraestrutura urbana na Zona Oeste varia entre os diferentes bairros, mas inclui ruas pavimentadas, calçadas, iluminação pública e redes de água e esgoto.

Alguns bairros mais antigos podem ter uma infraestrutura mais desenvolvida, enquanto áreas em crescimento podem estar passando por melhorias. A Zona Oeste inclui algumas áreas verdes e espaços de recreação, sendo uma área acessível por meio de diversas vias de transporte, incluindo avenidas principais e rotas de ônibus. A proximidade com outras áreas da cidade permite fácil acesso a serviços, comodidades e locais de trabalho.

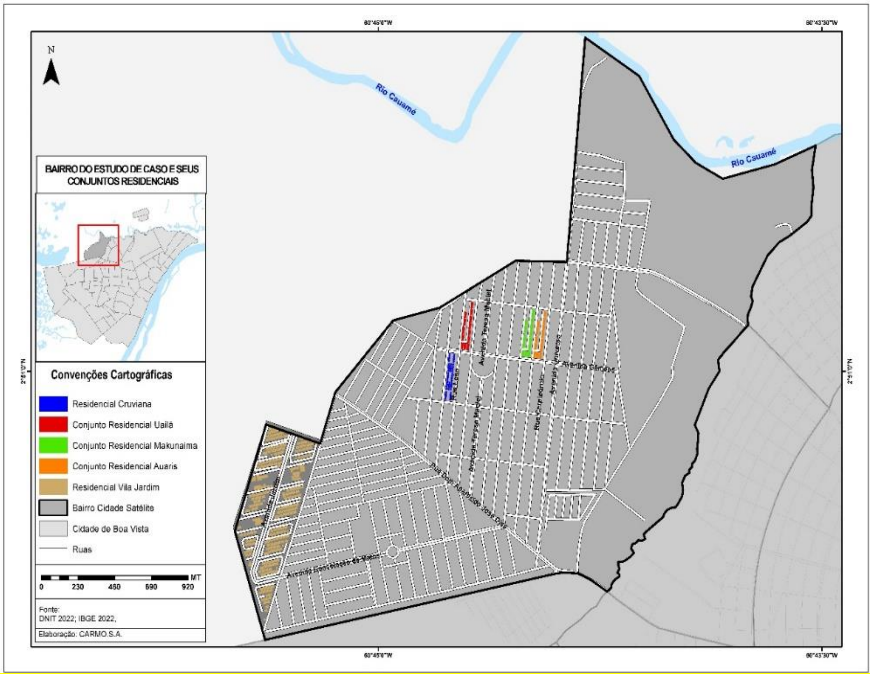
Caracterização geoespacial do bairro Cidade Satélite: Novo *hotspot* da geografia da criminalidade de drogas em Boa Vista

O bairro Cidade Satélite teve sua gênese a partir de empreendimentos/loteamentos de chácaras com objetivo recreativo às margens do igarapé Caranã situado na região (Mapa 5), sua ocupação e uso destinava-se, *a priori*, para um público de classe média e *a posteriori* para servidores público do estado e pessoas de baixa renda. Apesar de ter característica rural, a região não possuía atributos voltados à produção rural, mas sim, particularidade predominantemente urbana (DIAS, 2019).

Semelhante ao que ocorreu em outros bairros em Boa Vista, o Cidade Satélite originou-se a partir ocupações induzidas e regulares, no entanto uma parte da ocupação iniciou-se de maneira irregulares, em sua grande parte, e relativamente recente, final da década de 1990. Sua expansão decorre, principalmente, da venda de lotes de propriedade de uma imobiliária detentora de grande área local. Num primeiro momento a localidade não trazia interesse por parte da população, uma vez que a localidade era considerada longe e com pouca infraestrutura desejada.

De acordo com Dias (2019), em 2002, um político local fez doação de dois loteamentos (Santa Etelvina e o Belvedere) situação na franja do limite do bairro, sendo esse considerado o embrião do bairro, no entanto, ocorreram muitas desistências na época, devido à falta de serviços públicos essenciais, e vendas dos lotes doados ou vencidos por valores irrisórios e/ou trocas por objetos irrisórios, como máquina de lavar roupas, levou ao não desenvolvimento dos loteamentos.

Mapa 5 - Bairro Cidade Satélite com seus residenciais verticais



Fonte: Elaboração própria.

A partir de 2008 o bairro Cidade Satélite é contemplado com políticas públicas habitais a fim de atender demanda migratória de famílias atingidas pelas enchentes ocasionadas pelo rio Branco, tais famílias, eram majoritariamente do bairro Francisco Caetano Filho (Beiral). Em resposta a esse fato, somente em 2013 que surge um projeto de loteamento onde foram destinadas duas quadras em áreas privadas e públicas (Morada do Sol) localizado na periferia do bairro (DIAS, 2019).

O *boom* da expansão urbana do bairro ocorre a partir da década de 2010, com ampliação da sua malha urbana, principalmente com a construção de conjuntos populacionais do

Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): conjunto residencial Vila Jardim; conjunto Residencial Cruviana (Programa Habitacional do Servidor Público do governo do estado de Roraima), conjuntos habitacionais Auaris, Makunaima e Uailã (NASCIMENTO, 2021).

Nesse escopo, ainda segundo Dias (2019) é observado que durante o seu processo de formação do bairro, ocorreram diversas formas de ocupação e uso do seu solo, desde especulações imobiliárias, regulares e as irregulares por meio ocupação espontânea das áreas de proteção permanente dos igarapés e/ou loteamentos desvirtuados, a exemplo, o bairro vizinho João de Barro, tais fenômenos, impulsionou agentes exógenos e indução de pessoas em situação de vulnerabilidade em função de ausência do poder estatal.

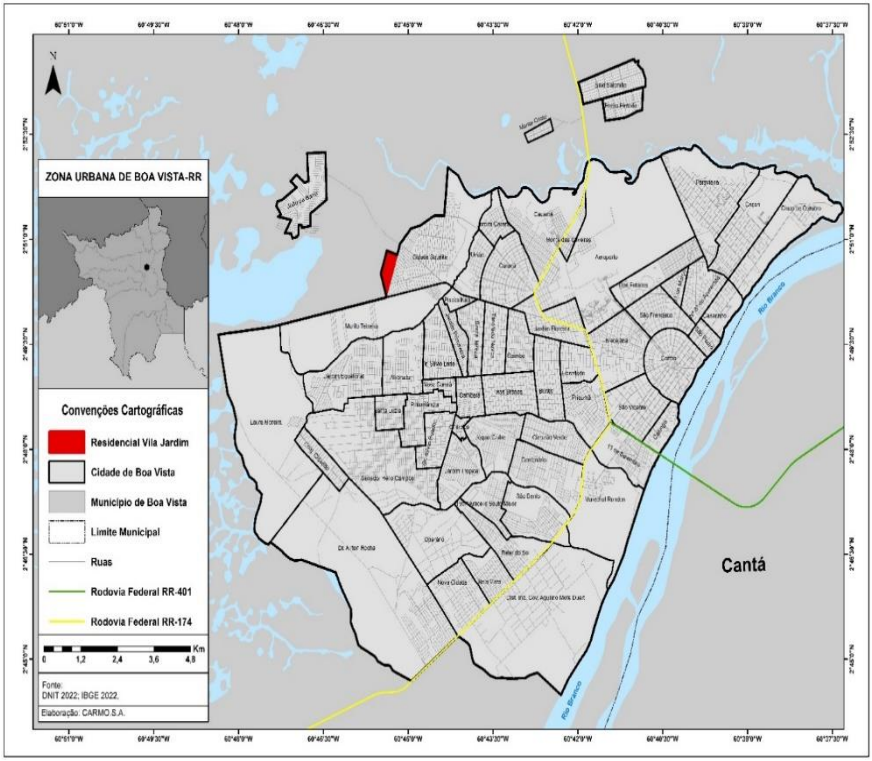
De fato, existem vários modelos de produção de habitação precária, vide loteamentos irregulares; as ocupações e o fenômeno da favelização, tais acontecimentos antagônicos tem em comum a irregularidade fundiária e/ou imobiliária, sendo essas particularidades não necessariamente próprias de cidades brasileiras, mas um acontecimento mundial (MAIA, 2010).

A particularidade desse bairro está na sua composição com a implantação de diversos conjuntos habitacionais, principalmente do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), programa do governo federal, além da criação de loteamentos privados em função da regularização de terras (NASCIMENTO, 2021). Análogo ao que ocorre em outras localidades de Boa Vista, esse bairro tem sua complexidade em sua estrutura e uma diversidade de forma de ocupação e uso do seu solo e de padrão habitacional (DIAS, 2019).

Dentre os conjuntos habitacionais, esta pesquisa dá ênfase ao residencial Vila Jardim que é objeto de estudo do presente trabalho em razão dos efeitos de *spillover* socioespacial do tráfico de drogas do Beiral em direção a outros bairros devido ao dois processos

principais, há distribuição dos apartamentos do residencial em 2015, e o num segundo momento com o processo de gentrificação urbana conduzida pela prefeitura, com a realocação populacional para novos territórios, distantes da área central da capital, Boa Vista. Não por acaso, o presente estudo ressalta que o projeto habitacional, residencial Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite, foi projetado com a finalidade abrigar moradores em condições vulneráveis oriundos da região do "Beiral", ante os constantes alagamentos até o ano de 2015.

Mapa 6 - Localização do Residencial Vila Jardim



Fonte: Elaboração própria.

Frisa-se que o residencial foi concluído em 2015, tendo como expectativa de abrigar cerca 15 mil moradores em apartamentos, no entanto, após seu término, vários problemas foram detectados, principalmente em equipamentos urbanos públicos no seu entorno, além da violência constante com presença de membros da organização criminosa PCC, oriunda de vários bairros, do sistema prisional e do próprio Beiral.

Existe uma hibridez socioespacial nítida no bairro Cidade Satélite, conjugando sincronicamente atividades do circuito inferior e superior, com espaços opacos e luminosos. Por um lado, há uma malha de propriedades sobejos de chácaras, áreas e/ou habitações de interesse social, como Programa Minha Casa, Minha Vida, ocupações irregulares e invasões em propriedades privadas e/ou públicas, bem como a presença de membros de organização criminosa como o PCC.

Por outro lado, há residenciais de classe média, De alto padrão, e residências populares, onde hoje é permeado pela presença do 1º Batalhão da Polícia Militar, além de escolas, instalações comerciais diversas, características essas visíveis no dia a dia por interposição do convívio nas áreas públicas, acomodando um aspecto particular no entendimento da expansão urbana de Boa Vista.

Embora relativamente recente, é perceptível a desigualdade nas diversas estruturas do bairro Cidade Satélite, principalmente quanto as residências centrais em detrimento as periféricas, bem como nas estruturas comerciais e acessibilidade dos moradores aos demais bairros, tais discrepâncias é sentida em decorrência da fragmentação existente do espaço urbano das distintas classes sociais do bairro.

O bairro Cidade Satélite teve em seu desígnio atender a classe média, e *a posteriori* demandas habitacionais de servidores públicos

e outras de poder aquisitivo baixo, se manifesta numa divisão onde se observa uma estrutura de pessoas de padrão médio num padrão híbrido de relativa autossuficiência do ponto de vista estrutural, uma vez que o bairro é dotado de diversos equipamentos urbanos, como: agência bancária, comércios diversos, praças públicas, farmácias, dentre outros de interesse social.

A hibridez socioespacial do bairro se manifesta por uma característica de circuito superior, com forte modalidade e por circuito inferior, notadamente formado por pontos de distribuição e consumo de drogas ilícitas e de diferentes atores e consumidores de perfis populacionais. Quanto a hibridez social e estrutural, destaca-se aquelas antagônicas, principalmente quanto a segurança pública, comércios diversos, dentre outros equipamentos urbanos, contudo, e de outro lado, o bairro encontra-se localizado na periferia do município, sob o julgo de organizações criminosas, e alguns grupos vulneráveis suscetíveis à essa economia subterrânea ligada ao narcotráfico.

Dentro de uma dinâmica de trabalho e espacialização urbana, especificamente no Cidade Satélite, estas não estão ligadas as atividades ilícitas, possui característica híbrida marcada por uma conjugação entre dinâmicas tradicionais (velhas e novas dinâmicas de mercado) marcada por crescente instabilidade entre o tecido urbano e lugares, ou seja, a realidade socioespacial torna-se cada vez mais complexa, conforme aponta Roma (2016, p. 13), "nesse sentido, a relação entre as escalas intra e interurbana permite-nos visualizar as dinâmicas dos circuitos da economia urbana na produção da cidade, que para as locais – híbridas se expressam no circuito inferior".

Com relação à geografia do crime no bairro Cidade Satélite, observa-se um crescimento estável conforme há expansão populacional neste espaço urbano. Na análise estatística de registros de boletins de ocorrência, fornecidos pelo setor de estatística da

Polícia Civil, registra-se uma dinâmica estável em detrimentos ao demais bairros da capital (SINESP, 2024), não obstante a Inteligência da Polícia Civil identifique como preocupante a situação da criminalidade de drogas, haja vista que o conjunto habitacional residencial Vila Jardim se tornou o novo epicentro de venda de drogas na capital.

Os vetores de transbordamento da gentrificação do Beiral em direção à Zona Oeste de Boa Vista geraram deslocamentos populacionais, inclusive de lideranças que comandam a cadeia de distribuição do tráfico de drogas, repercutindo assim na transformação do Bairro Cidade Satélite no novo *hotspot* do narcotráfico em Boa Vista, tendo os prédios do conjunto habitacional residencial Vila Jardim se tornado no núcleo duro da difusão da criminalidade.

Outro fato importante a se destacar é a presença de membros de Organizações Criminosas (OrCrims) oriundas da Venezuela, as quais têm recorrentemente trabalhado em parceria com OrCrims nacionais (PCC e CV), que controlam o tráfico de drogas em Boa Vista e recruta os grupos venezuelanos para expandir a territorialidade do narcotráfico no tecido urbano de Boa Vista, e em diferentes bairros. Tais apontamentos da Geografia da Criminalidade do narcotráfico são perceptíveis a partir da análise documental fornecido pela Polícia Civil, que por meio da coleta de dados estatísticos, foi possível realizar o mapeamento além de se observar como as OrCrims interferem no aumento ou diminuição dos registros dos crimes, principalmente no que tange aos crimes de roubo, furto, homicídios e tráfico de drogas nos bairros.

MAPEAMENTO DA GEOGRAFIA DO CRIME EM BOA VISTA

No que tange a questão de a violência ser mundial, a presente pesquisa propôs sua delimitação na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, que segundos dados do IBGE, possui área territorial de 5.687,037 km², situa-se no Hemisfério Norte cujas Coordenadas geográficas são: Latitude 2° 49’ 11’’N e Longitude 60° 40’ 24 O.

População estimada do município de Boa Vista, segundo IBGE, foi estima 399.200 mil habitantes (2019), 419.652 mil habitantes estimados (2020) e 436.591 mil habitantes estimados (2021), e com censo de 2022 a população da capital foi de 413.486 pessoas, a cidade com maior população do estado de Roraima, o qual possui segundo o censo do IBGE de 2022, uma população de 636.707 pessoas.

Boa Vista/RR, a título de análise para a Geografia do Crime foi analisada conforme as cinco zonas urbanas, conforme já estudado, sendo elas Zonas: Central, Leste, Norte, Sul e Oeste, este último contento a maior concentração de bairros.

Os bairros apresentados nos mapas são os que constam nas planilhas de dados de registros de boletins de ocorrências fornecidas pelo setor de estatística da Polícia Civil do es-tado de Roraima, utilizando a metodologia citada, abaixo será apresentado o mapa da localização do Município de Boa Vista, com os dados de registros de boletins de ocorrências registrados.

Registro de dados Criminais

Roraima é um dos estados mais novos, e nos últimos anos é que teve um salto no desenvolvimento das instituições, bem como a

coleta de dados criminais realizado pela polícia civil, instituição responsável pela coleta dos dados estatísticos de criminalidade por meio dos registros de boletins de ocorrência policial, dados que são consolidados pelo Núcleo de Estatística e análise criminal da instituição.

O sistema de coleta de dados criminais, tornou-se obrigatório, somente com o Decreto governamental do ano de 2019, em que pese a utilização de sistema informatizado para esta coleta data de sua implantação no ano de 2014, por meio da ferramenta de Sistema de Nacional de Informação de Segurança Pública Procedimento Policial eletrônico (SINESP PPe) fornecida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, onde ainda hoje os policiais estão sendo capacitados para utilização da ferramenta.

Outra dificuldade existente é a da falta de profissionais capacitados para que com os dados, mesmo que com deficiência nas informações, possam ser inseridos em uma base cartográfica técnica, ante a ausência de profissionais, já que a Polícia Civil não teve contratação há 20 anos, ou seja, ocorreu apenas um concurso público, o do ano de 2003, enquanto, que muitos policiais aposentaram ou mudaram de carreira. Assim, as ferramentas para a análise de geoprocessamento dos dados evoluíram, os servidores não acompanharam a evolução e ainda não as utilizam.

Neste ponto voltamos ao tema do presente estudo, que é mapear a criminalidade nos bairros de Boa Vista. Para a realização do trabalho optou-se pela representação espacial com o mapa coroplético nominal, com escalas de cores, conforme expõe Rosette, existem dois tipos de mapas temáticos (2005), *in verbis*:

> para a representação de dados criminais em mapas temáticos: *tipo nominal* – qualitativos de valor único, o que possui valor único para a identificação das áreas, *tipo ordinal* – quantitativa não-valorada,

> graduada de cores por quebras naturais, demonstra intervalos na incidência de um fenômeno qualquer, visualizando através do agrupamento por classes e tipo intervalados e razões – quantitativas e valoradas, representação por desvio padrão por série histórica, na cartografia para análise espacial de dados de criminalidade é a mais empregada, já que é possível observar tendências e grau de incidência (destaque nosso).

Neste ponto, para utilizar o mapa temático coroplético, utilizou-se a técnica apresentada por Carvalho (2018) definindo o número de classes ou categorias a serem adotadas, de maneira a não provocar a perda de detalhes na análise, em que pese se o leitor não tiver cuidado, pode se confundir com a carta de cores, um ponto negativo para a utilização da metodologia.

Assim, de posse dos dados estatísticos e a tratativa dos dados nas planilhas, após a uniformização quanto as formas de escrita dos nomes dos bairros, foi trabalhada cores para indicar cada tipo de crime, variando da cor mais escura para indicar a maior incidência de registro e mais clara para indicar a menor incidência.

Considerando os registros de boletins de ocorrências dos crimes analisados, realizou gradação diferente para cada representação temática nos mapas, já que o quantitativo de registros dos crimes possui quantitativos diferentes. Cabe esclarecer que no presente trabalho não foi possível a utilização de mapas com pontos para mostrar a mancha criminal, ante a ausência de dados do local do fato não constar os dados geoprocessados, já que o servidor que fez o registro não utilizou a ferramenta do Google Maps ou constou a informação de latitude e longitude.

Inicia-se a análise da representação gráfica nos mapas com divisão dos bairros da capital de Roraima, com os dados

classificados e divididos. Assim, inicia-se a terceira fase do estudo, demonstrando nos mapas o quantitativo nos bairros de registros de boletins de ocorrências dos fatos criminosos, que na presente pesquisa será analisado quatro crimes, homicídio, roubo, furto e tráfico de drogas.

Crime de homicídio nos bairros de Boa Vista

O crime de homicídio, será quantificado os tipos penais de homicídios dolosos contra a vida sendo eles simples ou qualificado, não englobando os crimes de roubo seguido de morte e nem estupro seguido de morte. Os anos analisados são 2019, 2020 e 2021, nos referidos anos a polícia civil registrou a seguinte quantidade de crimes boletins de ocorrências policiais, respectivamente, 178, 171 e 203.

Ao mapear as quantidades por bairro, conforme mapas abaixo, constata-se que a zona rural, apresenta maior quantidade de registro, sendo o primeiro lugar, como local de crime de homicídio, estando na segunda posição e quase empatados, os bairros 13 de Setembro e Cidade Satélite, Senador Hélio Campos.

As manchetes de jornais locais, estampavam com frequência notícias de “achados de cadáver” na Zona Rural, ou seja, o crime de homicídio pode ter ocorrido em outro local e a Zona Rural foi utilizada como “descarte” dos corpos, seja pela tentativa do criminoso em dificultar o trabalho policial, de crimes praticados nos bairros da Cidade, ou mesmo ainda nos Municípios dos interiores, onde ocorreu intensificação de áreas de garimpos ilegais, com disputas frequentes.

Realizando a análise de documentos e de manchetes de jornais, além de entrevistas de foi possível observar que no bairro

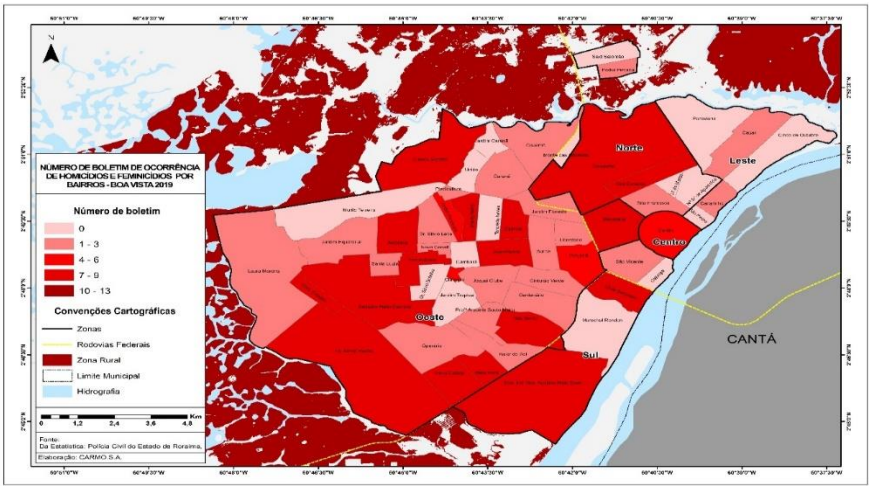
Cidade Satélite, é frequente operações policiais visan-do o combate a membros da OrCrim Primeiro Comando da Capital - PCC, e quanto aos dados do bairro 13 de Setembro, é o bairro onde se concentra os abrigos, coordenados pela Operação Acolhida, para migrantes venezuelanos onde atuam membros de OrCrim/grupos criminosos vindo da Venezuela.

O bairro 13 de Setembro é localizado próximo ao centro da cidade, e onde fica a rodoviária, e desde a migração venezuelana, existem informações e matérias de que membros de organizações criminosas venezuelanas se instalaram inicialmente em conjunto com o PCC ou CV, e em seguida buscou o domínio do território, por meio de coordenação e execução dos opositores, visando o controle de venda de drogas. Os homicídios praticando, possuíam características de mexicanização, ou seja, foram praticados com o emprego do esquartejamento e o descarte dentro de sacos de lixo, modus operandi característico para demonstração de poder, violência até então não existente.

Já os homicídios no bairro Senador Hélio Campos, cabe esclarecer que há muitos anos no bairro ocorre a disputa entre membros da facção PCC e CV. Quanto ao bairro Aeroporto, é o local onde está localizado o maior Hospital do Estado, e como algumas pessoas são levadas feridas e acabam morrendo, muitas vezes os dados criminais constam apenas como local do fato o referido hospital.

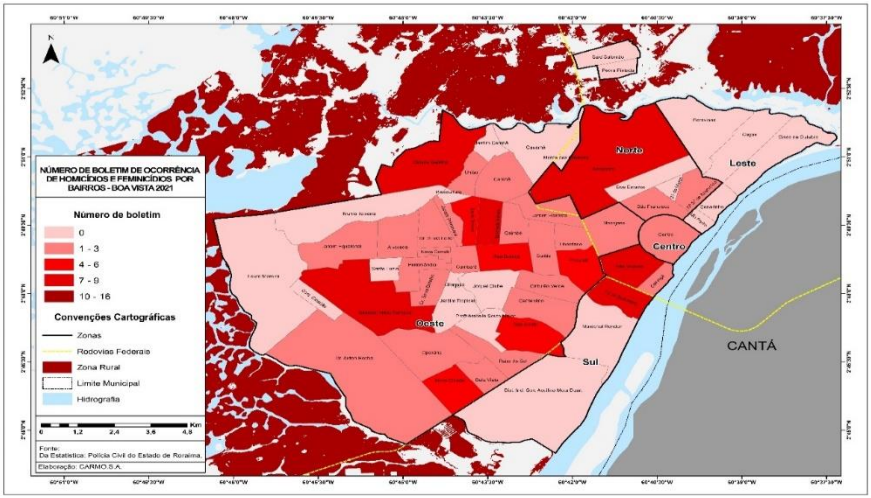
Vejamos como ficou o mapeamento os dados de registros de boletins de ocorrências de homicídios nos bairros da capital:

Mapa 7 - Crime de homicídios nos bairros de Boa Vista/RR 2019



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

Mapa 8 - Crime de homicídios nos bairros de Boa Vista/RR em 2021



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

Conforme se depreende as cores mais intensas mostram os bairros com maior índice de registro, e neste caso se sobrepormos os bairros com maior intensidade, e avaliarmos o mapa da espacialização definida pela OrCrim PCC em Boa Vista/RR (2017), apresentado por Carmo (2023, p. 161), é possível observar que há indícios de que os crimes podem ser em razão de disputas territoriais de membros do PCC com membros do Comando Vermelho, já que em 2017 o PCC já definiu suas áreas de atuação e criou denominações próprias para "seus" territórios.

Ao sobrepor os dados do estudo de Carmo (2023), verifica-se que na denominação do PCC do território "Regional 5" com o mapeamento dos dados de homicídios, os bairros Nova Cidade e Dr. Ailton Rocha, já na "Regional 4" o bairro Senador Hélio Campos, lideraram na quantidade de registros de homicídios, já na "Regional 3" o bairro Cidade Satélite, onde segundo policiais é a área onde o PCC instalou seu "QG"; na "Regional 2", tem-se os bairros 13 de setembro, Caimbé, Santa Tereza, e na "Regional 1" os bairros São Vicente e Centro, com registros medianos, já os demais bairros que compreendem as demais regionais, a quantidade de registros de homicídio variam de 7 a 9 por ano, sendo que alguns, conforme, divulgado na imprensa, foram decorrentes das disputas dos criminosos pelo domínio território.

No Bairro 13 de Setembro é onde está concentrado a maior quantidade de abrigos de migrantes venezuelanos, e pela análise do tipo de homicídios que foram praticados, trata-se de características de disputas entre os próprios migrantes pelo domínio e controle da venda de drogas no local e no bairro do centro, em que pese ainda não existir uma estrutura bem definida ou conhecida da existência de uma OrCrim com migrantes, existem informações de que a disputa se baseia no fato de integrarem as duas OrCrims que são predominantes na cidade de Boa Vista, o PCC e o CV.

Em que pese esta pesquisa não apresentar dados de crimes de homicídios dos anos anteriores, nos anos analisados, os bairros com maior quantidade de homicídios se mantiveram quase que os mesmos, aliado aos mapas com os dados dos demais crimes. O crime de homicídio não é privilégio apenas dos bairros periféricos, mas também dos bairros centrais da capital.

Um dos motivos para a intervenção federal no maior presidio do Estado, decorreu de duas chacinas e os altos índices de homicídios na capital e em cidades do interior, além do fato de que os membros das facções nacionais de dentro do presidio determinavam os assassinatos e outros crimes.

Crime de tráfico de drogas nos bairros de Boa Vista

Quanto ao registro de boletins de ocorrências no recorte dos crimes de tráfico de drogas, nos anos de 2019, 2020 e 2021, foram registrados respectivamente 330, 370 e 301, numericamente parece pequena a quantidade, já que tanto se fala de guerra entre membros de facção pelo controle do tráfico de drogas nos bairros da capital, além de diariamente nos noticiários apresentarem notícias de prisões em razão da prática da traficância.

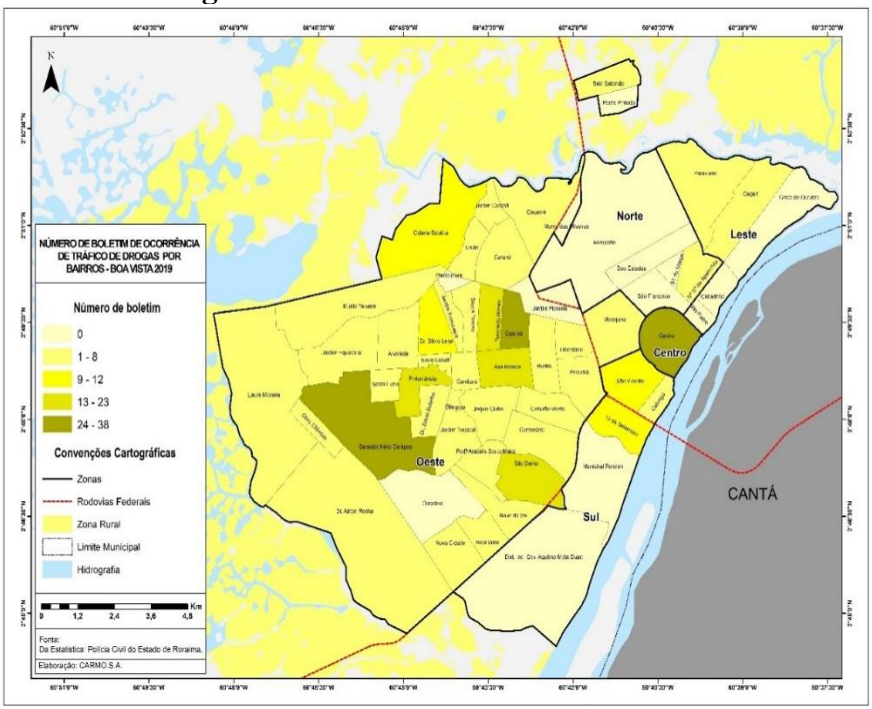
Analisando os mapas, verifica-se que os bairros onde ocorreram maior quantidade de registros de ocorrências pelo crime de tráfico foram os bairros Centro, Senador Hélio Campos, Tancredo Neves e Caimbé, o bairro Cidade Satélite está entre os cinco bairros com maior registro.

O crime de tráfico de drogas, em que pese apresentar poucos registros de boletins de ocorrência, se compararmos a quantidade de registros de outros crimes como roubo/furto e estelionato, a análise e mapeamento se fazem importante, já os membros de organizações

criminosas se utilizam do comercio ilegal de drogas para auferir vantagens financeiras e controle de territórios, auferindo lucros para a compra de armas e outros objetos ilícitos.

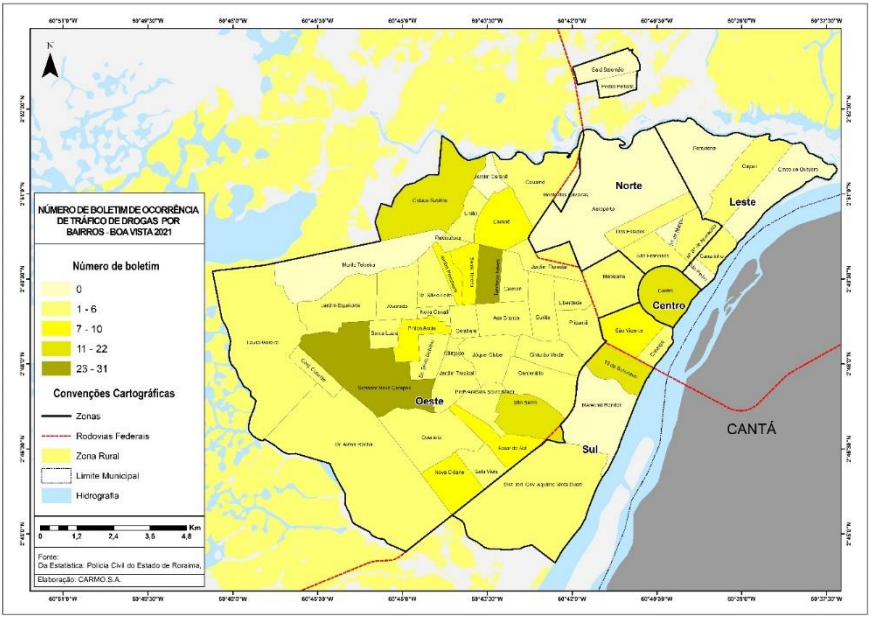
Os registros de boletins de ocorrências do crime de tráfico de drogas, ocorrem em sua maioria em razão da atuação dos policiais na repressão, já que muitas pessoas que sofrem em razão do micro tráficos próximo a suas residências, ou ainda por ter um familiar que é consumidor da droga, não realizam a denúncia, por medo, portanto é um dos crimes com maior índice de subnotificação.

Mapa 9 - Crimes de tráfico de drogas nos bairros de Boa Vista/RR 2019



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

Mapa 10 - Crimes de tráfico de drogas nos bairros de Boa Vista/RR 2021



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

Neste ponto, observa-se que os dados quanto ao combate ao tráfico de drogas, devem ser analisados na perspectiva do trabalho efetivo das polícias civis, militares, federal e rodoviária federal, já que neste tipo penal, a população tende a não realizarem denúncias por medo dos traficantes ou medo do familiar que é usuário ser preso.

Para o combate ao crime de tráfico de drogas, necessita-se de políticas públicas de inclusão social e emprego, na busca de melhoria no ensino escolar, minimizando a vulnerabilidade dos jovens, que compreende a maior categoria de presos por este tipo de crime e as mulheres que muitas vezes assumem a posse da droga para livrarem seus companheiros.

No centro da cidade, o dado é preocupante, já que ao ocorrer a gentrificação da área que compreendida o conhecido "Beiral", ocorreu com o discurso de diminuir o tráfico de drogas no local, mas o tráfico não ocorre na praça, ocorre nas proximidades, inclusive é o local onde na capital é possível observar ações similares as Cracolândia das grandes capitais.

Nos anos de 2017 e 2018, ocorreu um aumento nas prisões em flagrantes, ação decorrente da localização de informações dentro da PAMC de vários locais onde eram praticados o conhecido micro tráfico, inclusive com informações dos responsáveis pela venda e recolhimento do dinheiro, principalmente os locais controlados por membros da OrCrim PCC.

O combate ao tráfico de droga é importante, no entanto não a única política pública necessária para que este crime possa diminuir, já que a prisão não impede que outro assuma a venda do produto ilícito, já que esta atividade é tida por membros de OrCrim como uma das fontes de renda, então ao ser preso um responsável pela venda outro de imediato já assume.

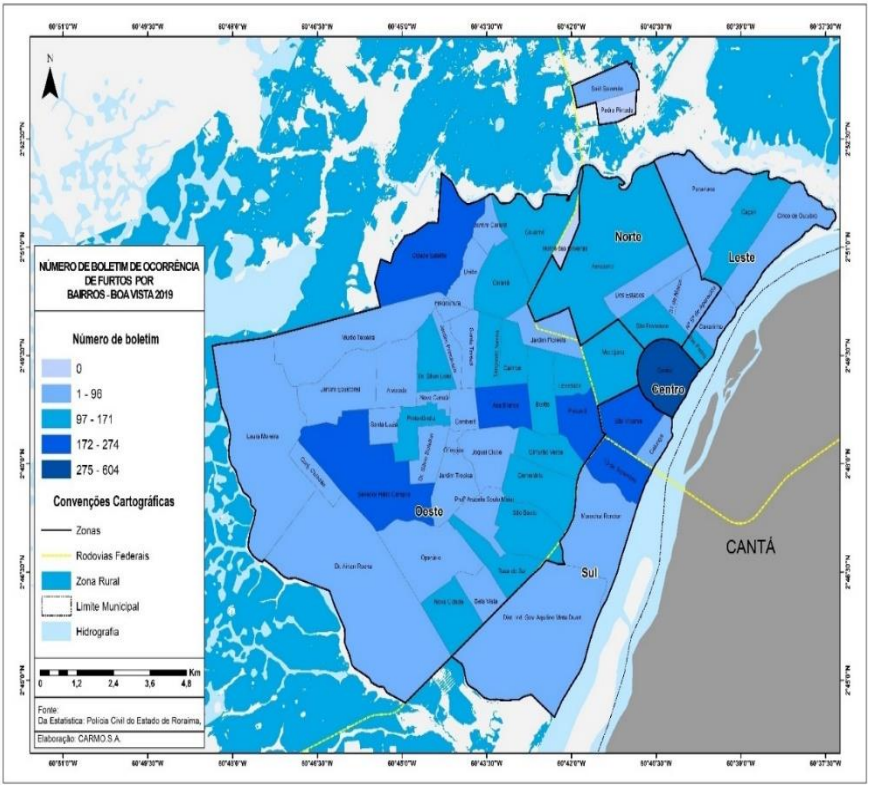
Crimes de furto e roubo nos bairros de Boa Vista

Os crimes de furto e roubo, são crimes contra o patrimônio, com maior quantidade de registros, estando entre os principais crimes registrados na polícia civil, os registros de boletins de ocorrências: crime de furto 5.937, 4.802 e 5.030, e crime de roubo 3.236, 2.593 e 3.186, respectivamente registrados nos anos de 2019, 2020 e 2021.

Com os dados observa-se que no ano de 2020, tivemos uma queda considerável dos registros, neste ponto um dos motivos pode ter sido a pandemia e a necessidade de quarentena, o que diminuiu o

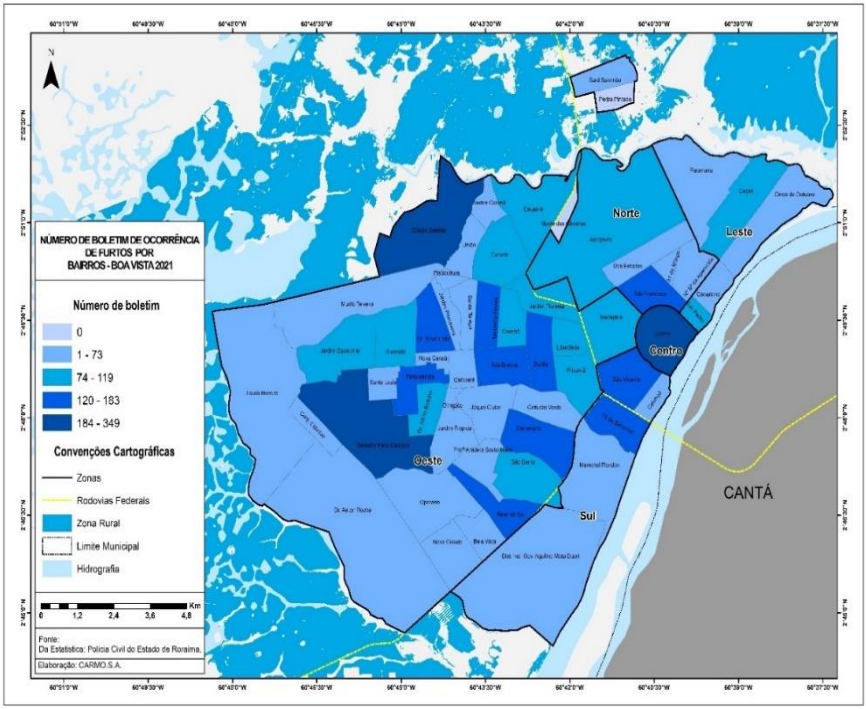
fluxo de pessoas nos grandes e pequenos centros, acrescenta-se que no ano de 2019, foi implantado o sistema de registro de boletim de ocorrências *online*, e durante a pandemia a polícia civil disponibilizou o atendimento para registro de boletins, além da plataforma *online*, todas as delegacias receberam e ativaram linhas telefônicas para os registros, de maneira que o comunicante não precisasse ir até a delegacia, o que não impediu ou impede a sub notificação.

Mapa 11 - Crimes de furtos nos bairros de Boa Vista/RR 2019



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

Mapa 12 - Crimes de furtos nos bairros de Boa Vista/RR 2021

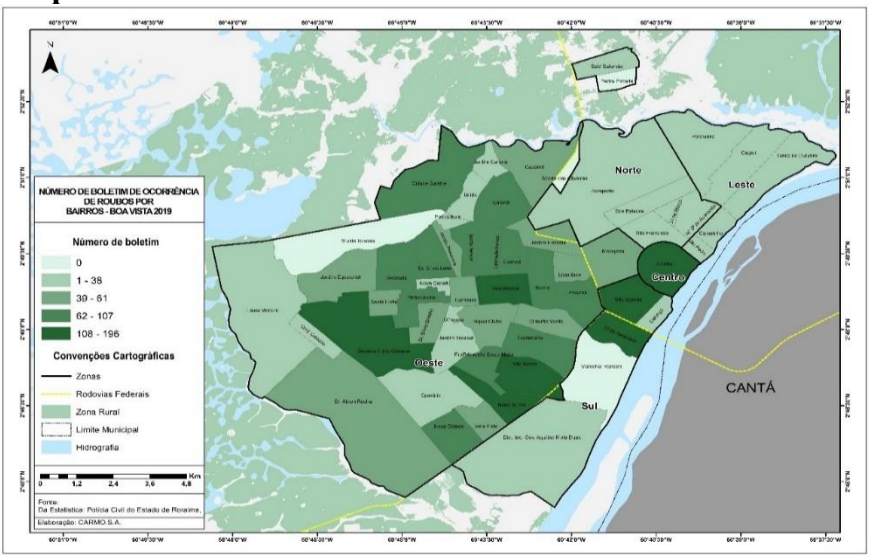


Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

Mesmo com a diminuição dos registros de ocorrência, observa-se que os bairros com maiores índices de registros de boletins, foram Senador Hélio Campos, Centro, Raiar do Sol, Asa Branca, Caranã, Cidade Satélite e 13 de setembro, seguindo pelos demais bairros do município.

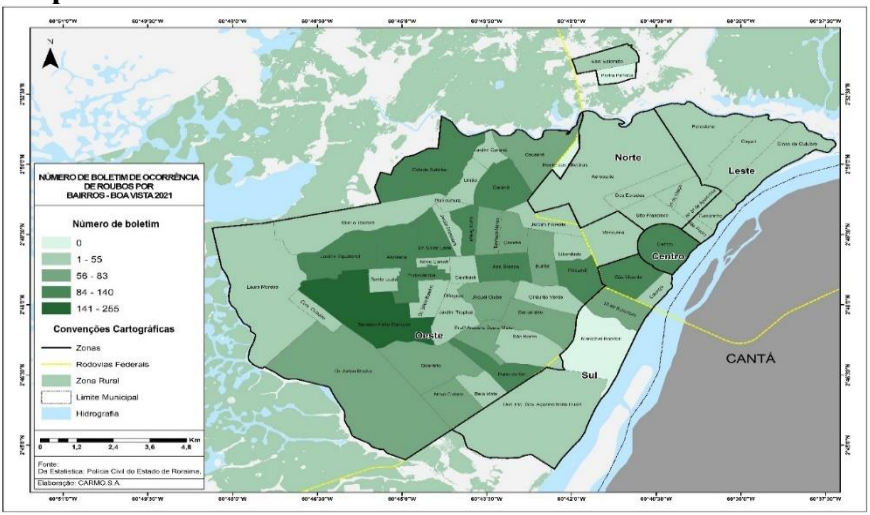
Um aspecto observado pelos dados coletados, é de houve uma diminuição na quantidade de registros dos crimes no ano de 2020, no ano de 2021 embora tenha havido uma maior quantidade de registro está não ultrapassou a quantidade a de registro do ano de 2019.

Mapa 13 - Crimes de Roubo nos bairros de Boa Vista/RR 2019



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

Mapa 14 - Crimes de Roubo nos bairros de Boa Vista/RR 2021



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil.

No crime de roubo temos a surpresa de não aparecer nenhum registro nos três anos no bairro Marechal Rondon, neste ponto cabe esclarecer que o bairro é quase em sua integralidade área militar, mas podemos observar que existem registros de furtos, mesmo que ínfimo, comparado aos demais bairros.

Outra questão que é possível observar é que nos bairros com maior quantidade de crimes contra o patrimônio, apresenta maior quantidade de registro de crimes de tráfico de drogas, o que demonstra que nos locais podem existir as famigeradas "bocas de fumo" ou como membros do PCC se referem, "as lojinhas", as quais contribui para o aumento dos crimes contra o patrimônio, já que os usuários que não possuem condições financeiras de sustentar seu vício ira se valore dos crimes contra o patrimônio, entregando ao encarregado da "boca de fumo" os objetos subtraídos, para custear seu vício.

Visando diminuir os crimes contra o patrimônio, existem inúmeras políticas públicas e em sua maioria se concentram no aumento de efetivo e de viaturas na rua, em Boa Vista, foi implantado a "Policia na Rua" ação que visa mitigar a pratica delitiva, no entanto, o criminoso ao ver onde está reprimido realiza a migração para outra zona de atuação.

Evolução do Crime Organizado em Boa Vista

O controle do território em Boa Vista pelo crime organizado é uma problemática complexa que demanda atenção e ação coordenada por parte das autoridades e da sociedade. A capital do estado de Roraima, apesar de sua beleza e diversidade cultural, enfrenta desafios decorrentes da influência de grupos criminosos

nacionais, regionais e até internacionais, que buscam estabelecer domínio territorial para realizarem suas atividades ilícitas.

A presença marcante de uma institucionalização do crime em Boa Vista se manifesta como uma força estrutural em evolução e com repercussão em diversas esferas da sociedade, haja vista a diversidade de atividades, desde tráfico de drogas até a exploração de atividades ilegais que foram geridas, de modo embrionário por grupos jovens identificados como "galeras", e, por ciclos de maturação em grupos organizados.

Campo de Poder das Galeras nas décadas de 1990 a 2000

Em um primeiro momento, antes mesmo de ouvir-se falar de crime organizado, a população de Boa Vista ao longo das décadas de 1990 e 2000, já sofria com as ações criminosas praticadas por grupos de jovens que se denominavam de "galeras" ou "galerosos", ou seja, as famosas gangues como é denominada no resto do brasil, onde seus líderes eram conhecidos como os "considerados".

No caso das galeras e sua atuação em Boa Vista, durante a pesquisa, as informações levantadas são decorrentes de dados constantes na página da prefeitura municipal, onde constam notícias da época sobre a implantação e desenvolvimento do projeto Crescer, o qual teve como objetivo diminuir a criminalidade juvenil, a notícia apresenta a seguinte informação, *in verbis*:

> Em 2001 existiam na cidade de Boa Vista 35 gangues urbanas, conhecidas pela prática de atos violentos, disputas territoriais e envolvimento com o tráfico de drogas. Conhecidas como "galeras", eram integradas por jovens, a maioria moradores de regiões de alta vulnerabilidade social. A partir de um amplo

> diagnóstico socioeconômico, que abrangeu todo o município, os números da violência tornaram-se nomes, rostos, endereços e ganharam uma explicação: a situação de pobreza e indigência em que viviam cerca de 17 mil adolescentes

Na busca sobre os locais de atuações das "galeras" e como eram conhecidas, principalmente as que atuavam em Boa Vista no início dos anos 2000, buscou-se informações junto a policiais e moradores além de pessoas que trabalharam diretamente no projeto Crescer, dentre as informações coletadas, foi possível identificar as seguintes galeras: - galera do Asa Branca, com atuação no próprio bairro; - os Bady Boy, atuavam no bairro Pintolândia; a - Galera da Baixada, que pertencia do bairro Caranã; - Galera do Areial, que atuavam na região entre os bairros Joquei Clube e Asa Branca; - Galera do São Vicente, atuação no bairro São Vicente; - Galera do Jardim Primavera, atuava dentro do próprio bairro; a - Galera formada só de mulheres, de nome Xoxota; - Galera Beirute, que atuavam no Beiral, região localizada entre os bairros Centro e Calulngá; - Galera do 13 de setembro com atuação no próprio bairro; no bairro Mecejana atuava a galera do Mangueiral.

Além das "galeras" nominadas, segundo os estudos, o período de vida dos grupos de jovens violentos, eram muitos curtos, já que surgiam com o nome do próprio bairro, e ante os confrontos com os grupos rivais, elas apareciam e desapareciam com grande rapidez, além da atuação policial que contribuía para o desaparecimento da "galera" ante a prisão do líder ou líderes, onde o objetivo das "galeras' não estavam em ganhar dinheiro ou auferir lucros, mas demonstrar força, para com o grupo rival, fato comprovado pelas lutas travadas com facas, facões e pedaços de madeira, pelos membros dos grupos. As principais drogas utilizadas na época eram a cola de sapateiro e maconha.

Em 2001 a jornalista Andréia de Lima, publicou matéria, folha uol, sobre experiências bem-sucedidas no atendimento aos adolescentes infratores, realizados pela ex-juiz da infância e Juventude Desembargador Campelo e pela juíza Graciete Sotto Mayor Ribeiro, que narra a atuação rápida no julgamento dos procedimentos dos atos infracionais praticados pelos adolescentes membros das "galeras", e a diminuição dos atos infracionais e das galeras.

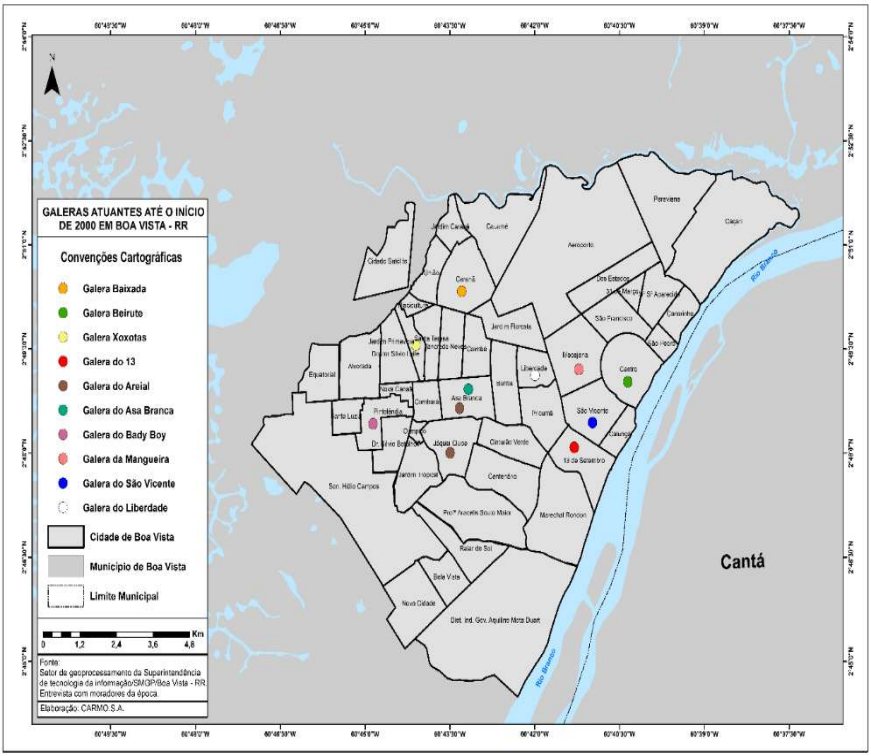
Aliado ao julgamento rápido estavam os projetos Crescer, da prefeitura municipal, e o projeto da Justiça Dinâmica, que promoveram o acompanhamento dos egressos da unidade de internação, em regime de liberdade assistida, e a reintegração à comunidade, por meio de reforço dos vínculos familiares e afetivos, educação, capacitação profissional e lazer, por seis meses os adolescentes e seus familiares que tiveram a extinção da medida socioeducativa pela Justiça, evitando assim a reincidência dos atos infracionais.

Quanto ao projeto crescer foi lançado em 2001, com oficinas para mais de 150 jovens integrantes de galeras, visando integrar os jovens das diversas galeras, nas atividades do programa "Esporte Noite Adentro", buscando impedir os conflitos entre as "galeras", trabalhando o respeito as regras impostas pelo esporte e a convivência com os desafetos, diminuindo a selvageria que ocorria no encontro entre as "gangues rivais", foi um projeto inovador que serviu além de controle da delinquência juvenil, tornou-se um marco ao combate a exclusão social dos jovens naquela época.

O resultado dos dois programas foram a queda vertiginosa dos homicídios praticados entre os jovens e a quase extinção das "galeras", isto até o ano de 2005, ano em que a polícia civil já fazia um ano de institucionalização.

Vejamos o Mapa 15 com a delimitação territorial e disputa territorial dos campos de poder das gangues infanto juvenis que atuavam em bairros específicos de Boa Vista ao longo das décadas de 1990 e 2000, dentro de uma territorialidade restrita na geografia urbana do crime.

Mapa 15 - Territórios das galeras na Geografia do Crime em Boa Vista (1990-2000)



Fonte: Elaboração própria.

Pelo mapeamento, verifica-se que a existência de galeras não se restringia aos bairros periféricos, os jovens infratores, atuavam em

todos os bairros da capital, com as ações sociais implantadas pelo judiciário e pela prefeitura, foi possível na época a identificação dos líderes das "gangues" e a inserção deles no programa como o projeto crescer, onde eles participaram de oficinas, ganharam bolsas, todas condicionadas a frequência escolar, ação que diminuiu a delinquência juvenil.

Com o atendimento aos jovens delinquentes e vulneráveis dos bairros e de seus familiares, nas ações educacionais, foi possível a inserção dos jovens em atividades profissionalizantes, dos anos de 2000 a 2010, levou a queda vertiginosa dos atos infracionais, que resultavam nas mortes e lesões corporais contra outros jovens, o que resultou na existência apenas de cinco "galeras".

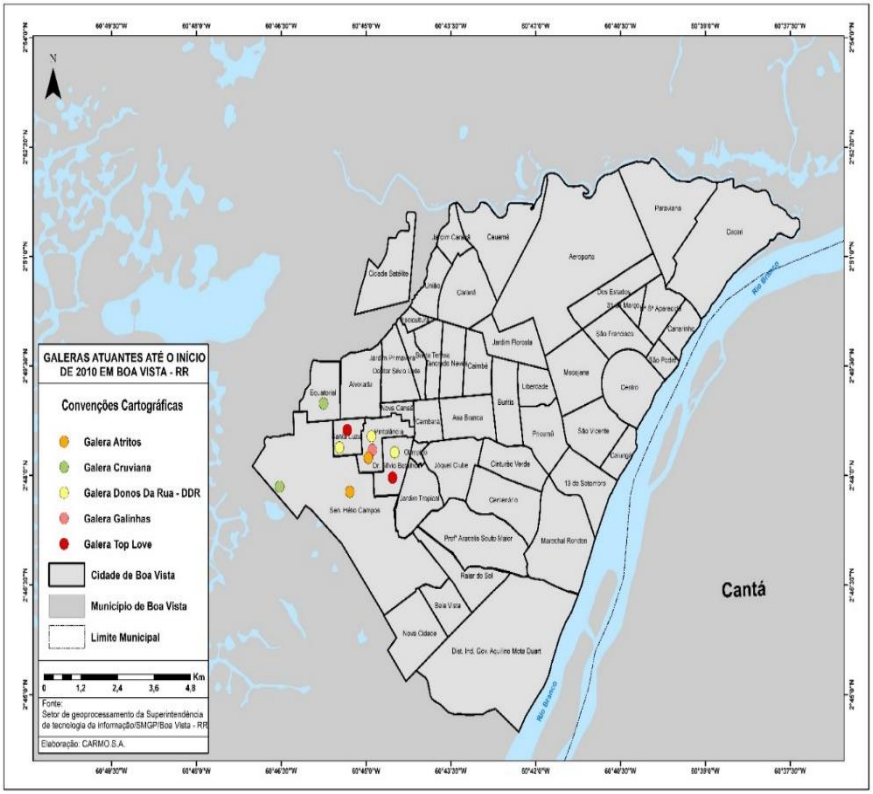
As cinco "galeras" restantes, foi estudada pelo professor Artur Rosa Filho e Rodeval Marques Andrade Sousa (2016), que apresentaram um mapa dos locais onde elas atuavam, e quais seus nomes, mapa elaborado após entrevistas realizadas com seus membros, *in vervis*:

> Questionando qual é a relação entre os jovens e o espaço, vivenciado por eles? As gangues <galeras> estudadas foram: "Top Love, umas das mais violentas gangues da cidade, os Galinhas, arque rivais dos Top Love, os DDR (Donos Da Rua), galera essa que fornece drogas na zona oeste, os Atritos, a menor gangue, porém muito respeitada pelos outros grupos, e os Cruviana, uma gangue formada por pequenos grupos de jovens do bairro Cruviana".

O estudo mostra como o projeto realizado pela prefeitura foi importante na vida dos integrantes das "galeras", estanhado entre as principais atividades desenvolvidas nas oficinas do projeto crescer a panificação, serralheira, capinagem, horticultura, serigrafia, teatro,

artesanato dentre outros, além da educação e a existência de um núcleo de garantias e direitos, com advogados disponíveis para atender e acompanhar os jovens infratores durante os procedimentos criminais ou mesmo cíveis. O Mapa 16 com a localização das "galeras" existentes em Boa Vista e sua espacialização territorial.

Mapa 16 - Territorialidade das galeras anos 2000/2010



Fonte: Elaboração própria. Baseada em Rosa Filho e Sousa (2016).

Surgimento das Organizações Criminosas PCC, CV e FDN

Em um segundo momento, na periodização da década de 2010, surgem já ações den-tro do sistema prisional, principalmente dentro da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), que demonstravam que membros de "galeras" foram substituídos por outras denominações, como irmão, companheiros, geral do estado, geral da disciplina, padrinho, sintonia, salve dentre outras terminologias, que demonstraram o contato dos presos locais sen-do recrutados por como membros das facções criminosas nacionais Paulista (Primeiro Comando da Capital - PCC) e ou do Rio de Janeiro (Comando Vermelho - CV).

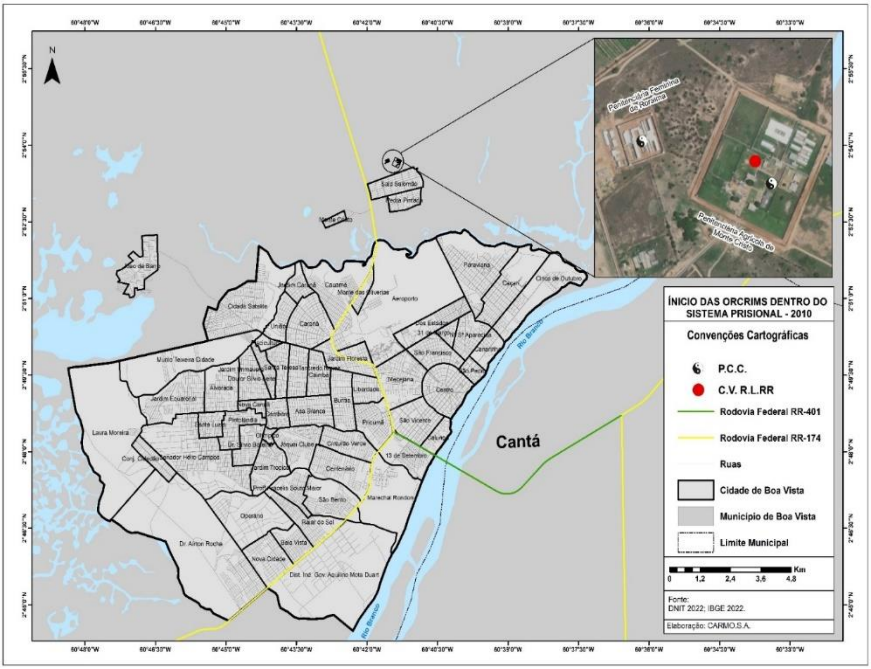
Neste interim, surgem rumores da presença de membros de organização criminosa regional que atua no Estado do Amazonas como a Família do Norte – FDN, com membros presos em Roraima em razão do tráfico de drogas e armas do Guiana e da Venezuela, quando também intensificam as disputas dentro do sistema prisional, com inúmeras mortes e amea-ças de rebeliões além de inúmeras fugas, no entanto durante a pesquisa não foi localizada ação penal visando apurar a existência da OrCrim regional FDN.

Em que pese os chefes dos órgãos de segurança pública e do governo estadual negarem a existência e a atuação e o contato de presos locais com presos membros das OrCrims do PCC e do CV, no Ano de 2011, o Ministério Publico requereu que presos fossem enviados para presídios federais, os quais retornaram em 2013, fato que contribuiu para a instalação das facções PCC e CV dentro do sistema prisional roraimense, bem como fora do sistema.

A transferência, com a ida de presos para o sistema prisional fora do estado, oportunizou um forte intercâmbio e favoreceu a emergência dos primeiros "batizados" de presos roraimenses no PCC, dentro e fora da Penitência Agrícola de Monte Cristo (PAMC).

Aliado ao fato do envio de presos para sistemas prisionais fora do Estado, ocorre também a migração de membros de associações criminosos para o Estado de Roraima, visando a implantação da doutrina não só aos presos, mas também aos criminosos que atuam na cidade, neste sentido no ano de 2013, foram presos membros de uma quadrilha especializada em roubo à caixa eletrônico, composta por pessoas que vieram à Roraima para ensinar a técnica de arrombamento caixa eletrônico com o emprego de maçarico, mas durante a fuga parte da quadrilha foi presa, na época a investigação não buscou ligar os presos a ações de membros do PCC ou do CV (Inquérito Policial presidido pela pesquisadora).

Mapa 17 - Localização da PAMC, território de preludio do PCC e do CV



Fonte: Elaboração própria.

Aliada as ações dentro da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, que é localizada na Zona Rural da capital, zona preponderante pela quantidade de homicídios, sejam em razão das chacinas praticadas dentro do sistema ou mesmo dos corpos achados nesta área, tanto os corpos decorrentes das mortes praticadas por membros de OrCrims como os plantados em razão de mortes violentas no garimpo nas cidades do interior, ou mesmo crimes praticados em outros locais e os corpos "descartados".

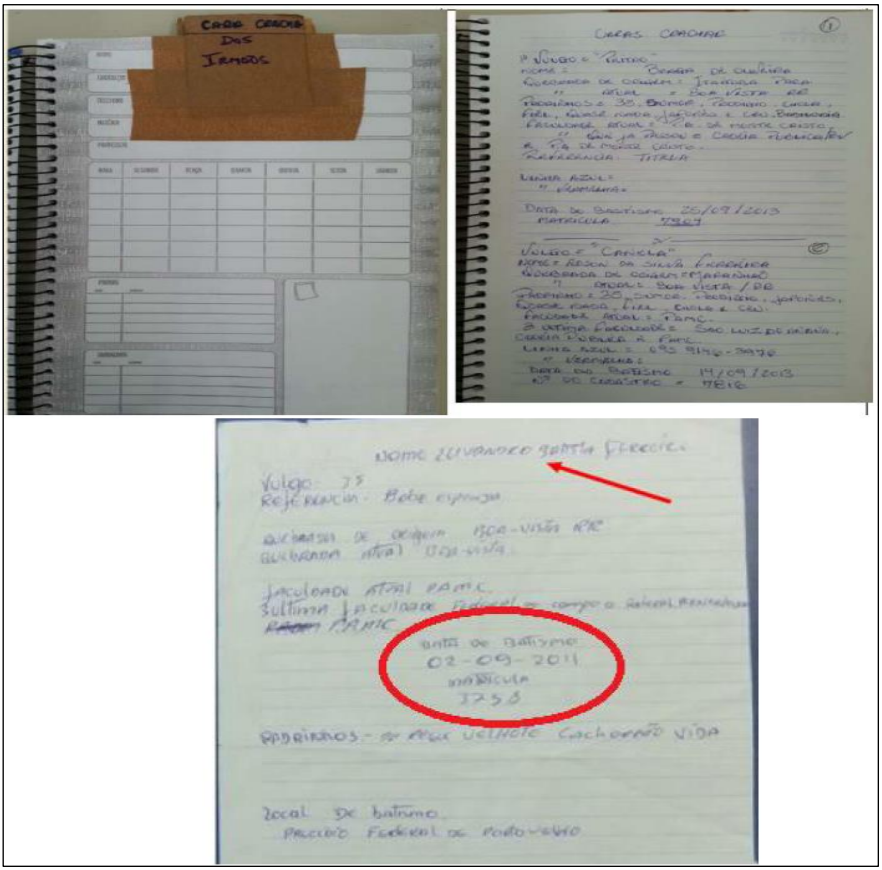
Figura 14 - Iconografico com indícios de atuação de OrCrim PCC ano 2011



Fonte: Arquivo da Perita Criminal, Dra. Érica de Oliveira Veras da Luz. Laudo. Pericial nº 1289/11/DPE/IC/SESP/RR de 02/06/2011.

Em arquivos pessoal, é possível demonstrar a existência de ações tanto dentro do sistema prisional quanto fora, vejamos iconográfico decorrente de laudo pericial nº 1289/11/DPE/IC/SESP/RR de 02/06/2011, em local de arrombamento com furto no bairro Senador Hélio Campos, fotos realizadas pela perita criminal Érica de Oliveira Veras da Luz.

Figura 15 - imagens das fichas de Batismo dos membros do PCC ano de 2013



Fonte: Arquivo pessoal. Cópia dos Laudos Nº 300.0 e 300.4/2013 – SEPAEL/IC/PC-RR.

No ano de 2013 e 2014 com a apreensão de vários documentos e aparelhos celulares, foi demonstrada a existência da estrutura do PCC e em menor escala do CV dentro da penitenciária agrícola. Com a apreensão das anotações, a investigação que resultou na instauração de inquérito policial, que conteve os laudos periciais de números Laudos Nº 300.0, 300.1, 300.2, 300.3 e 300.4/2013 – SEPAEL/IC/PC-RR, os quais foram utilizados na operação Weak Link, com a comprovação da existência de um caderno onde constavam a denominada "ficha de batismo" de 44 (quarenta e quatro) presos, que se tornaram "irmãos", ou seja, membros do PCC, devidamente cadastrados e atuantes no dentro e fora do sistema prisional. Observe Figura 15.

As imagens do caderno, demonstrou que no ano de 2011, já existia preso dentro da penitenciária agrícola devidamente cadastrado na OrCrim PCC, o qual iniciou o trabalho de inserção de novos membros, e a difusão do estatuto da organização criminal, que na época também foi apreendido cadernos com o estatuto completo escrito a mão.

Assim, mais do que demonstrada a existência de organização criminosa, existia também o domínio do território e a denominação própria dentro da estrutura organizacional criminosa, com cadeia de comando e funções especificas para cada membro, onde alguns não necessitavam de conhecer os demais para cumprirem suas funções criminosas.

A operação Weak Link, resultou na ação penal com a denúncia de 95 (noventa e cinco) pessoas, supostamente integrantes da organização criminosa primeiro comando da capital, com membros em Roraima e em outros Estados da federação, a investigação que resultou na referida denuncia, foi decorrente dos inquéritos policiais da polícia civil (IP nº 55/2013) e da polícia federal, aliados a cautelares realizadas pela polícia federal.

O processo principal resultou na condenação de aproximadamente 67 (sessenta e sete) pessoas como integrantes do primeiro comando da capital, sendo está a primeira estrutura do PCC devidamente identificada e condenada no Estado de Roraima.

No laudo pericial nº 300/2013 SEPAEL/IC/PC-RR, demonstrou inclusive que os membros do PCC atuante em Roraima, já utilizavam denominações próprias para ser referirem a localizações geográficas, como a terminologia "sintonia" para demonstrar o comando dentro de cada estado ou região no Brasil, que do ponto de vista administrativo, torvava a organização mais ágil e com ruídos na comunicação praticamente inexistentes, a comunicação realizada entre as sintonias geográficas, pela sintonia geral era ultramoderna caso o responsável por uma célula ficasse "inviabilizado", rapidamente a organização se replica, com a substituição imediata.

O perito criminal Sttefani Pinheiro Ribeiro (2013), descreveu com clareza e simplicidade como se caracterizava as ações das "sintonias geográficas": "Espantosamente, agem como se fossem realmente um vírus, uma espécie de parasita intracelular obrigatório que se multiplica de acordo com a imunidade do tecido em que se instala", um membro era preso ou retirado, em seguida já outro assumia a função.

No ano de 2014, surgem provas da atuação de presos da penitenciária agrícola e da Cadeia Pública, com membros do Comando Vermelho, os quais mantinham contato com os membros da OrCrim CV no Rio de Janeiro, neste período, os membros da referida organização criminosa estavam planejando a prática de roubos a agências bancárias ou representantes bancários, sendo algumas ações impedidas pela ação policial.

A despeito das operações policiais de investigação dentro do presídio a partir do ano de 2013, os membros da organização

criminosa PCC, não mitigaram suas ações criminosas, mas sim ampliaram ainda mais suas atuações, inclusive com atuações fora do sistema prisional, inclusive melhorando a estrutura organizacional e a implantação mais intensa de denominações territoriais próprias, em todo o estado de Roraima.

Iniciou-se um período de constantes ameaças e tentativas dos membros da OrCrim PCC, em matar agentes públicos responsáveis pelas investigações e julgamentos, por meio dos "salves", iniciando assim uma verdadeira guerrilha entre os membros do PCC e membros do Estado, além dos assassinatos de outros criminosos que se opusessem as regras do PCC.

Espacialização definida pela OrCrim PCC em Boa Vista/RR (2016-2018)

Quanto a questão dos membros da OrCrim PCC, criar denominações próprias que defina a espacialização da atuação criminosa na cidade de Boa Vista, emerge de novos documentos e conteúdo de celulares apreendidos após a chacina praticada pelos membros do PCC em novembro/2016 a janeiro/2017, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

No período das chacinas, o preso que não aceitasse o estatuto do PCC, ou que não se "batizasse", foi assassinado, ação foi amplamente divulgada na imprensa, e após algum tempo a polícia conseguiu apreender celulares e anotações, onde constavam dados de movimentações bancárias, dados cadastrais de novos membros, dentro e fora do sistema prisional de Roraima, inclusive de membros de outros sistemas prisionais, além de vasto material que descrevia a divisão geoespacial da Cidade de Boa Vista e dos Municípios do interior, teve como objetivo o controle da venda de drogas, inclusive

com informações dos locais e responsáveis pela "boca de fumo", que era denominada de "lojinhas".

Este tema resultou em um dos produtos decorrentes da presente pesquisa, que resultou em uma dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Roraima UFRR), e, na publicação do artigo científico com o tema: As Fronteiras Territoriais das Relações de Poder do Primeiro Comando da Capital (PCC) no Estado de Roraima, publicado na Revista Boletim de Conjuntura – BOCA, Ano V, Volume 13, nº 38, Boa Vista, 2023, pp. 89-104, a qual possui Qualis A1.

O estudo analisou dados da investigação policial constante inquérito policial nº 004/2017 – DRACO, o material apreendido resultou nos laudos de nº 516 e nº 518/2018/SEPAEL/DPI/IC/PC/SESP/RR e nº 18/2019/ SEPAEL/DPI/IC/PC/SESP/RR, que apresentou vastos indícios dos crimes de tráfico de drogas, tráfico de arma, homicídio, roubos além de organização criminosa e lavagem de dinheiro, além de demonstrar uma estrutura criminosa muito maior que a decorrente da operação Weak Link no ano de 2014.

Na investigação da OrCrim PCC, descobriu-se que seus membros realizaram, uma divisão territorial própria, com os bairros de Boa Vista, denominando-os de regionais, a denominação geográfica implantada visou a facilitação do controle, bem como impedia que os membros da OrCrim PCC disputassem entre si, visão empresarial das práticas delitivas.

A espacialização de controle do tráfico de drogas dentro e fora do sistema prisional, apresentou divisão urbana, diferente da implantada, já que a caracterização socioespacial da Cidade está em cinco Zonas, sendo elas: Zona Sul, Norte, Leste, Oeste e Central, com o mapa e possível observar uma ausência de uniformidade

quanto a quantidade de bairros em cada zona, ademais, para a sociedade o termo zona é mais empregado para representar zona rural e urbana.

Já a espacialização criada pela OrCrim PCC, dividindo os bairros dentro das cinco regionais, compostas por grupos de bairros, onde em cada regional existiam as várias "lojinhas" (bocas de fumo) que cada membro controlava, sendo subordinado por uma "sintonia" ou "gerente". A que territorialização foi eficiente e eficaz, que ainda hoje quando ocorre a apreensão de documentos, ainda são utilizadas, além de ser empregada até mesmo por pessoas que não integram e nunca integram a OrCrim, o que demonstra ser a espacialização real não reconhecida pelos moradores da Cidade, ante a sua complexidade.

A territorialização criada pelo PCC, causou diversos conflitos violentos com os membros da OrCrim Comando Vermelho nos bairros de Boa Vista, resultando em várias mortes, além das disputas dentro do sistema prisional, que resultou em inúmeras mortes. Além dos homicídios os membros das OrCrims na busca de demonstrarem seu domínio, intensificaram a prática dos crimes violentos, como roubos e assaltos a bancos e correspondentes bancários além dos sequestros, com resultado morte, fatos que a segurança pública local, não estava capacitada para atuar.

Neste período, o residencial Vila Jardim, localizado no bairro Cidade Satélite, já estava habitado e a busca dos criminosos em se esconderem dificultando a ação policial, observaram que dentro do residencial a ação policial era dificultada, ante a quantidade de apartamentos e blocos, bem como a facilidade em visualizarem a aproximação dos veículos ou mesmo de pessoas estranhas ao ambiente.

No período a regional 3, era a área de intensa atuação policial, já que compreendida além do bairro Cidade Satélite, a Zona

rural onde estava localizado a Penitenciária Agrícola, onde ocorria inúmeras fugas, bem como era de onde saia as ordens dos chefes da OrCrim PCC.

A divisão dos bairros em regional, criada pelos membros da OrCrim PCC, ficou assim especializada em Boa Vista:

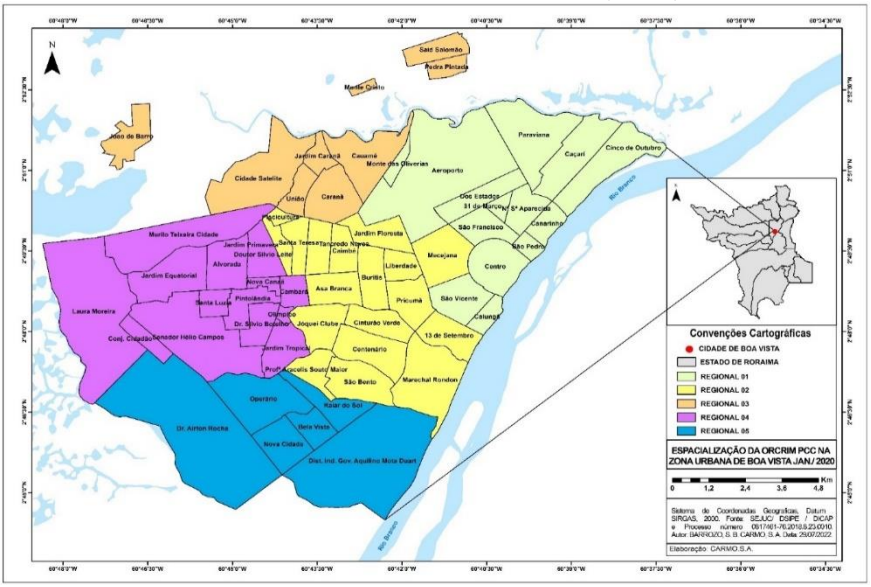
> Regional 01 – composto pelos bairros: Caçari, Paraviana, Bairro dos Estados, Aeroporto, São Francisco, 31 de março, Aparecida, Canarinho, Centro, São Vicente, Calunga, São Pedro;
>
> Regional 02 – 13 de setembro, Mecejana, Pricumã, Cinturão Verde, Centenário, Jóquei Clube, Asa Branca, Buritis, Caimbé, Tancredo Neves, Liberdade;
>
> Regional 03 – Said Salomão, Pedra Pintada, Cidade Satélite, Santa Tereza, Caranã, Cauamé, Jardim Caranã, União, Primavera e Jardim Primavera;
>
> Regional 04 – Conjunto Cidadão, Senador Hélio Campos, Cruviana, Equatorial, Alvorada, Santa Luzia, Silvio Leite, Nova Canaã, Cambará, Silvio Botelho, Tropical e Olímpico;
>
> Regional 05 – Operário, Araceles, Brigadeiro, Raiar do Sol, Bela Vista, Nova Cidade e Distrito Industrial, Pérola (CARMO; SILVA; LIMA (2023, p. 101).

Aliada a expansão do PCC, o Estado de Roraima passava por uma severa crise financeira, onde salários dos servidores públicos estavam atrasados, bem como iniciava a migração em massa dos venezuelanos, que fugiam em busca de refúgio no Estado de Roraima. A presença do grupo de migrantes vulneráveis, aliado a guerra entre as facções que observaram no migrante um meio de crescimento com a sua utilização para a prática do pequeno tráfico

de drogas e armas trazidos da Venezuela para o Brasil, ou mesmo, o pequeno tráfico dentro da capital.

Neste contexto, os migrantes começam a jornada de "cooperação" com os membros das OrCrims PCC e CV, onde muitos foram presos, e ao serem inseridos no sistema prisional, já tinham que se manifestarem em qual OrCrim pertencia, ação implantada visando impedir novos massacres dentro dos sistemas prisionais, já que na Cadeia Pública ficavam recolhidos os membros do CV, e a PAMC foi realizada uma divisão territorial por alas, com presos da OrCrim PCC, presos da igreja, presos de crimes sexuais e neste momento os presos migrantes venezuelanos. Segue o Mapa 18 com a espacialização elaborada pelos membros da OrCrim Primeiro Comando da Capital na Zona Urbana de Boa Vista/RR.

Mapa 18 - Espacialização do PCC na Zona Urbana de Boa Vista (2017)



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Inquérito Policial/PCRR/DRACO nº 004/2017.

Eclosão de OrCrims Nacionais e Venezuelanas

Em um terceiro momento, a partir de 2018, observa-se que as duas facções nacionais PCC e CV, estão consolidadas no município de Boa Vista, ações criminosas que obedecem a estrutura hierarquizada de comando, inclusive com disputas violentas visando a dominância do território para venda de drogas e o controle de prostituição.

Após a espacialização realizada pela OrCrim PCC e descoberta pelos policiais no ano de 2017, os membros do Comando Vermelho, também buscaram definir suas áreas territoriais. A ação dos membros do Comando Vermelho foi bem definida no ano de 2018 quando os líderes, organizaram e executaram a fuga de mais de quarenta membros, os quais fugiram da Cadeia Pública e em seguida, praticaram diversos crimes, dentre eles os mais conhecidos foram: - Em Boa Vista, roubo ao Banco do Brasil da Ville Roy, durante o horário de maior fluxo de pessoas, e roubo na Agencia do SICOB, já no interior no interior do estado, roubaram vários representantes bancário, e no Município do Amajari, fecharam a Cidade e roubaram quatro comércios, sendo que em dois funcionavam representantes bancários.

Nas ações os membros do Comando Vermelho diziam que "não praticavam crimes contra a sociedade, mas sim contra as grandes empresas", buscando assim conquistar mais membros, além de buscar apoio social, na tentativa de aumentar suas áreas de dominação criminosa na capital e no interior.

Neste período, alguns membros fundadores do PCC, "rasgaram" a camisa, ou seja, abandonaram a OrCrim e foram integrar o CV, fato que levou a cidade de Boa Vista, ao auge nos incides de mortes violentas, onde os membros do PCC que se uniram

ao CV, foram considerados “lixos”, ou seja, pessoas que a OrCrim PCC, condenaram a morte, por tornarem-se opositores.

Ante a disputa entre as duas facções nacionais por novos membros, emerge os migrantes venezuelanos, pertencentes a diversos grupos criminosos daquele país, os quais iniciam a vida criminosa em Boa Vista, seja por já estarem inseridos no crime naquele país, ou pôr em razão da vulnerabilidade serem obrigados a se inserirem em uma das facções nacionais.

No ano de 2018, em razão da intensificação dos índices de criminalidade e o descontrole estatal dentro do sistema prisional, principalmente dentro da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, localizada na zona rural da capital, de onde os membros das duas facções nacionais buscavam o controle, e de onde emitiam ordens de controle e auxílio aos membros de outros Estados, buscando o crescimento das OrCrims em nível nacional.

A crise da segurança pública dentro e fora do sistema prisional é intensificada, com a crise financeira aliada a crise migratória dos venezuelanos que buscaram refúgio no Brasil, e junto com os refugiados vieram membros de associações criminosas daquele país, buscando intensificar as fronteiras do crime, já que ao chegar no Brasil, nenhum documento de identificação era exigido e muito menos existiu ou existe busca de antecedentes em bancos de dados do país vizinho.

Os gestores da segurança pública, não falavam sobre a existência membros de organizações criminosas ou de gangues venezuelanas atuando no Estado, mas já havia dentro do sistema prisional vários migrantes de nacionalidade Venezuela, Guianense e outras nacionalidades, os quais ao chegarem no sistema prisional, tinham que escolher a qual facção nacional pertenceriam, como forma dos policiais penais já os separarem visando evitar brigas,

ação que foi sufocada com a intervenção federal em novembro do ano de 2018.

Com a intervenção federal, foi realizada uma busca minuciosa dentro das alas, onde os policiais conseguiram retirar todos os objetos que representavam regalias vividas pelas lideranças das OrCrims, bem como os aparelhos celulares e muitas anotações de ações das duas facções nacionais.

Com o apoio dos policiais penais federais, o trabalho de identificação de membros das fações nacionais foi intensificado dentro do sistema prisional da penitenciária Agrícola de Monte Cristo, enquanto isso fora do sistema prisional os migrantes venezuelanos foram colocados em abrigos em diversos bairros da Capital, e os migrantes que buscaram residência sem auxílio estatal se concentraram no bairro Caimbé, local que ficou conhecido como grande ponto de prostituição de migrantes venezuelanas, área que foram se expandindo para os bairros limítrofes, já que no bairro Jardim Floresta foi implantado um dos abrigos, local onde existe registros de confrontos com disparos de arma de fogo.

Neste período, dentro e fora do sistema, surgem nomes de gangues ou associações criminosas que antes só conhecia quem fazia leituras de jornais venezuelanos, morava na fronteira ou sempre visitava o país vizinho, tais como: - *Cartel de Los Soles* – compostas com membros do exército bolivariano. - Ex-máfia das FARC, originário da Colômbia, - *Las Claritas Sindicato* ou *Sindicato*, um dos grupos criminosos mais fortes e duradouros dedicados à mineração ilegal no estado de Bolívar, controlando além do garimpo a prostituição e o fornecimento de drogas aos garimpeiros.

Além dos nomes acima, surgiram em Roraima membros de facções que lideravam e atuavam dentro sistemas prisional venezuelanos, sendo os principais informados pelos migrantes venezuelanos presos as seguintes: - *Tren de Arágua* oriunda da

prisão de Tocorón, em Arágua, que pelas notícias de jornais nacionais venezuelanos e chilenos, trata-se da facção Venezuelana que se instalou em pelo menos três outros países sul-americanos; - Os *Pranatos* ou *Prans*, líderes de uma das gangues mais antigas da Venezuela de nome *Tren del Llano* traduzindo *Trem da Planície*, teriam surgido na prisão do estado central de Guárico, as principais ações criminosas identificadas estão o tráfico de drogas, a extorsão, sequestro e assassinato; *Tren de Guayana*, surgiu na Cidade Guayana, no Estado Bolivar, se desenvolvendo na comunidade São Felix na região de garimpo ou não.

Diante das informações coletadas, a Força de Intervenção Federal – FTIP, juntamente com a equipe da DICAP elaboraram um mapa de espacialização das OrCrims em Boa Vista, apresentando a dominância de poder entre as duas facções nacionais (PCC e CV), e a atuação de membros de grupos criminosos venezuelanos estando atuando com conjunto com as facções nacionais ou individualmente, tendo como método a ação do grupo criminoso venezuelano.

As estruturas maturadas, das organizações criminosas nacionais materializam uma territorialidade ampliada na geografia urbana do crime em Boa Vista, o que repercute em uma capilaridade em todo espaço urbano, desde circuito inferiores até circuito superiores, e, na formação de dinâmicas conflitivas de disputa territorial e dinâmicas cooperativas para exploração territorial.

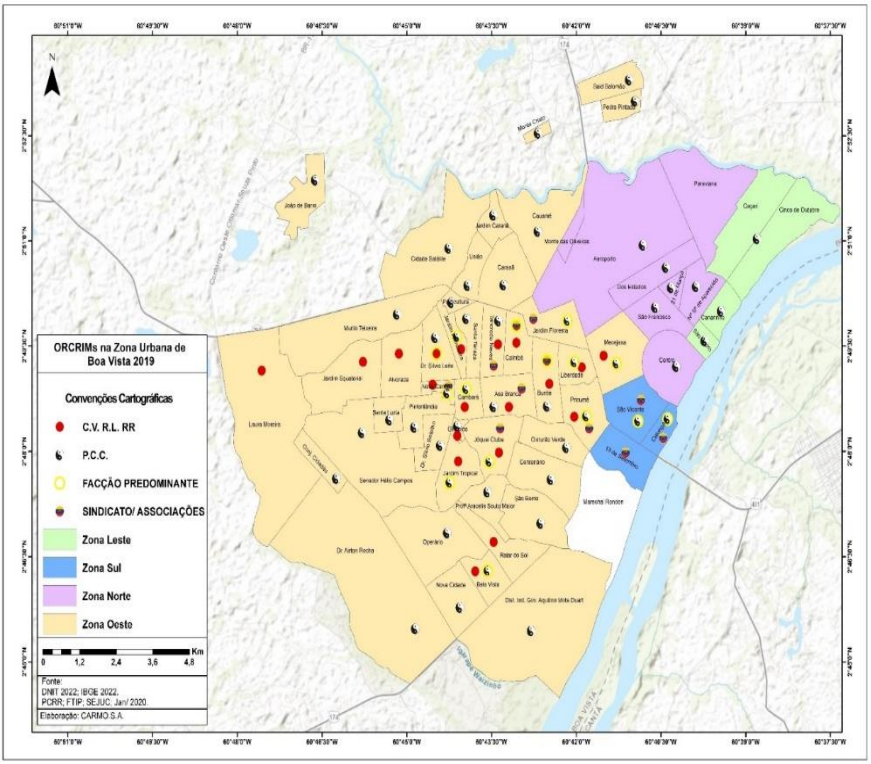
Por um lado, com a chegada de grupos criminosos venezuelanos, Tren de Arágua e Tren de Guyana há uma estratégia inicial de atuação em flancos, sem confrontação direta com o PCC ou o CV, mas com a atuação colaborativa com o crime organizado, em especial com as organizações brasileiras, o que demonstra um padrão suave de ingresso no espaço urbano Boa Vistense, sem uma guerra territorial, tal como se observa na disposição das OrCrims no Mapa 19.

Na construção dos mapas utilizou-se como convenção cartográfica para representar a facção criminosa Comando Vermelho – CV ou Comando Vermelho Rogério Lemgruber – VCRL, um círculo vermelho, já a representação do Primeiro Comando da Capital o símbolo chines *yin* e *yang*, já que em vários locais do Brasil, seus membros desenharam o símbolo para definir que a venda de drogas naquele local lhe pertence, já a área de atuação de grupos ou associações venezuelanas foi identificada pelas cores do mapa da Venezuela em um círculo como ícone, por fim para definir qual a facção ou grupo predominante no bairro, foi empregado um círculo amarelo no ícone representativo da facção ou grupo criminoso.

Abaixo apresenta a representação da atuação das facções nacionais e atuação do grupos criminosos compostos por migrantes venezuelanos e os bairros de atuação na capital roraimense, identificados até o ano de 2019, apresentado no mapa sua territorialidade, local onde há indícios de existência de disputas territoriais que pode estar influenciando no aumento ou diminuição dos crimes, principalmente no caso do crime de homicídio, praticado por membros de associações contra os membros da facção rival, demonstrando o seu poder no território dominado.

O Mapeamento levou em consideração as entrevistas realizadas pelos agentes da FTIP com os presos desde a intervenção federal em novembro/2018 até dezembro/2019, quando o mapa foi apresentado as autoridades de segurança pública do Estado de Roraima e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, as associações venezuelanas eram nominadas mais como Sindicato ou ainda Pram, não existindo investigação específica de crime praticado por uma estrutura hierarquizada com atuação transfronteiriça, apesar de que a droga apreendida com migrantes, em sua maioria tinha origem no país de sua nacionalidade, bem como ar armas de fogos.

Mapa 19 - Territorialidade dos Grupos Criminosos em Boa Vista 2018/2021



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Relatórios SEJUC/DICAP - FTIP (2019 / janeiro de 2020).

Os bairros onde foram mapeados a atuação de grupos criminosos, formados por migrantes venezuelanos, no período pesquisado, eles estavam em conjunto com a facção PCC ou CV, e nos bairros ou próximos da atuação, foi observado que existiam ou existem abrigos. Quanto ao Bairro 13 de setembro, existem duas questões que o torna de atuação quase que exclusiva dos migrantes, é o local onde estão localizados quase todos os abrigos, além de ser

a porta de entrada, em razão da Rodoviária, e também o fato de funcionar a sede da Polícia Federal.

Ademais, outro item que é interessante quanto ao bairro 13 de setembro é que a OrCrim PCC era a dominante antes da migração, e com os migrantes e sua união a referida organização criminosa, fez com que o local ficasse sob a responsabilidade dos criminosos migrantes venezuelanos, que somente outro grupo de migrantes criminosos é que se opunham, fato que resultou em vários homicídios, com requintes de crueldades e inúmeros disparos de armas de fogos, entre os migrantes venezuelanos na disputa pelo domínio do território.

Na disputa, entre as associações criminosas de origem Venezuelanas, as investigações polícias iniciadas para investigar os homicídios praticados naquele bairro, leva a descoberta da guerra entre membros dos grupos criminosos de origem Venezuelana denominadas de Trem de Arágua, Trem de Guayana e Sindicato.

Inicialmente as investigações são confusas, já que os migrantes estavam assassinando outros migrantes e acreditavam que os fatos não seriam apurados, no entanto, em que pese as dificuldades da investigação, ocorreu uma intensificação nas investigações, sendo possível a identificação da hierarquia. Os crimes praticados pelos líderes e seus "soldados", além da estrutura, bem definida quanto a quem era responsável pelo transporte das armas e drogas, o responsável pela cobrança e o emprego da violência, e durante a prática dos homicídios a estrutura também estava bem definida, tinham os responsáveis por buscar o migrante a ser executado, o executor, o "açougueiro", e o responsável pelo "descarte" dos corpos em sacos de lixos.

Os homicídios causaram inúmeros impactos em toda a sociedade boa-vistense, ante tamanha a crueldade jamais vista por aqui, e principalmente a maneira que os corpos eram desmembrados

e jogados nas lixeiras por um transportador que utilizava bicicleta cargueira para realizar tal feito.

Alguns inquéritos ainda hoje estão em segredo de justiça, pois as investigações ainda continuam, no entanto, alguns já foram denunciados estando os autores do crime de homicídio denunciados inclusive pelo crime de integrar organização criminosa transfronteiriça, atuando em Roraima nos mesmos moldes que atuava na Venezuela, inclusive em pesquisa realizada em jornais daquele pais, é possível observar que chefe da organização criminosa aqui em Roraima teve familiares presos na Venezuela por estar trazendo para o Brasil armas e drogas.

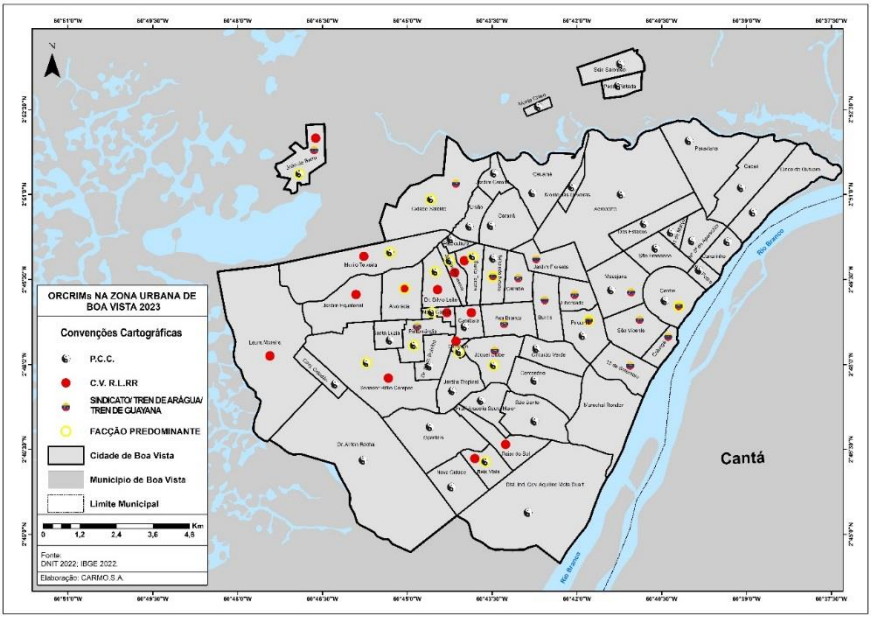
Com a análise dos documentos decorrente das investigações de nº 1778/2021, 2040/2021, 2043/2021 e 2570/2021, dentre outras – todas da Polícia Civil, foram denunciados migrantes Venezuelanos por integrarem a OrCrim Tren de Arágua, que atuava nas imediações da Rodoviária de Boa Vista e dos Abrigos de Migrantes ali existentes, foi a responsável por uma série de crimes praticados no bairro 13 de setembro e em outros bairros da capital, tais como: homicídios, tráfico de entorpecentes, furtos, roubos, dentre outros.

Dentre os homicídios praticados, algumas vítimas foram identificadas como integrantes da OrCrim rival Trem de Guayana, que possui membros atuando em Roraima, e na disputa pelo controle do tráfico de drogas, assassinou os rivais, além de ameaçar os familiares, dentre outros crimes.

Nas investigações, foi possível demonstrar que nos bairros onde os membros de OrCrims de origem Venezuelanas atuam, ainda não está afastado a existência de membros rivais, mas é fato que a atuação da polícia civil nas conclusões das investigações e prisão dos chefes das OrCrims, seja pelo crime de homicídio, ou tráfico, fez com que a quantidade de homicídios do ano de 2022 para o ano de 2023, ocorresse uma diminuição significativa.

Por outro lado, os grupos organizados venezuelanos trazem características de sua origem, tal como registrado em ações do Tren de Arágua, o qual materializa uma dinâmica de mexicanização de crimes de homicídio, com características de atrocidade e crueldade, diante da mutilação de corpos e desmembramento de membros.

Mapa 20 - Espacialização das Facções Nacionais e Venezuelanas em Boa Vista - 2023



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Dossiês dos Inquéritos Policiais nº 1778/2021, 2040/2021, 2043/2021 e 2570/2021.

Com os homicídios e as investigações que resultaram na prisão de membros das OrCrims Venezuelanas praticando o tráfico de drogas e de armas, foi possível uma atualização do mapeamento realizado pela FTIP em 2019, onde inclusive é possível observar que

facções nacionais estão perdendo território, e inclusive em alguns bairros já existem informações de que membros do PCC foi assassinado em razão da disputa de território com membro de OrCrim Venezuelana.

O mapeamento da geografia socioespacial do crime, consolidado pelas OrCrims de origem brasileira repercute em um sistema de governança hierarquizado de comando-controle quanto à expansão no território urbano por parte das OrCrims venezuelanas, não obstante entre as últimas existam disputas territoriais entre si e a existência de conflitos latentes.

Após toda a exposição quanto a ocupação e expansão socioespacial histórico da população na capital Boa Vista, seu desenvolvimento e crescimento em Zonas, o mapeamento dos dados estatísticos de crimes nos bairros, e a análise territorial e histórica do crime organizado nos bairros, por fim, inicia-se o estudo de caso da criminalidade no Residencial Vila Jardim, localizado no bairro Cidade Satélite.

ESTUDO DE CASO DO RESIDENCIAL VILA JARDIM NO CONTEXTO DA GEOGRAFIA DO CRIME

Localizado no bairro Cidade Satélite, Zona Oeste de Boa Vista, o Residencial Vila Jardim trata-se de um conjunto habitacional construído pelo Programa “Minha Casa Minha Vida” em parceria do Governo Federal com o Governo Estadual, o qual é caracterizado como o maior projeto residencial de Roraima, ao ser composto por um conjunto de 12 (doze) condomínios verticais que comportam 187 (cento e oitenta e sete) blocos residenciais de 4 (quatro) andares e 16 (dezesseis) apartamentos de dois quartos.

A larga escala deste projeto habitacional confere a identificação de um complexo residencial de 2.992 (dois mil novecentos e noventa e dois) apartamentos que comporta um numerário próximo a 12.000 residentes, demonstrando assim uma economia de escala *ex ante* no financiamento da construção da política habitacional, não obstante as repercussões *ex post* tenham materializado problemas estruturais sob o prisma da Segurança Pública.

O Residencial Vila Jardim tornou-se palco de um campo de poder hibridizado por dinâmicas distintas, tanto da economia formal, entre moradores da classe média inseridos no circuito superior da economia *vis-à-vis* a moradores de baixo rendimento inseridos no cir-cuito inferior da economia, quanto da economia subterrânea, engendrada pela ocupação do crime organizado por parte do PCC, o qual se tornou um relevante ator na microfísica do poder (FOUCAULT, 2022).

É particularmente importante identificar que a despeito do Residencial Vila Jardim possuir uma relevância estratégica no contexto de uma política habitacional nacional para a promoção da habitação própria, existe um acerto financeiro para a sua construção em termos de economia de escala (DOTTI, 2012); não obstante haja um grave erro de design no seu planejamento enquanto um complexo habitacional de condomínios verticais.

A estruturação de uma massiva política habitacional para aproximadamente 12.000 residentes, ao se alicerçar em um formato de condomínio vertical, acaba replicando problemas similares àqueles existentes em condomínios horizontais fechados em termos de estruturação de "enclaves fortificados" nos quais há uma privatização do espaço público urbano (CALDEIRA, 2000; SOUZA, 2022) e a geração de um monitoramento caleidoscópico, sendo agravado pela ausência de treinamentos dos membros da

segurança pública no atendimento a ocorrências em ambientes verticalizados.

Figura 16 - Fotos aéreas do Residencial Vila Jardim



Fonte: Elaboração própria. Registro via drone particular (arquivo pessoal).

A despeito do Residencial Vila Jardim ser apresentado a partir de um discurso de arquitetura e urbanismo, que tradicionalmente tem o objetivo funcional de promover a melhoria da qualidade de vida em função dos equipamentos de lazer e de segurança, o que se manifesta na prática é um efeito oposto à medida que as áreas comuns do complexo habitacional e as áreas privadas dos apartamentos se tornam vulneráveis para o estabelecimento das atividades do crime organizado.

O Residencial Vila Jardim tornou-se em um território estratégico na geografia do crime do PCC à medida que em um complexo verticalizado propiciou uma arquitetura funcional para o desenvolvimento das atividades ilegais desta organização criminosa com base em uma estratégia de disfarce entre as rotinas diárias de socialização das famílias, aliado a facilidade de vigilância por membros do crime, quanto a possíveis ações policiais ou mesmo aproximações de pessoas estranhas ao ambiente.

O processo de infiltração do crime organizado no Residencial Vila Jardim, aconteceu sob a liderança inicialmente de 4 (quatro) famílias ligadas ao PCC, por meio do uso de diferentes estratégias combinadas de *soft power*, com a compra de apartamentos de residentes recém-instalados, e, de *hard power*, com a invasão de apartamentos, via uso da força ou via a utilização de meios coercitivos, como ameaça física e de danos patrimoniais. Conforme en-trevistas concedidas por policiais, onde será empregado noves fictícios, visando impedir a sua identificação, passo a citar suas falas. O agente da Polícia Civil "A" que atua em investigações sobre o PCC:

> Quatro famílias de criminosos do PCC que residiam e atuavam no tráfico de drogas no Beiral se deslocaram nos anos de 2017 e 2018 para o Residencial Vila Jardim, no bairro Cidade Satélite,

> uma vez que este conjunto habitacional recém-criado se transformou em uma janela de oportunidades para a expansão das atividades ilegais na Zona Oeste de Boa Vista, a qual concentra praticamente 75% da população (AGENTE DA POLÍCIA CIVIL "A", 2024).

Em um contexto de gentrificação de parte da área do Beiral, na região Centro-Sul de Boa Vista, algumas lideranças do PCC que exploravam o narcotráfico na localidade se deslocaram para bairros da Zona Oeste, sendo o bairro Cidade Satélite um destes destinos, mais especificamente no Residencial Vila Jardim, o qual se tornou em um "porto seguro" para o estabelecimento, tanto, de um quartel general nas áreas privadas dos apartamentos, e, quanto de um centro de distribuição de drogas nas áreas comuns dos condomínios.

Esta situação fica bem ilustrada pelo relato do Agente da Polícia Civil "C" (2024) sobre um dos membros do PCC que foi batizado na organização criminosa dentro da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), o qual se deslocou para o Residencial à época da desapropriação no Beiral.

> História da família do Zé Pequeno [...] o pai e a mãe eram traficantes no bairro Beiral. O Zé Pequeno matou uma pessoa na transição do Beiral para o residencial Vila Jardim, quando passou pelas Ochentas (Bairro Caimbé). Além disso, o Zé Pequeno matou um empresário nos bairros São Vicente/Calunga. Por sua vez, a Polícia Militar matou o Zé Pequeno no confronto. A irmã do Zé Pequeno, morreu na maternidade vítima da Covid-19. O Bebezão, matou o pai do Zé Pequeno no garimpo. A mãe do Zé Pequeno ainda mora no Residencial Vila Jardim (AGENTE DA POLÍCIA CIVIL "C", 2024).

Por um lado, enquanto quartel general do PCC em Boa Vista, o Residencial Vila Jardim se transformou em uma fortaleza para o ingresso das Forças de Repressão à medida que a organização controla vários apartamentos em distintos blocos e prédios do complexo habitacional, propiciando assim uma rápida e flexível mobilidade interna para seus integrantes e foragidos em contraposição às limitações de especificidade das autorizações judiciais para acesso policial às áreas internas. Conforme depoimento do Policial Militar "A":

> Enquanto no Rio de Janeiro a Polícia enfrenta dificuldades para combater o crime organizado devido à problemática geografia das favelas e do mar de pessoas que ali transitam, no contexto de Boa Vista não é diferente, tal como se observa no Residencial Vila Jardim que é enorme, cheio de prédios, apartamentos e pessoas. Não há como se chegar aos criminosos, que mudam toda hora de apartamento, se escondendo dentro de um universo de residentes que é muito superior à maioria das cidades do interior de Roraima (POLICIAL MILITAR "A", 2024).

Por outro lado, o Residencial Vila Jardim se transformou em um dos principais centros de distribuição de drogas em Boa Vista, uma vez que este amplo conjunto habitacional possui distintos espaços públicos e privados para uma discreta venda e/ou entrega de drogas por meio de "moradores aviõezinhos" que são recrutados justamente em razão dos diferentes perfis de idade e gênero. De acordo com o Agente da Polícia Civil "B",

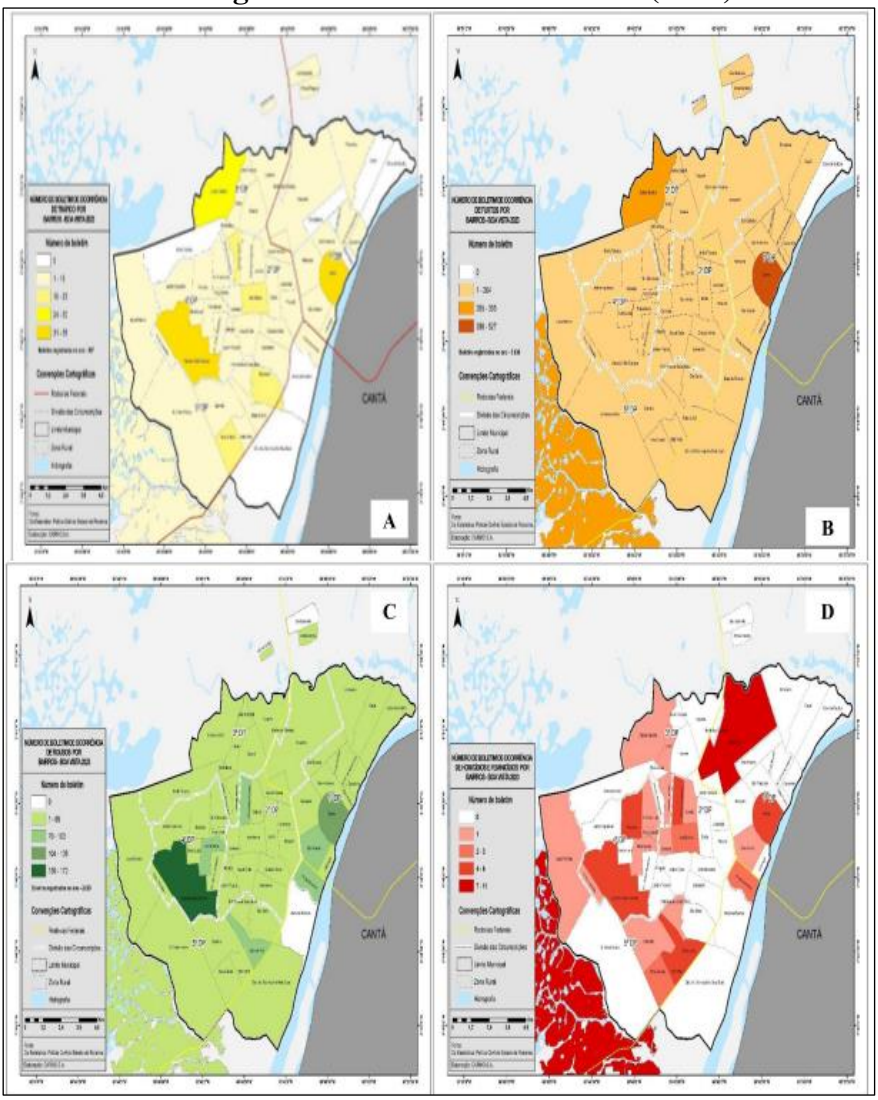
> [...] As áreas das churrasqueiras de vários blocos têm sido identificadas pelo serviço de Inteligência da Polícia Civil como as principais áreas de tráfico de

> drogas no Residencial Vila Jardim, já que são áreas de aglutinação de pessoas. Nessas áreas atuam como aviõezinhos de distribuição de drogas desde crianças a pessoas da terceira idade, homens e mulheres, inclusive cadeirantes, o que demonstra que em um ambiente normal de socialização e festa, há a camuflagem perfeita para a distribuição de drogas (AGENTE DA POLÍCIA CIVIL "B", 2024).

Ainda de acordo com o Agente da Polícia Civil "B" (2024), o PCC tem no residencial Vila Jardim o local mais funcional para a venda e distribuição de drogas no município de Boa Vista, pois é o lócus mais discreto e com menor risco para situações de flagrante policial em comparação a outros grandes centros de distribuição, como na região do Beiral que está concentrado no terminal de ônibus urbano e na conjunção das ruas Cecília Brasil e Sebastião Diniz, ou como no caso do Bairro 13 de Setembro cuja distribuição é concentrada na Rodoviária e nos abrigos.

Não é por acaso que em razão do estabelecimento do PCC no Residencial Vila Jardim, o bairro Cidade Satélite se tornou destaque na agenda de Segurança Pública do município, uma vez que dentre os crimes de homicídio, roubo e furto se destaca no primeiro quartil de maior número de ocorrências policiais (Mapa 21 A, B, C), "se posicionando recorrentemente ao longo dos últimos anos entre os top 5 dos bairros com piores indicadores criminais" (ESCRIVÃ DA POLÍCIA CIVIL "A", 2023). Por sua vez, no caso do narcotráfico, o Cidade Satélite tem se apresentado nos últimos três anos sempre na liderança e vice-liderança de casos registrados (mapa 21 D).

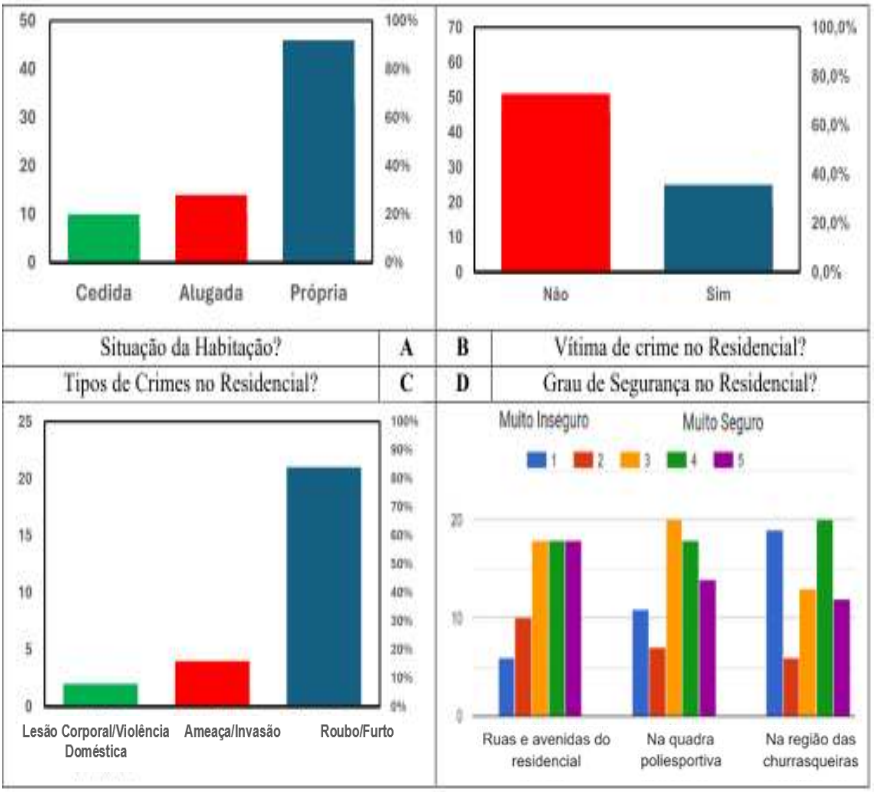
Mapa 21 - Densidade Comparativa da Geografia do Crime em Boa Vista (2023)



Fonte: Elaboração Própria. Base de dados: Núcleo de Estatística da Polícia Civil (2023).

Mas além dos dados primários extraídos da Polícia Militar e Civil, a pesquisa analisou a percepção dos residentes no Residencial Vila Jardim sobre a criminalidade no complexo habitacional por meio da aplicação de um *survey* semi-estruturado, com dezoito questões de múltipla escolha, as quais foram respondidas eletronicamente e demonstram a existência de um relativo pacto de silêncio sobre a organização criminosa PCC.

Gráfico 1 - Arquivo iconográfico e gráfico do/no Residencial Vila Jardim



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: Trabalho de Campo.

Na análise dos dados, observa-se que a maioria dos 70 (setentas) respondentes, possuem residência própria no Complexo (Gráfico 1A), não obstante um diminuto percentual de residentes aluguem ou possuem imóveis cedidos na localidade, situações estas nas quais o próprio PCC replica comportamento, com compra de apartamentos ou mesmo cessão por meio de invasão e uso da força.

No universo das respostas dos moradores, observa-se que 64% deles nunca foram vítimas de crimes dentro do Residencial Vila Jardim (Gráfico 1B), não obstante praticamente 1/3 dos moradores tenham sofrido os impactos da criminalidade, com destaque para roubo e furto, totalizando 78% dos casos em contraposição as situações de ameaça e invasão com 15% e lesão corporal e violência doméstica (Gráfico 1C).

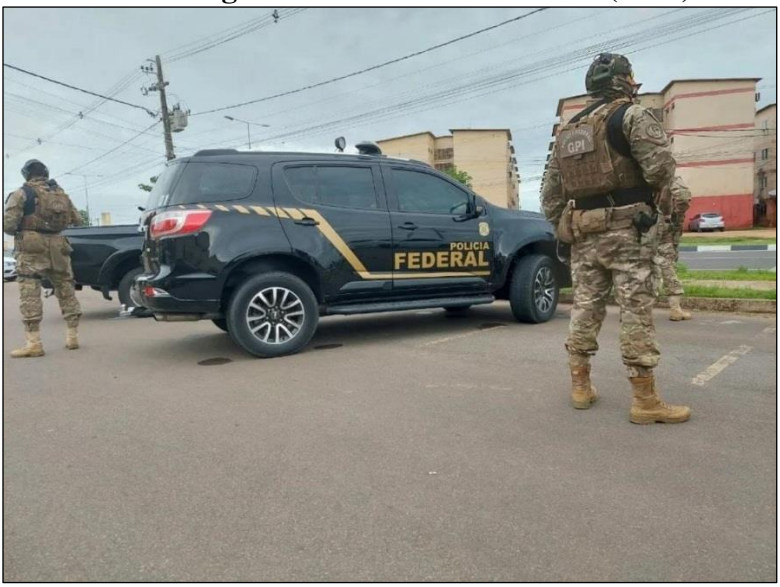
Observa-se na análise das respostas os residentes sobre a segurança no Residencial que há uma majoritária percepção de segurança média e alta (Gráfico 1D), não obstante se diminua em relação às áreas de uso comum, tais como as quadras poliesportivos e a região das churrasqueiras, as quais são áreas abertas e suscetíveis às atividades de tráfico de drogas, corroborando assim com as informações previamente fornecidas pelo Agente da Polícia Civil "B" sobre a logística da distribuição dentro do Residencial.

Diante do campo de poder estabelecido pelo PCC dentro do Residencial Vila Jardim, observou-se ao longo do tempo que prestadores de serviço de água, luz e telefonia são dependentes de autorização da organização criminosa para realizarem suas atividades ou são dependentes de escolta policial para entrarem no complexo, dado o histórico prévio de quebra de veículos e retenção de equipamentos.

Esta problemática trajetória de institucionalização do PCC no dia a dia do Residencial Vila Jardim, gerou não apenas situações de abandono de apartamentos por parte de moradores, mas também deu

origem a um conjunto de Operações Policiais no entorno e no próprio complexo habitacional, dada a apreensão fática nos órgãos de Segurança Pública, tal como registrado na Operação de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal no ano de 2020 (Figura 17).

Figura 17 - Operação contra o Crime Organizado da Polícia Federal (2020)



Fonte: Arquivo iconográfico da Polícia Federal do Brasil.

O caso do Residencial da Vila Jardim trata-se de uma tragédia silenciosa que evolui a partir de uma dinâmica desequilibrada da microfísica do poder do crime organizado no tecido urbano, no qual moradores e a própria Força Policial se tornam acuados e reféns, replicando problemas existentes em outros estados e potencializando futuros arrefecimentos da violência e a emergência de conflitos entre diferentes organizações criminosas

nessa territorialidade ou mesmo de milícias policiais que já atuam no estado, em especial em territórios rurais de garimpo.

A análise do estudo de caso ora apresentado, traz relevantes subsídios para se compreender que as relações de poder postas pelo PCC na microfísica do Residencial Vila Jardim, são reflexivas a transformações exógenas do ambiente externo e impulsionadas pelo próprio Poder Público, ilustrando assim os efeitos negativos das forças de dinamização da própria geografia urbana de Boa Vista, tais como a formação do "Programa Minha Casa, Minha Vida" e a gentrificação de uma área do circuito inferior no Beiral.

O fato do projeto residencial Vila Jardim ter sido materializado no Cidade Satélite, um bairro planejado e com significativa infraestrutura urbana, demonstra como a escala do design habitacional em um complexo de condomínios verticais se tornou um erro, replicando assim as falhas de outros projetos habitacionais das décadas de 1970 e 1980, nos quais o crescimento desordenado propiciou a organização da criminalidade diante da ausência de políticas públicas. No presente estudo de caso, o modelo habitacional do residencial já nasce contaminado pela presença do crime organizado, dadas as janelas de oportunidade criadas.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A Geografia do Crime trata-se de uma área temática relativamente emergente e com crescente relevância, dado o recrudescimento da violência e da criminalidade em diferentes localidades no mundo, razão pela qual a presente pesquisa veio a corroborar como uma agenda de estudos no contexto nacional e tomando como referência a cidade de Boa Vista e o estudo de caso de um mega projeto residencial de condomínios verticais que muito rapidamente foi apreendido na microfísica do poder de uma facção criminosa.

Os resultados apresentados ao longo do estudo demonstram que no contexto nacional de aumento da criminalidade e de surgimento de atuação de organizações criminosas em diferentes territórios, dentro e fora dos presídios, a capital do Estado de Roraima, Boa Vista, mesmo distante dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, não ficou de fora desta macrodinâmica do crime organizado, mas antes a reproduziu com especificidades.

Por um lado, o crime organizado em Boa Vista tem uma trajetória institucional permeada por uma periodização que se inicia na década de 1990 com a difusão de grupos de jovens infratores, identificados como galeras, que com as ações de prevenção e repressão desenvolvidas com a união de todos os órgãos de aplicação da lei penal, juntamente com órgãos de assistências social e educação, evita que as "galeras" cheguem na maturação, no entanto, seus membros migram enquanto estão dentro do sistema prisional.

A migração dos membros das galeras, dentro da PAMC tomam conhecimento da existência de facções em nível nacional, e iniciou a migração, já que o Estado não possuía qualquer tipo de controle dentre do sistema prisional e fora do sistema os programas

até então implantados para conter os membros da "galera" se extinguiram, ante a mudança de grupos políticos no poder.

Assim, é possível pontuar que qualquer política pública que vise mitigar as ações criminosas, na Cidade de Boa Vista, somente foi eficaz enquanto o grupo político que a implantou estava no poder, ou seja, não é uma política pública de gestão, mas sim de gestor, sendo está uma das principais situações identificadas na pesquisa, como impeditivo de controle e diminuição da criminalidade nos bairros da capital.

Neste contexto, de políticas públicas, faz-se necessário que sejam de gestão pública, com ações integradas entre todas as áreas, ou seja, a polícia militar realizando o trabalho preventivo, com mudanças de rotas das viaturas pelo menos semanalmente, a Polícia Civil, realizando as investigações com tecnicidade e rapidez, evitando que a prova desapareça com a demora, o judiciário atuando com rapidez nas decisões cautelares que visam a busca a coleta das provas, e por fim a polícia penal, realmente mantendo o controle dentro do sistema prisional.

Aliada a todas as ações dos órgãos de segurança pública, os órgãos de assistências sociais, educação, saúde e desenvolvimento, necessitam atuar junto aos familiares dos presos, nas áreas com maiores índices de criminalidade, pois pelo mapeamento, estas regiões com maior índice de registros de crimes, possuem capilaridades, que foram identificadas e parte da população possui características de vulnerabilidade, o que a leva a ser cooptado, pelos membros da OrCrims.

Conforme demonstrada na pesquisa, a ausência de investimentos no sistema prisional e nos órgãos de segurança pública, após o ano de 2010, as facções nacionais PCC e CV, adquiriram maturidade dentro e fora do sistema penitenciário roraimense, repercutindo assim na busca por domínio territorial

dentro e fora do sistema carcerário para os bairros de Boa Vista, em um primeiro momento, e em seguida para os municípios do interior em um segundo momento, chegando nas comunidades mais distantes.

Por outro lado, em um contexto de crescimento urbano do município de Boa Vista, o crime organizado acompanhou atento os processos de requalificação e expansão territorial da cidade, razão pela qual se difundiu para distintos bairros, aproveitando-se das janelas de oportunidade criadas pelo próprio poder público, tal como a gentrificação da região do Beiral, tradicionalmente caracterizada como um circuito inferior na dinâmica do capital e especializada no tráfico de drogas.

O fenômeno do domínio territorial da criminalidade organizada no tecido urbano de Boa Vista foi explorado no estudo mostrando as relações existentes entre a expansão da geografia urbana e a maturação da geografia do crime, comandada por organizações criminosas, destacadamente de natureza nacional em presídios brasileiros, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), bem como de natureza internacional venezuelana, como o Tren de Arágua e Tren de Guayara.

O estudo demostrou que na geografia do crime em Boa Vista, o PCC se utilizou de uma janela de oportunidades engendrada pelo poder público em razão da construção dos de grandes obras de gentrificação da região central, com o consequente deslocamento socioespacial de moradores em direção a bairros da zona Oeste, destacando-se aí o bairro Cidade Satélite, no qual foi projetado um complexo de condomínios habitacionais, o Residencial Vila Jardim, do projeto minha casa minha vida.

Os resultados da pesquisa apontam que o Residencial Vila Jardim se tornou um *hotspot* para a organização criminosa PCC em Boa Vista à medida que sincronicamente tornou-se um quartel

general para a recepção de foragidos e criminosos do grupo, com fácil mobilidade entre os apartamentos para eles, tornando-se um dos mais seguros e maiores centros de distribuição de drogas na capital, repercutindo assim, em vetores de atração e repulsão na territorialidade criminosa.

Observa-se que a luta pela territorialidade nos bairros da capital, ocorreram antes de sua maturação o aumento no índice de crimes, principalmente quanto ao crime de homicídio, seja no bairro de domínio, seja nos bairros limítrofes, portanto, o crime de homicídio é um dos vetores a serem observados pelo poder público ao implantar políticas públicas de combate aos membros das OrCrims.

Além, da ação policial direta, deve-se imediatamente implantar os demais serviços públicos, evitando assim que outra OrCrims aproveite o espaço vazio de poder, que foi retirado pela ação policial, seja substituído por membros de OrCrim rival, ou mesmo favoreça para o surgimento de nova organização criminosa.

As policiais devem investir em capacitação visando uma coleta qualificada de dados criminais, evitando que os dados fiquem incompletos, ou informações impressivas, como foi observado durante o mapeamento dos crimes de homicídios, onde alguns dados não constavam o local do crime ou pelo menos o local onde o corpo foi localizado.

Conclui-se com base nos resultados apresentados neste estudo, que a geografia do crime instalada no Residencial Vila Jardim foi dinamizada pela geografia urbana da ocupação do espaço, tendo dinâmica a partir da gentrificação socioespacial da criminalidade e na multiterritorialidade que passa por um fechamento relativo a um território em detrimento da reabertura de um novo núcleo propulsor do crime de narcotráfico na zona Oeste de Boa Vista.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ADORNO, R. F. "Etnografia da cracolândia: notas sobre uma pesquisa em território urbano". **Saúde e Transformação Social**, vol. 4, n. 2, 2013.

AGENTE DA POLÍCIA CIVIL "A". **Entrevista concedida à pesquisadora Simone Arruda do Carmo** [10/02/2024]. Boa Vista: Arquivo pessoal, 2024.

AGENTE DA POLÍCIA CIVIL "B". **Entrevista concedida à pesquisadora Simone Arruda do Carmo** [01/02/2024]. Boa Vista: Arquivo pessoal, 2024.

ANDRADE, J. P. P. "10 fatos sobre a história do "Parque do Rio Branco". **Portal Joviajou** [2021]. Disponível em portal eletrônico: <https://abre.ai/i5nA>. Acesso: 28 fev. 2024.

ARBEX JUNIOR, J. **Narcotráfico, um jogo de poder nas Américas**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

BABBIE, E. R. **The practice of social research**. Boston: Editora Cengage learning, 2020.

BARNES, T. J. **Logics of dislocation**: models, metaphors, and meanings of economic space. London: Guilford Press, 1996.

BARROS, N. C. C. **Paisagem e tempo na Amazônia Setentrional**: estudo de ocupação Pioneira na América do Sul. Recife: Editora UFPE, 1995.

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Editora Atlas, 2004

BOAVENTURA. E. M. **Metodologia da Pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paul: Atlas, 2004.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. "O método de Revisão Integrativa nos estudos organizacionais". **Gestão e Sociedade**: vol. 5, n. 11, 2011.

BRASIL. **Decreto Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1941. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Decreto n. 8.075, de 14 de agosto de 2013**. Brasília: Planalto, 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei Complementar n. 79, de 07 de janeiro de 1994**. Brasília: Planalto, 1994. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001**. Brasília: Planalto, 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília: Planalto, 2001. Disponível em: <www.planal.gov.br>. Acesso em: 03/03/2024.

BRASIL. **Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Brasília: Planalto, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009**. Brasília: Planalto, 2009. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 12.681, de 04 de julho de 2012**. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 12.850, de 13 de julho de 2013**. Brasília: Planalto, 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018**. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRASIL. **Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018**. Brasília: Planalto, 2018. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

BRYMAN, A. **Social research methods**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CÂNDIDO, F. "Minha Rua Fala – Beiral". **Folha de Boa Vista** [2017]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 2/03/2022.

CANTER, D. **Criminal Shadows**: Inside the Mind of the Serial Killer. London: HarperCollins, 1994.

CARMO, S. A. (org.). **Segurança Pública em Roraima**: Estudos de Caso da Polícia Civil. Boa Vista: Editora IOLE, 2023.

CARMO, S. A. **Uniformização do Fluxo de Procedimento de Polícia Judiciária para o Sistema Eletrônico - SINESP-PPe** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania). Brasília: UnB, 2016.

CARMO, S. A.; SILVA, A. B.; LIMA, F. G. S. C. "As fronteiras territoriais das relações de poder do Primeiro Comando na Capital (PCC) no estado de Roraima". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CERINO. P. J. **Elite e Poder**: Geopolítica de Roraima (período de 1943 a 1994). Curitiba: Editora CRV, 2016.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

CHUURMAN, N. "Reflections on interpretation in geography: exploring a role for non-representational theory". **Geoforum**, vol. 31, n. 4, 2000.

COOPER, H. **Synthesizing research**: A Guide for Literature Reviews. Thousand Oaks: Sage, 2018.

CORRÊA, R. L. "As Redes Geográficas: cinco pontos para discussão". *In*: VASCONCELOS, P. A.; SILVA, S. B. M. (orgs.). **Novos Estudos de geografia urbana**. Salvador: Editora da UFBA, 1999.

CORRÊA, R. L. "Dimensões de Análise das Redes Geográficas". *In*: CORÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1999.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, S. "Geografia e Crime: uma agenda de pesquisa". **GEOUSP - Espaço e Tempo**, vol. 17, n. 1, 2005.

COUTO, A. **A geografia do crime na metrópole**: das redes ilegais à "territorialização perversa" na periferia de Belém. Belém. Editora da UEPA, 2014.

COUTO, A. C. O. "Um problema de fronteiras: Amazônia no contexto das redes ilegais do narcotráfico". **Perspectiva Geográfica**, vol. 6, n. 7, 2011.

CRESWELL, J. W. **Research designs**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. London: Sage Publications, 2009.

CRESWELL, J. W. **Research designs**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4th ed. Sage Publications, 2013.

CUNHA, V. P. **A (re)produção como forma de valorização do espaço urbano em Boa Vista-RR**: um estudo no Bairro Aeroporto e entorno no período de 2000 a 2015 (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2016.

DIAS, L. "Redes: emergência e organização". *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de janeiro. Editora Bertrand, 1995.

DIAS, W. S. **A territorialização do entorno da escola em Boa Vista – Roraima**: contribuições da Geografia para a gestão escolar (Tese de Doutorado em Educação). Juiz Fora: UFJF, 2019.

DOTTI, M. R. "Parcelamento, fracionamento e economia de escala: incidentes suscitáveis nas contratações públicas". **Revista Síntese de Direito Administrativo**, vol. 7, n. 84, 2012.

DURKHEIM, É. **O Suicídio**: Estudo Sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

ESCRIVÃ DA POLÍCIA CIVIL "A". **Entrevista concedida à pesquisadora Simone Arruda do Carmo** [12/12/2023]. Boa Vista: Arquivo pessoal, 2023.

FALCÃO, M. T.; MAGALHÃES, M. N. P; CUNHA, S. C. "O Direito Ambiental versus sociedade de risco: um estudo de caso do bairro Francisco Caetano Filho em Boa Vista – Roraima". **Norte Científico**, vol. 6, n. 1, 2011.

FLYVBJERG, B. "Five misunderstandings about case-study research". **Qualitative inquiry**, vol. 12, n. 2, 2006.

FOLHA WEB. "Estado não reconhece existência de facção em Roraima, diz Sejuc". **Jornal Folha de Boa Vista** [2015]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 01/06/2023.

FOLHA WEB. "Segurança Pública confirma 10 mortes em presídio". **Jornal Folha de Boa Vista** [2016b]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 29/05/2023.

FONTES, M. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOTHERINGHAM, A. S. *et al*. **Quantitative Geography**: perspectives on spatial data analysis. New York: Sage Publications, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOWLER JR., F. J. **Survey research methods**. London: Sage publications, 2013.

FRAENKEL, J. R.; WALLEN, N. E.; HYUN, H. **How to design and evaluate research in education**. London: McGraw-Hill, 2012.

FREITAS, A. **Fronteira Brasil/Venezuela**: encontros e desencontros. São Paulo: Editora Corprint, 2000.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**: Traços Fundamentais de uma Hermenêutica Filosófica. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GALTUNG, J. "Violence, peace, and peace research". **Journal of peace Research**, vol. 6, n. 3, 1969.

GELMAN, A. *et al*. **Bayesian Data Analysis**. London: CRC Press, 2013.

GOMES, L. M. **Geohistória e a espacialização do Exército Brasileiro no estado de Roraima**: 1992-2018 (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2020.

GOTTMANN, J. "A evolução do conceito de território". **Boletim Campineiro de Geografia**, vol. 2, n. 3, 2012.

GRAVETTER, F. J.; FORZANO, L. B. **Research methods for the behavioral sciences**. Cham: Cengage Learning, 2018.

GUERRA, A. T. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2014.

HAESBAERT, R.; GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem Mundial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Cidades". **IBGE** [2022]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 15/01/2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Cidades". **IBGE** [2024]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso: 15/01/2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Panorama: Boa Vista". **IBGE** [2021]. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Itapevi: Editora Nebli, 2016.

LOZANO, J. C. G. **Territorialidades persistentes**: a relação entre moradores e moradias com a ocorrência de enchentes no "Beiral" em Boa Vista, RR (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2016.

MACHADO, L. O. "O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?" *In*: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1996.

MACHADO, L. O. "Região, Cidades e Redes Ilegais: Geografias Alternativas na Amazônia Sul-americana". *In*: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. (orgs.). **Regiões e cidades**: cidades nas regiões. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

MACHADO, L. O. **Notas sobre o complexo coca**: cocaína na Amazônia sul: Americana (Relatório CNPQ). Rio de Janeiro: FINEP, 1998.

MAGALHÃES, C. A. B.; CARMO, S. A. "Tríplice fronteira: aspectos do crime organizado em Roraima". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 12, n. 36, 2022.

MAIA, D. S. "A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil". **Revista Electrónica De Geografía y Ciencias Sociales**, vol. 14, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing qualitative research**. London: Sage Publications, 2016.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research**: a guide to design and

implementation. London: Jossey-Bass, 2014.

MILES, M. B. *et al*. **Qualitative data analysis**: a methods sourcebook. London: Sage Publications, 2014.

MITCHELL, W. J. T. **Picture theory**: Essays on verbal and visual representation. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

MIYAMOTO, S. "Amazônia, política e defesa". *In*: NASCIMENTO, D. M. (org.). **Relações internacionais defesa na Amazônia**. Belém: Editora da UFPA, 2009.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar**: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2008.

NASCIMENTO, R. S. **Transformações intraurbanas no bairro Cidade Satélite em Boa Vista-RR** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2021.

NASCIMENTO, W. J. F; SENHORAS, E. M. **Geografia dos homicídios no estado de Roraima e em sua capital Boa Vista (2010-2020)** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2022.

NEUMAN, W. L. **Social Research Methods**: Qualitative and Quantitative Approaches. Cham: Pearson, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.

OLIVEIRA, N. V. (org). **Insegurança Pública**: Reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2002.

OLIVEIRA, R. S. "Do rio ao traçado urbano, e novamente ao rio: alguns apontamentos para pensar a cidade de Boa Vista/RR". **Revista ACTA Geográfica**, n. 3, 2008.

OLIVEIRA. N.; COSTA. E. "PF em Roraima deflagra operação Weak Link e cumpre 23 mandados". **G1** [2014]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 01/12/2023.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**: Integrating theory and practice. London: Sage publications, 2014.

POLICIAL MILITAR "A". **Entrevista concedida à pesquisadora Simone Arruda do Carmo** [15/01/2024]. Boa Vista: Arquivo pessoal, 2024.

RAFFESTIN. C. "A produção das estruturas territoriais e sua representação". *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

RAFFESTIN. C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBEIRO, T. F. "Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil". **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, n. 3, 2018.

RICHMOND, M. A. *et al*. **Espaços periféricos**: Políticas, violência e território nas bordas da cidade. São Carlo: Editora da UFSCar, 2020.

RIDLEY, D. **The literature review**: a step-by-step guide for students. Thousand Oaks: Sage, 2012.

RODRIGUES, F. S. **Garimpando a sociedade roraimense**: uma análise da conjuntura sóciopolítica (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: UFPA, 1996.

RODRIGUES, R. **Crime e Castigo no Brasil**: novos rumos da segurança pública. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

ROMA, C. M. "Circuito inferior da economia urbana e cidades locais–híbridas". **Mercator**, vol. 15, n. 2, 2016.

RORAIMA. **Decreto n. 27.543-E, de 10 de setembro de 2019**. Boa Vista: Secretaria de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <www.rr.gov.br>. Acesso em: 21/06/2023.

RORAIMA. **Lei Municipal de n. 1117, de 31 de dezembro de 2008**. Boa Vista: Câmara Municipal, 2008. Disponível em: <www.pmbv.com.br>Acesso em: 03/03/2024.

RORAIMA. **Portaria n. 135, de 12 de maio de 2016**. Boa Vista: Secretaria de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <www.rr.gov.br>. Acessado em: 21/06/2023.

RORAIMA. **Resolução n. 001, de 05 de janeiro de 2022**. Boa Vista: Secretaria de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <www.rr.gov.br>. Acessado em: 21/06/2023.

ROSA FILHO, A. **Requalificação da área central e intervenções urbanas na cidade de Boa Vista-RR**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

SALES, H. J.; DANTAS, I. A. O.; GALDINO, L. K. A. “Produção do Espaço Urbano de Boa Vista, RR: do ordenamento à expansão ‘desordenada’”. **Terra Livre**, vol. 1, n. 56, 2021.

SAMPSON, R. J. **Great American City**: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da USP, 2005.

SANTOS, M. **A Urbanização Desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da USP, 2021.

SANTOS, M. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. Editora da USP, 1978.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SAQUET, M. A.; DA SILVA, S.; SANTOS, M. “Concepções de geografia, espaço e território”. **Geo UERJ**, vol. 2, n. 18, 2008.

SEKARAN, U.; BOUGIE, R. **Research methods for business**: A skill building approach. London: Wiley, 2016.

SILVA, A. B. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil**: o papel das forças armadas nas transformações sócio-espaciais do estado de Roraima (Tese de Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2007.

SOARES, L. E. "A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas". **Estudos Avançados**, vol. 21, n. 61, 2007.

SOUZA. M. L. "'Território' da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental". *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015.

SOUZA. M. L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". *In*: CASTRO, I.; GOMES, P. C, C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceito e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STAEVIE, P. M. "Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima". **Oculum Ensaios**, n. 13, 2011.

STEIMAN, R. **O mapa da droga** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

TJRR - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. **Processo n. 0817461-76.2018.8.23.0010**. Boa Vista: TJRR, 2020. Disponível em: <www.tjrr.jus.br>. Acesso em: 23/12/2023.

TJRR - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. **Processos n. 0825758-67.2021.8.23.0010**. Boa Vista: TJRR, [?]. Disponível em: <www.tjrr.jus.br>. Acesso em: 23/12/2023.

TJRR - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. **Processos n. 0825786-35.2021.8.23.0010**. Boa Vista: TJRR, [?]. Disponível em: <www.tjrr.jus.br>. Acesso em: 23/12/2023.

TJRR - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. **Processos n. 0822296-05.2021.8.23.0010**. Boa Vista: TJRR, [?]. Disponível em: <www.tjrr.jus.br>. Acesso em: 23/12/2023.

TJRR - Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. **Processos n. 0830511-67.2021.8.23.0010**. Boa Vista: TJRR, [?]. Disponível em: <www.tjrr.jus.br>. Acesso em: 23/12/2023.

TUAN, Y. **Space and place**: the perspective of experience. Minnesota: University of Minnesota Press, 1977.

UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2014. Disponível em: <www.unodc.org>. Acesso em: 23/12/2023.

VALVERDE, O. **Espaço e Crime**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

VERAS, A. T. **A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

WALTER, P. A. L. **Requalificação urbana e exclusão socioespacial**: Estudo de caso do "Beiral" em Boa Vista (RR). Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

WENDLING, K. C. S.; NASCIMENTO, F. L.; SENHORAS, E. M. "A crise migratória venezuelana". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 8, n. 24, 2021.

YIN, R. K. **Case Study Research**: Design and Methods. London: Sage Publications, 2014.

ZALUAR, A. "Democratização inacabada: fracasso da segurança pública". **Estudos Avançados**, vol. 21, n. 61, 2007.

SOBRE A AUTORA

SOBRE A AUTORA



Simone Arruda do Carmo

Delegada da Policia Civil do Estado de Roraima. Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Roraima (ADEPOL/RR). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná. Especialista Pós-Graduada em Direito Civil pela Faculdade da Amazônia, e, em Segurança Pública e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Temas de interesse na pesquisa: Direito, Geografia, e, Segurança Pública.

E-mail para contato: simonedelegada@hotmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2024

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2024